

WALDIR CRUZ MAGALHÃES



**UNIVERSIDADES PIONEIRAS DO PARANÁ:
HISTORICIDADE E NOVOS DESAFIOS**

Dissertação apresentada ao Curso
de *Mestrado em Educação* da
Pontifícia Universidade Católica do
Paraná, como exigência parcial
para a obtenção do título de Mestre,
sob a orientação do Prof. Almeri
Paulo Finger, Ph.D.

**CURITIBA
2000**

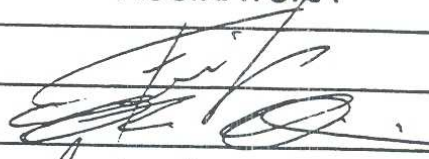


Pontifícia Universidade Católica do Paraná

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE DISSERTAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, NÍVEL DE MESTRADO, DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ.

Exame de Dissertação n.º 157

Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil, realizou-se a sessão pública de defesa de dissertação "UNIVERSIDADES PIONEIRAS DO PARANÁ: HISTORICIDADE E NOVOS DESAFIOS", apresentada por **Waldir Cruz Magalhães**, ano de ingresso 1995 para obtenção do título de Mestre. A Banca Examinadora foi composta pelos seguintes professores:

MEMBROS DA BANCA	ASSINATURA
Prof. Dr. Almeri Paulo Finger	
Prof. Dr. Cleiton de Oliveira	
Prof. Dr. Peri Mesquida	

De acordo com as normas regimentais a Banca Examinadora deliberou sobre os conceitos a serem atribuídos e que foram os seguintes:

Prof. Dr. Almeri Paulo Finger	Conceito B
Prof. Dr. Cleiton de Oliveira	Conceito B
Prof. Dr. Peri Mesquida	Conceito B
	Conceito Final B

Observações da Banca Examinadora:

Inconferir ao texto final os pareceres emitidos pela banca


Prof.ª Dr.ª Maria Amélia Sabbag Zainko
Diretora da Área de Educação
Coordenadora do Curso de Mestrado em Educação

DEDICATÓRIA

Ao meu amado pai, Sebastião da Cruz Magalhães (in memoriam), que, apesar de não ser versado nas letras, soube ser inigualável mestre do exemplo das poucas palavras.

À minha amada mãe, Altair Gomes de Magalhães, que, no silêncio do trabalho duro, sofrido, diário e constante, criou os estímulos e deu as condições para que seus filhos conquistassem melhor qualidade de vida.

AGRADECIMENTOS

À Instituição Adventista de Educação e Assistência Social, pelo apoio concreto na forma de bolsa parcial, que contribuiu para a viabilização deste curso.

À Pontifícia Universidade Católica do Paraná, pela filosofia educacional consistente sempre demonstrada em todos os seus programas educacionais.

Ao Professor Cleiton de Oliveira, pelo estímulo e pelos judiciosos apontamentos que permitiram o aperfeiçoamento do presente trabalho.

À Professora Maria Amélia Sabbag Zainko, pelo estímulo, pelo apoio e pelo interesse gerador de inúmeras sugestões que tornaram possível a finalização desta dissertação.

À minha esposa, Lucimar, e à minha filha Thailiz, pela renúncia das horas de convívio e pela compreensão sempre presente.

À Professora Hilda Witiuk e família, pela acolhida, apoio e auxílio de que só os verdadeiros amigos são capazes.

Ao Professor Engelbert Schlögel, pelo incentivo sempre presente, repetido em constância, aquele alento amigo que tantas vezes sustenta nossa perseverança.

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Ao Professor Almeri Paulo Finger (Ph.D.), meu orientador neste trabalho, que, com dedicação pessoal e profissional, sempre se mostrou pronto e disposto, estabelecendo assim um marco de educador na minha formação, estendendo-me sempre um braço de apoio e a mão amiga.

Ao Professor e amigo Ubiratan de Mattos, pela revisão técnica, vernacular e metodológica, e, especialmente, pela sensibilidade da sugestão certa no melhor momento.

***O temor do Senhor é o
princípio do
conhecimento.***

Provérbios.

RESUMO

Esta dissertação é um estudo sobre as universidades pioneiras no Paraná — Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC PR), sua história e seus novos desafios. É feita uma breve retrospectiva histórica desde o surgimento das primeiras universidades no mundo, passando pelas primeiras universidades brasileiras e chegando aos dias atuais. As universidades analisadas representam um papel fundamental no desenvolvimento humano e econômico da região de Curitiba e do estado do Paraná. A renovação da proposta universitária das instituições pioneiras se faz necessária tanto do ponto de vista da continuidade de sua colaboração educacional, quanto como resposta diante da situação de uma nova realidade social pelo surgimento de outras instituições universitárias na região. Trata-se, ainda, nesta pesquisa, sobre a questão da intervenção do Estado na educação, especialmente da sua influência no ensino superior. São considerados os novos rumos da universidade moderna frente ao dilema de atender as necessidades imediatistas do mercado ou cumprir sua função de formadora do espírito humano. São discutidos alguns aspectos que definem, mais claramente, quais os desafios das universidades modernas e outros que versam sobre o futuro dessas instituições num cenário marcadamente mercadológico.

RESUMO

Esta dissertação é um estudo sobre as universidades pioneiras no Paraná — Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC PR), sua história e seus novos desafios. É feita uma breve retrospectiva histórica desde o surgimento das primeiras universidades no mundo, passando pelas primeiras universidades brasileiras e chegando aos dias atuais. As universidades analisadas representam um papel fundamental no desenvolvimento humano e econômico da região de Curitiba e do estado do Paraná. A renovação da proposta universitária das instituições pioneiras se faz necessária tanto do ponto de vista da continuidade de sua colaboração educacional, quanto como resposta diante da situação de uma nova realidade social pelo surgimento de outras instituições universitárias na região. Trata-se, ainda, nesta pesquisa, sobre a questão da intervenção do Estado na educação, especialmente da sua influência no ensino superior. São considerados os novos rumos da universidade moderna frente ao dilema de atender as necessidades imediatistas do mercado ou cumprir sua função de formadora do espírito humano. São discutidos alguns aspectos que definem, mais claramente, quais os desafios das universidades modernas e outros que versam sobre o futuro dessas instituições num cenário marcadamente mercadológico.

ABSTRACT

This study is about pioneer universities in the state of Paraná — Federal University of Paraná (UFPR) and Pontifical Catholic University of Paraná — (PUC PR), their history and their new challenges. It starts with a brief historic retrospective since the first universities in the world, to the Brazilian first universities until nowadays. These universities under analysis play a fundamental role in the human and economical development of the region of Curitiba and the State of Paraná. There are two focuses for the renovation of these pioneer institutions' university purposes: the continuity of their educational work and the necessary adequacy to the new social reality brought up by the growing of other university institutions in the region. It deals, also, with the state intervention on education, specially its influence in higher education. It also considers the new paths for modern university, facing the new dilemma of attending to the urgent needs of the market or accomplishing its first function, which is building the human spirit. Some aspects are studied, that define, with more clarity, which are the new challenge of the modern universities; and other discussion is established about the future of the institutions in the present global scenery, which shows itself deeply focused in the market.

ABSTRACT

This study is about pioneer universities in the state of Paraná — Federal University of Paraná (UFPR) and Pontifical Catholic University of Paraná — (PUC PR), their history and their new challenges. It starts with a brief historic retrospective since the first universities in the world, to the Brazilian first universities until nowadays. These universities under analysis play a fundamental role in the human and economical development of the region of Curitiba and the State of Paraná. There are two focuses for the renovation of these pioneer institutions' university purposes: the continuity of their educational work and the necessary adequacy to the new social reality brought up by the growing of other university institutions in the region. It deals, also, with the state intervention on education, specially its influence in higher education. It also considers the new paths for modern university, facing the new dilemma of attending to the urgent needs of the market or accomplishing its first function, which is building the human spirit. Some aspects are studied, that define, with more clarity, which are the new challenge of the modern universities; and other discussion is established about the future of the institutions in the present global scenery, which shows itself deeply focused in the market.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	III
AGRADECIMENTOS	IV
SUMÁRIO	VIII
1 INTRODUÇÃO	1
1.1 Problema e perguntas da pesquisa	3
1.2 Objetivo do trabalho	4
1.3 Justificativa	4
1.4 Divisão do trabalho	5
1.5 Metodologia	6
2 NOVE SÉCULOS DE UNIVERSIDADE	7
2.1 Origem e organização institucional	8
2.2 Estado dentro do Estado	11
2.3 Subordinação ao Estado	12
2.4 Subordinação intelectual	13
2.5 Reformas universitárias	17
2.6 crise na origem	19
2.7 Renascimento sem Universidade	22
2.8 Entrando no século XX	25
2.9 Universidade domesticada	25
2.10 Saindo do século XX	27
2.11 A Universidade Brasileira	28
2.11.1 Educadores brasileiros clássicos e sua idéia de Universidade	35
2.11.2 Os marcos brasileiros da Universidade Brasileira	44
2.11.3 Universidade de Brasília — em busca da utopia	47
2.11.4 A reforma universitária no Brasil	51

2.11.5 As décadas de 80 e 90	54
3. A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	71
3.1 Antecedentes históricos, sociopolíticos e econômicos	71
3.2 A UFPR e os Projetos de Universidade no Brasil	76
3.3 A fundação, as dificuldades e as superações	83
3.4 Restauração da Universidade do Paraná	88
3.5 A Universidade do Paraná federalizada	89
3.6 UFPR: estrutura atual	93
3.6.1 Administração	94
3.6.2 Unidades suplementares	96
3.6.3 Setores e cursos	98
3.6.4 A pesquisa e a extensão na UFPR	99
3.7 Posições firmadas	104
4 PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	105
4.1 Preliminares	105
4.1.1 A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras	106
4.1.2 A “primeira chama”	109
4.2 A fundação da Universidade Católica	112
4.3 PUC PR: estrutura atual	114
4.3.1 Administração	114
4.3.2 Unidades Suplementares	116
4.3.3 Centros, departamentos e cursos	121
4.3.4 A pesquisa e a extensão na PUC PR	122
4.3.5 A PUC PR e a gestão universitária	123
5 UNIVERSIDADE: NOVOS DESAFIOS	125
5.1 Em busca de maior eficiência e melhor qualidade	126
5.2 Parcerias com o setor produtivo	129
5.3 A universidade e um novo caminho	131
5.4 A universidade integrada à realidade	132
5.5 O novo administrador	134
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	144

ANEXOS 150

ANEXO I: MATÉRIA DO JORNAL “DIÁRIO DO PARANÁ”, DE 2 DE OUTUBRO DE 1982, CITADA NA PÁGINA 123 DA OBRA: “UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO. Rumos da Pesquisa: Uma História da Pesquisa e Pós-graduação na UFPR..... 150

ANEXO II: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – PLANO INSTITUCIONAL GESTÃO 1998-2002 150

ANEXO III: DOM MANUEL DA SILVEIRA DE D’ELBOUX..... 150

ANEXO IV: PUC-PR EM DADOS – 1998 150

ANEXO V: PLANO ESTRATÉGICO PUC-PR – HORIZONTE 1998/2010 150

1 INTRODUÇÃO

A noção de universidade, como instituição de conhecimento, remete-nos diretamente à seguinte questão: para que existe a universidade? Quais as funções que justificam a sua existência? Para BUARQUE¹, a Missão da escola superior é “participar do projeto civilizatório”. Ela o faz, necessariamente, em conjunto com a construção intersubjetiva, isto é, no coletivo que espelha e reproduz, e que, operando estruturas mentais avançadas, também tem e produz relações na sociedade. Tal conjunto de funções, nesta ótica, ultrapassa o acesso ao conhecimento disponível, tornando-o desenvolvimento da cidadania. Portanto, significa mais do que abrir portas para que o aluno possa se emancipar de sua família; significa instrumentalizá-lo com conhecimentos, emancipando-o da ignorância de não saber avaliar as opressões, tampouco as vias libertadoras que a ciência e a técnica produzidas e disseminadas podem trazer para a sua vida.

O ambiente, no Brasil do começo do século, era mais que ideal para que germinasse a idéia da criação de uma rede de instituições de ensino superior suficientemente forte para criar condições sociais e econômicas, objetivando o fortalecimento da autonomia política e intelectual do país. O estado do Paraná, seguindo essa tendência, começava a travar suas batalhas e a realizar campanhas para a criação de sua universidade, que, pela enorme perseverança de seus fundadores, tornou-se realidade.

Desde os primórdios, impôs-se um crescimento ao ensino superior no Paraná, mas não apenas em termos numéricos. Sua expansão deve estar ligada às necessidades reais da sociedade paranaense, articulando os interesses em função do conjunto da população e, sobretudo, sem haver direcionamentos ideológicos. Entretanto, passados aproximadamente 80 anos dos primeiros passos na direção da criação da primeira universidade no Paraná, o crescimento foi relativamente pequeno. Essa é a interpretação presente no Relatório da Secretaria da Educação do governo do Paraná, elaborado pelo Departamento de Assuntos Universitários, relativo ao período de 1981 a 1985. Nele fica clara a desarticulação entre os graus do ensino oficial e entre este e os interesses da sociedade paranaense.

A análise desse Relatório mostra que a expansão do ensino superior, no Estado, não tem seguido um planejamento racional. Conseqüentemente, na maior parte das instituições os efeitos dessa expansão foram insuficientes para germinar e proporcionar um ensino de terceiro grau inovado, voltado tanto para o saber universal quanto para as especificidades regionais. De caráter amplamente tradicional e apenas em parte caracterizado, falta-lhe sobretudo a vocação para a pesquisa científica.

¹ BUARQUE, Cristovam. *A aventura da universidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p. 208.

Por outro lado, é inegável que as primeiras universidades curitibanas — a Universidade Federal do Paraná e a Pontifícia Universidade Católica do Paraná — representam uma significativa contribuição ao desenvolvimento do Estado por meio de suas ações na cultura e na formação de milhares de profissionais que têm ocupado cargos de liderança no Paraná e no Brasil.

Essas instituições vivem, no momento, o grande dilema de encontrar formas de renovar sua proposta acadêmica, pôr-se ao compasso com a nova realidade mundial e nacional, com o surgimento de diversas instituições universitárias novas na região, e tentar realizar tal feito coerentemente com sua tradição e seus princípios, os quais, muitas vezes e para muitas organizações, têm o sentido da acomodação e da mesmice.

A história da implantação das primeiras instituições de ensino superior do Estado do Paraná acontece no final do século XIX, quando a colonização de países na África e Ásia se dá em consequência da política imperialista decorrente da necessidade de expansão do capitalismo.

Nessa mesma época, no continente europeu, dava-se a livre concorrência pela formação do capitalismo de monopólios. Tal situação acentuou, no início do século XX, grandes disparidades sociais resultantes da excessiva concentração de renda.

Os choques entre as potências imperialistas, decorrentes da colonização, culminam no conflito armado da Primeira Grande Guerra (1914-1918).

Durante a guerra, outro fator importante abala o mundo: a Revolução Russa de 1917, quando é deposto o Czar Nicolau II e é instaurado o primeiro governo socialista inspirado na doutrina marxista.

Após a Primeira Guerra, começa a penetração do capital americano e o início da ascensão dos Estados Unidos da América - EUA -, cuja influência econômica torna-se marcante, inclusive na Europa.

Esses fatos interferiram diretamente na educação nacional, pois esse ambiente, muito favorável à expansão econômica dos EUA, leva à estratégica instalação de indústrias noutros países, a fim de explorar a mão-de-obra barata e a matéria-prima local. Essas empresas agravam o problema de subdesenvolvimento dos países, cuja economia é, sobretudo, de base agrícola.

Esses países, social e economicamente abalados, passam a compor o bloco do chamado Terceiro Mundo e procuram a emancipação a duras penas, apesar de dependência econômica e até política.

No Brasil, a herança do Império oferece um quadro melancólico ao ensino. Logo após a Proclamação da República, a Constituição de 1891 reafirmara o processo de descentralização do ensino, atribuindo à União a incumbência da educação superior e secundária e, aos Estados, a elementar e a profissional.

Vivia o povo brasileiro um contexto político-social fervilhante e o mundo estava no início do segundo conflito mundial, quando, a 26 de

fevereiro de 1938, reuniam-se em Curitiba, inspirados pelo exemplo de São Paulo e por convocação dos professores Omar Gonçalves da Mota, Carlos de Paula Soares e Homero de Mello Braga, os componentes da Assembléia de Intelectuais, que tinha por finalidade criar uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na capital paranaense. Ou seja, uma instituição de ensino superior de inspiração didático-científica inteiramente nova, no Brasil. As Leis (Francisco Campos, de 1931), a previam, assinalando como seus objetivos: ampliar a cultura do domínio das ciências puras; promover e facilitar a prática de investigações originais; desenvolver e especializar conhecimentos necessários ao exercício do magistério; sistematizar e aperfeiçoar a educação técnica e científica para o desempenho profícuo de diversas atividades nacionais.

A instituição era nova, seus objetivos também eram novos e, sobretudo, pouco conhecidos nos meios nacionais e paranaenses, habituados ao clássico modelo das faculdades de Medicina, Direito e Engenharia. Todavia, pelo prestígio social e capacidade organizadora de seus fundadores, a idéia logo se concretizou, superando os obstáculos iniciais de ordem financeira.

As instituições de Ensino Superior exercem funções de reproduzir e de criar. Desenvolvimento e criação, produção de novas formas, novas relações de produção, desenvolvimento entendido aqui como o melhoramento do envolvimento do homem com o próprio homem, e com a natureza.

Dessa maneira, a criação de instituições de ensino superior consegue aglutinar forças de várias tendências ideológicas em torno da busca comum pelo crescimento e desenvolvimento de uma região.

1.1 Problema e perguntas da pesquisa

Levando-se em consideração os aspectos levantados no contexto do surgimento das primeiras universidades no Paraná, o problema de pesquisa pode ser assim expresso:

De que maneira os elementos tradicionais e históricos, norteadores das propostas educacionais das universidades pioneiras do Paraná, instrumentalizam-nas (ou não) para a renovação institucional exigida pela comunidade, pelo Estado e pelo País, frente ao fenômeno da globalização, das novas teorias de gestão universitária e novas necessidades de formação profissional?

A fim de orientar o trabalho de investigação, formulam-se as seguintes perguntas de pesquisa, subdividindo a pergunta central do problema:

1. Como surgiram as primeiras universidades no Paraná?
2. Quais são os elementos norteadores das propostas acadêmicas das universidades pioneiras?

3. Como as universidades pioneiras podem utilizar a experiência acumulada em um projeto de renovação institucional a fim de fazer frente às novas realidades sociais do País e do Estado?

4. Como a gestão das universidades pioneiras do Paraná pode se instrumentalizar para conduzir o processo de renovação institucional?

5. Que saída propor à Universidade, frente ao dilema: atender a demanda imediatista do mercado, ou cumprir a função de formadora global do espírito humano?

1.2 Objetivo do trabalho

Este estudo tem como objetivo geral caracterizar os novas realidades vivenciadas pelas universidades pioneiras do Paraná - UFPR e PUC PR -, a partir da análise histórica de suas propostas educacionais e do papel da gestão universitária na renovação institucional.

1.3 Justificativa

A justificativa deste trabalho está focada em dois níveis. Primeiramente, no nível técnico-formal, prende-se ao cumprimento do requisito para conclusão plena do Curso de Mestrado, etapa ímpar na vida e na carreira profissional do mestrando autor desta Dissertação, pautadas na prática como educador e como administrador de instituições de ensino. No nível acadêmico e cultural mais amplo, justifica-se o estudo pelo grau de representatividade que as duas Universidades pioneiras do Paraná possuem na Cidade, no Estado e no País, como reconhecidos órgãos-agentes de aperfeiçoamento do ser humano, da sociedade e da Pátria, por meio da sistemática construção e metódico exercício do saber.

Optou-se pelo estudo da UFPR e da PUC PR, as duas primeiras e maiores universidades paranaenses instituídas, suas realidades, dificuldades e esforços para sobrevivência, dentro de novas propostas para a Educação, por oferecem um aprofundamento do estudo teórico da gestão de instituições de ensino superior, a partir da análise conjuntural de sua formação, estruturação e funcionamento atual.

Para que essas universidades possam garantir a liberdade de pensamento, sua autonomia administrativo-financeira e estejam integradas à realidade mundial, elas devem preservar sua identidade, mas somar-se às novas perspectivas mundiais, atuando como agentes transformadores da sociedade, transcendendo a posição de reprodutoras de informação, para atuarem como artífices do conhecimento e do saber.

Considera-se, pois, de grande importância, a tomada de consciência pelos dirigentes dessas instituições dos desafios que permeiam o mundo atual e suas conseqüências para a universidade. Frente às exigências do mercado, a universidade e seus administradores devem estar preparados para assumir suas posições, para vislumbrar as conseqüências de seu

planejamento (ou da falta dele), da pesquisa e da extensão, do ensino como formador do homem, e da avaliação, para o recomeço de um novo ciclo, na busca pela superação constante.

1.4 Divisão do trabalho

O presente trabalho está estruturado em oito partes.

Nesta parte inicial, é apresentado o tema estudado, assim como, são apresentadas as instituições pesquisadas. Também são identificados o problema e perguntas de pesquisa; o objetivo a ser alcançado e as justificativas que sustentam o tema da pesquisa.

No segundo capítulo, intitulado "Nove séculos de universidade", faz-se uma breve síntese da história da formação da Universidade no mundo, comentando-se seu surgimento, estruturação e transformações, do século XI ao século XX. Faz-se também uma análise do nascimento e consolidação da universidade no Brasil, especialmente no Paraná, conjugada aos acontecimentos políticos e às mudanças socioeconômicas no país, do final do século XIX ao final do século XX.

O terceiro e quarto capítulos apresentam, respectivamente, o histórico de formação da UFPR e da PUC PR, as motivações que impulsionaram as suas implantações, as mudanças estruturais e a estrutura atual dessas universidades.

O quinto capítulo - *Universidade: novos desafios* - expõe em linhas gerais os desafios da sociedade atual vividos pelos gestores das universidades, que têm de dar respostas às questões intra e extra universidade, sem esquecer os ideais da educação que nortearam a ação de seus idealizadores.

O sexto capítulo é a última parte do trabalho propriamente dito e apresenta as *Considerações Finais*, onde comenta-se a necessidade de sobrevivência da instituição universitária como promotora do ensino, pesquisa e extensão, em contraste à imposição imediatista do mercado em produzir-se mão-de-obra especializada ou simplesmente instrumentalizar pessoas para ocuparem funções predeterminadas.

Enfim, ao final de tudo, são listadas no capítulo sete as obras que forneceram informações e as que são de interesse para a pesquisa e constituem campo de estudo para aprofundamentos sobre o tema em foco e outros tantos correlatos a ele.

O capítulo oito contempla os Anexos, considerados documentos de interesse para apoio e ilustração às discussões correspondentes.

1.5 Metodologia

O presente estudo adota a metodologia da pesquisa de natureza histórico-bibliográfica.

2 NOVE SÉCULOS DE UNIVERSIDADE

“Uma criação sublime do espírito medieval”. Essa é uma definição de universidade dada por CRUZ². Diga-se, já de início, como o próprio autor ressalta, que tal definição faz sentido quando e se o que se tem em mente é a “história da Universidade como instituição” Nesta perspectiva, ela nasceu aproximadamente no ano mil, na Europa, contemporânea das Cruzadas e das grandes catedrais românicas e góticas, sendo, em muito, produto daquele mesmo contexto histórico. Quanto à ressalva sobre o brilho e a natureza do saber da Antiguidade, o autor afirma que, indiscutivelmente, a Idade Antiga possuiu suas escolas superiores, algumas de brilho tal que eternizaram sua fama. Na Alta Idade Média prosseguiu a tradição escolar romana e, sob a égide da Igreja, altos centros de estudo floresceram, preparando profissionais nas áreas de teologia, direito, medicina, dentre outras. Entretanto, diz o autor, apenas os homens do século XII conceberam a Universidade como tal, cuja figura não conheceu nem a Antiguidade nem a Alta Idade Média.³

O “espírito medieval”, ao qual se refere CRUZ, é por ele mesmo explicado, quando se reporta à formação e organização social de uma classe duplamente caracterizada, ou seja, a gênese de um corporativismo “entre os profissionais do estudo: os mestres e os discípulos”⁴. Esse espírito de classe, essa estrutura corporativa, esse auto-reconhecimento consciente dos seus componentes deu à Universidade seu caráter categórico de *instituição*, com autonomia jurídica e projeção respeitável, bem além da sua localidade original. Tal projeção *universal* lembra a denominação e a terminologia atuais (Universidade/universalidade do saber), porém o autor não deixa esquecer que o termo *universitas*, naquela época, possuía apenas e tão-somente o significado de *corporação*, enquanto *universo* profissional

² CRUZ, Guilherme Braga da. **Origem e evolução da universidade**. Col. Ensaios Universitários, II. Lisboa: Ed. Logros, 1964, p. 12.

³ CRUZ, *op. cit.*, p. 13.

⁴ *Ibidem*, p. 13.

composto pela classe dos docentes e discentes, unidos e reunidos profissionalmente.

*A Universidade não é ainda, como há de ser mais tarde, o conjunto das escolas superiores — a universitas facultatum; é simplesmente a corporação, ou seja, a instituição onde se encontram congregados, corporativamente, os mestres e os escolares: universitas magistrorum et scholarium.*⁵

Praticamente tudo de mais forte que caracterizou a Europa dos séculos XII e XIII contribuiu para o surgimento e o desenvolvimento dessas estruturas sociais de escolas universais e corporativas: progredia o saber em geral; firmava-se a teologia científica enquanto disciplina autônoma; o mesmo se dava com o direito romano e o direito canônico; a ciência ganhava um novo sentido de unidade; os ramos do saber humano eram vistos sob a óptica de uma hierarquia mais rigorosa; grandes centros urbanos eram formados; as grandes corporações de artes e ofícios nasciam, inspiradas no sentimento de forte solidariedade profissional. Isso tudo fez da universidade medieval uma instituição dotada de personalidade tal que em nada se poderia confundir com qualquer das organizações escolares anteriormente estabelecidas; aliás, destaca o autor, fez-se “inconfundível, até, consigo mesma. Não há então, pode dizer-se, duas universidades iguais, nem na sua origem nem na sua estrutura interna.”⁶

2.1 Origem e organização institucional

Quanto à sua organização institucional de origem, é comum a classificação das universidades em *ex consuetudine*, *ex secessione* e *ex privilegio*.

CRUZ⁷ explica que as primeiras foram chamadas universidades *ex consuetudine* ou de formação consuetudinária, por seu nascimento espontâneo, por meio de um processo característico de crescimento e

⁵ *Ibidem*, p. 13-14.

⁶ *Ibidem*, p. 15.

⁷ *Ibidem*, p. 16 e ss.

agregação corporativa ocorrido em uma ou mais escolas locais já existentes. A de Paris e a de Bolonha são as mais antigas e famosas universidades deste tipo, seguidas, logo depois, pelas de Oxford, de Montpellier e de Orleans. Essas escolas ganhavam fama pelo destaque de um ou mais mestres locais que se notabilizavam pelas aulas ministradas, e a isso acrescentava-se o fato de que a escola especializava-se em uma dada disciplina. Exemplos de mestres famosos: Guillaume de Champeaux, em Paris; Irnério e Graciano, em Bolonha. Especialização disciplinar: teologia, em Paris e Oxford; direito, em Bolonha; medicina, em Montpellier. Também ocorria o surgimento de novos métodos de ensino, que completavam esse quadro de fama e destaques — como o método escolástico, no ensino de teologia, em Paris, o método das glosas, no ensino de direito, em Bolonha. Tudo isso atraía estudiosos de toda a Europa, e as velhas escolas diocesanas, municipais ou monásticas iam-se conscientizando de sua importância e de seu poder. Daí, muito da motivação corporativa, que reunia mestres e alunos na defesa de interesses comuns ou na reivindicação de regalias desejadas. Muitas vezes, tais reivindicações, animadas pelo espírito corporativo, desaguavam em conflitos sociais calorosos entre burgueses e escolares, abalando a calma de pacatas cidades universitárias, como tantas vezes ocorreu em Paris, Oxford e Bolonha. Registram-se incidentes graves e sangrentos, inclusive muitas mortes por assassinato. Ficava claro que não bastava um bispado, um município ou um mosteiro para subordinar tais escolas, já contando com milhares de estudantes, de diversas origens geográficas e nacionalidades. É então que se decide pela sua submissão à autoridade da Santa Sé. Só o Papa, supremo árbitro das nações e chefe da Cristandade, poderia supervisionar suas ações, mediar seus conflitos e estabelecer equilíbrio nos embates com outros segmentos da comunidade local e nacional. Esse foi o ponto ômega da sua formação *ex consuetudine*: a universalidade da escola e sua autonomia corporativa ultrapassam o fato social para atingir o fato jurídico. Nesse momento, passa a haver, de fato e de direito, uma *Universidade*.⁸

⁸ *Ibidem*, p. 20-21.

Já as universidades *ex secessione* constituem um desmembramento de outra universidade, uma separação ou secessão. Os incidentes entre estudantes e burgueses muitas vezes impediam o andamento das aulas. Então, a escola, pobre em bens materiais, já espalhada por modestas casas alugadas ou pelos claustros das sés e dos mosteiros, levava ao extremo a sua mobilidade, sua liberdade de movimentos: transferia-se para outra cidade, na maioria das vezes, uma localidade próxima. As secessões terminavam, normalmente, no regresso da corporação escolar à cidade que tinha deixado. Mas esse regresso nem sempre foi integral. Alguns mestres e escolares recusavam-se a voltar com a escola ao ponto inicial, e ali permaneciam, na mesma rotina corporativa antes vivida, com as mesmas regalias universitárias antes possuídas.

A primeira universidade formada por este processo foi a de Cambridge, nascida de uma secessão da universidade de Oxford, no ano de 1209, depois de graves incidentes que culminaram no assassinato de alguns escolares pelos burgueses de Oxônia. E origem idêntica teve também a Universidade de Pádua, fundada em 1222, por virtude duma secessão ocorrida com a Universidade de Bolonha.⁹

Em contraste com as universidades consuetudinárias, as *ex secessione* têm sua origem numa data certa e foram criadas pela própria iniciativa da corporação escolar, sem nenhuma intervenção externa.

Por fim, as universidades *ex privilegio* são aquelas que surgiram por efeito da deliberação de um soberano. Apesar dos privilégios concedidos pelos seus instituidores, essas universidades não contavam com a bagagem, o peso e o prestígio duma tradição. Por isso, era-lhes necessária uma confirmação pontifícia que as livrasse de uma projeção puramente local. Só o papa poderia elevá-las ao plano ecumênico das demais, reconhecendo validade universal aos graus acadêmicos por elas outorgados. Ficavam, pois, autorizadas pelo papa a conferir a todos os seus licenciados, como faziam as universidades tradicionais, o *ius ubique docendi* — direito de lecionar em qualquer parte.

⁹ *Ibidem*, p. 23.

A mais antiga destas universidades foi a de Palência, em Espanha, fundada pelo Rei Afonso VIII de Castela, em 1212, mas que não logrou sobreviver para além do século XIII, ofuscada pela projeção que entretanto alcançara Salamanca. Alguns anos depois, surgia a universidade de Nápoles, fundada em 1224 pelo imperador Frederico II; e, logo em seguida, a de Toulouse, criada pelo conde local, em 1229, a pedido do próprio papa. E, daí em diante, a criação ex privilegio passava a ser o caminho invariavelmente seguido, na formação de novos centros de ensino, de categoria universitária.¹⁰

2.2 Estado dentro do Estado

Sendo sua formação espontânea, por desmembramento ou privilégio real e pontifício, as universidades dos séculos XII e XIII apontam uma característica em comum: a autonomia institucional. A independência, neste âmbito, era absoluta, tanto para efeitos jurídicos como administrativos.

A universidade é dotada de personalidade própria, sôlo privativo, governa-se por si, organiza o ensino e o conteúdo, escolhe livremente os seus mestres, e está já alçada da jurisdição ordinária, pois os seus membros - sejam mestres ou discípulos - têm o privilégio do foro eclesiástico, e, em certos casos, chega a criar-se para eles um foro especial: o chamado foro acadêmico.¹¹

Nessas primeiras universidades, o governo institucional pode estar predominantemente na mão dos mestres, como em Paris, ou na dos escolares, como em Bolonha. De qualquer maneira, é um governo autônomo e livre, sem dependência de qualquer poder superior. Reis e Papas interferem na vida da universidade para lhe dar existência, ou para conceder privilégios e regalias. Contudo a interferência nisso se resume e aí cessa, avançando, quando muito, para o exercício de uma “discreta proteção e arbitragem”, em horas difíceis da vida institucional. Assim a Universidade assume a característica de um verdadeiro “Estado dentro do Estado”.

¹⁰ *Ibidem*, p. 24-26.

¹¹ *Ibidem*, p. 29.

Além da independência administrativa, há uma segunda face da autonomia universitária: a *liberdade intelectual*. Apesar de estar sujeita a uma norma de vida, ao serviço da comunidade cristã e da Igreja de Roma, esta não era uma imposição doutrinal, e sim o resultado de orientação doutrinal que adotou, não estando a serviço de certa política ou crença.

2.3 Subordinação ao Estado

A independência jurídico-administrativa da universidade foi o primeiro agente a enfraquecer a autonomia institucional, quebrando a liberdade quase total da corporação. Nos estudos de CRUZ¹², é atribuída a responsabilidade deste fato à própria instituição, pela difusão de idéias romanísticas, o que causou o fortalecimento do poder real em toda a Europa, do século XIII em diante. A universidade, ao servir de auxílio na ressurreição do direito romano, coloca nas mãos do Estado as armas de que este iria servir-se para lhe arrebatá-las seus privilégios e regalias.

Com o crescimento do poder político dos príncipes reinantes, nos séculos XIV e XV, o governo do Estado foi absorvendo a administração da corporação universitária, cerceando suas regalias e liberdades. A partir daí, as novas universidades já nascem com uma subordinação ao poder real, desconhecida nos séculos anteriores. Os monarcas, por meio de rendimentos e bens materiais, agora oferecidos (em lugar dos privilégios e liberdades anteriormente ofertados), exigem em troca direitos como da nomeação de professores, interferência na administração universitária, escolha de Reitores de sua confiança e, até, sua própria inclusão na corporação, investidos no cargo de protetores dos estudos. Disso resulta, para as novas universidades, uma subordinação desde o início ao poder real, nunca antes conhecida.

Entretanto, nos aspectos doutrinários, não houve perda de autonomia, por parte da Universidade, a registrar, nessa época, prosseguindo ela a ser intelectualmente livre e independente.

2.4 Subordinação intelectual

Seria consequência lógica, ainda que mais tardia, dessa quebra progressiva da autonomia administrativa da universidade, a perda da outra autonomia, a sua *independência doutrinal*. Diz CRUZ que

Bastava, para tanto, que o Estado tomasse como própria uma doutrina nova, diferente daquela que até aí servira, e diferente daquela que a Universidade sempre abraçara. E foi o que veio a acontecer sob a Reforma protestante.

...

A Universidade não gerou a Reforma...

Mas, se a Universidade não seguiu voluntariamente a Reforma, a verdade é que a Reforma não podia vencer sem o apoio da Universidade.¹³

Esse apoio a que se refere o autor, viria pela vertente do poder político do Estado. O movimento Reformista¹⁴ foi percebido pelos príncipes alemães como instrumento para elevar o poder e a riqueza do Estado, já que atingia duramente o prestígio e a riqueza da Igreja. Isso era suficiente para que empenhassem em favor do movimento todo o arsenal político que possuíam. A Universidade, nesse contexto, representava uma significativa arma intelectual a ser conquistada como aliada. Para tanto, era preciso atuar em duas frentes: por um lado, levar para dentro da Universidade a divulgação da Reforma e sua estrita observância; de outro, promover a fundação de novas universidades, já inteiramente dentro dos paradigmas e a serviço da Igreja Reformada. Assim prossegue CRUZ:

WITTENBERG, ERFURT, BASILEIA, entre as universidades já existentes, foram as primeiras vítimas desta opressão intelectual, comandada pelo Estado, ao serviço da Igreja Luterana, e pela Igreja Luterana, ao serviço do Estado; MARBURGO, KÖNIGSBERG e IENA, as primeiras que expressamente se fundaram para servir o luteranismo, e para servir, através dele, os desígnios dos príncipes alemães.

¹² *Ibidem*, p. 33-34.

¹³ *Ibidem*, p. 42.

¹⁴ O autor se refere à Reforma Protestante, movimento liderado por Martinho Lutero.

Numas e noutras, o processo de opressão era sempre o mesmo: extinção de todos os velhos privilégios universitários, que porventura ainda existissem; subordinação administrativa total ao poder do Estado; exigência de uma solene profissão de fé luterana a mestres e discípulos; censura prévia de todas as lições e conferências, que houvessem de ser proferidas na Escola.¹⁵

A Reforma Protestante valeu-se da queda de prestígio da Igreja de Roma junto às massas populares e, simultaneamente, agiu ampliando essa queda. CRUZ¹⁶ acrescenta que essas providências tomadas pelo Estado Luterano¹⁷ tiveram como conseqüências o êxodo e a expulsão de mestres e alunos. WITTENBERG, diz ele, que era a Universidade em que Lutero lecionava, desde 1521 encontrava-se reduzida a poucas dezenas de estudantes. ERFURT não tinha mais de quinze alunos em 1523. BASILEIA, em 1528, contava com apenas um aluno matriculado, fechando as portas no ano seguinte.

O que fazia o Estado Luterano contra tais adversidades? Movia a máquina financeira de Estado novo-rico, dispondo dos bens que acabava de confiscar das Congregações Católicas: “Instalações escolares suntuosas; ricas bibliotecas, formadas com os livros dos mosteiros; pingues rendimentos, em favor das cátedras universitárias; profusão de bolsas de estudo, em favor dos escolares”¹⁸.

Assim, segundo CRUZ, o Estado Protestante “comprava a liberdade intelectual das suas escolas superiores”¹⁹.

¹⁵ *Ibidem*, p. 42-43.

¹⁶ *Ibidem*, p. 42-44.

¹⁷ O autor utiliza esse termo (“Estado Luterano”), daí o respeito à fonte, ainda que seja discutível a existência, naquele contexto, de um Estado Luterano.

¹⁸ Cabe aqui observar, a título de esclarecimento, de lembrança e de instrumento para reflexão, que o autor deixa vazar, na obra abordada, uma indisfarçada indignação anti-Reforma. Isso faz sentido quando se acrescenta que o livro de CRUZ foi elaborado como compilação de um trabalho preparado para ser lido em um congresso universitário católico, portanto integrado no plano geral desse evento (I Congresso Nacional da J.U.C. – Lisboa, 1953). O próprio autor declara isso na nota (1), da página 7 da obra.

¹⁹ CRUZ, *op. cit.*, p. 44.

O que se segue, na abordagem do autor, é a observação reafirmada de que, por mais de um século, a despeito das medidas adotadas pelo Estado, a Universidade alemã experimentou um período de completa decadência, só dela se recuperando quando chegou a superar o proselitismo religioso dos anos primeiros da Reforma.

Observa, igualmente, o autôr, que naqueles países que permaneceram do outro lado dessa disputa, “fiéis a Roma”, em prosseguindo o Estado a ser católico, num quadro bem diferente da Alemanha, “a Universidade pôde, livremente, seguir a orientação doutrinal que sempre seguiu”, ainda que refletindo a já discutida perda de autonomia jurídico-administrativa. De toda forma, preservava e conseguia manter aí a sua independência intelectual.²⁰ Havia, por assim dizer, uma convergência tácita e pacífica entre a orientação doutrinal do Estado e aquela espontaneamente adotada pela Universidade, panorama oposto ao da intervenção doutrinal ativa dos países protestantes. Naturalmente, o Estado católico também utilizou-se da Universidade para suas ações de Contra-Reforma, sem resvalar, no entanto (diz o autor), na opressão doutrinal.

Segundo salienta STEPHEN D'IRSAY²¹, citado por CRUZ, houve, de início, certa simpatia despertada por Lutero entre os universitários e os humanistas em geral. Mas, a partir de 1521, com a condenação do Luteranismo pelas universidades de Colônia, Lovaina e Paris, e, logo em seguida, pela Santa Sé —, os intelectuais firmaram posição franca e abertamente hostil à “nova heresia”.²²

²⁰ *Ibidem*, p. 45.

²¹ D'IRSAY, STEPHEN. *Historie des universités françaises et étrangères des origines à nos jours. Tome I — Moyen Âge et Renaissance* (Paris, 1933); *Tome II — Du XVI.^e siècle à 1860* (Paris, 1935).

CRUZ utiliza-se vasta e recorrentemente dessa obra, para tecer a sua, declarando, na página 8, nota (1), que foi ela “a que mais largamente utilizou” e tecendo elogios ao seu conteúdo amplo no espaço e no tempo.

²² CRUZ, *op. cit.*, p. 41. Trata-se da nota (38), em que o autor avança em esclarecimentos.

Assim, segundo o autor, as universidades dos Estados católicos serviram deliberadamente ao ideal da Contra-Reforma. Destacam-se as universidades peninsulares, que tiveram seu período áureo no século VI e começo do VII. Salamanca, Coimbra, Valladolid e Alcalá “comandam os estudos universitários, abrem novos rumos às ciências divinas e humanas, fazem nascer novas disciplinas científicas”, sendo consideradas o centro das atenções de todo o mundo culto, na mesma época em que as universidades da Europa Central e do Norte, dominadas pela Reforma Protestante, entravam em decadência.²³

Não consegue o autor, todavia, tornar compatível sua reiterada afirmação da não-opressão pelo Estado Católico à universidade com alguns dados históricos indisfarçáveis e sobejamente conhecidos. Assim é que, fazendo certa concessão, CRUZ declara que a intervenção do Estado nunca foi doutrinalmente ativa, mas sim **“apenas o duma discreta e indispensável ação repressiva** (grifo nosso), exercida em defesa e a contento da própria corporação universitária”²⁴. É impossível deixar registrar o descompasso de argumentos do autor neste ponto, principalmente quando ele aborda, ainda que levemente, algumas questões vinculadas à Inquisição. Veja-se e reflita-se, com olhos e mente de cidadãos do derradeiro ano do século XX:

Toda a gente sabe que em Portugal e em Espanha, por exemplo, não faltaram casos de professores universitários que tiveram de comparecer perante o tribunal da Inquisição, e que, por sentença deste, tiveram de ser afastados das suas cátedras. E é incontestável que essa intervenção, se muitas vezes teve por base um sério fundamento de atividades heterodoxas por parte dos acusados, não poucas vezes também se prestou a abusos; a acusação de heterodoxia encobriu, por vezes, meros despeitos, ressentimentos e invejas, da parte de candidatos preteridos no acesso às cátedras, ou da parte de outros rivais no professorado, na política, etc. É sobejamente conhecido, por exemplo, o caso do professor salamantino FRED LUÍS DE LEÓN, que esteve afastado do ensino e preso nos cárceres da Inquisição vários anos, para depois ser posto em

²³ *Ibidem*, p. 48-49.

²⁴ *Ibidem*, p. 46.

*liberdade e recuperar a sua cátedra, ilibado das culpas que lhe eram imputadas.*²⁵

2.5 Reformas universitárias

CRUZ²⁶ prossegue, agora abordando o próximo marco relevante na história da Universidade, chamado por ele de *Reformas do século XVIII*, que se deram sob a égide do *despotismo esclarecido*, cuja inspiração é o *movimento iluminista*. Comparando os dois iluminismos, o autor diz que o primeiro, o *iluminismo enciclopedista*, fora marcado pela feição revolucionária, de anti-historicismo e anti-religiosismo, enquanto que este segundo, o iluminismo que jogou a sua *filosofia das luzes* sobre todo o século da Revolução Francesa, foi caracterizado por um traço essencialmente pedagógico e reformista, todo voltado para o conceito de reforma do ensino numa orientação que tentasse conciliar o *racionalismo* e o *utilitarismo* daquele século com a fé católica tradicional.

Destaca o autor²⁷ que não se tratava, entretanto, de uma reforma tecida e nascida no seio da universidade, “de dentro para fora”, fruto de um movimento evolutivo de idéias, mas sim, ao contrário, imposta de fora para dentro, despoticamente, pelo Estado, no exercício do que ele chama de “total onipotência que lhe pertencia”, de acordo com o pensamento político em voga. Sob a orientação desse iluminismo reformista, o Estado chamou a si a tarefa de concretizar a reforma do ensino, mobilizando o instrumento de toda a sua força política, mesmo que corresse o risco de sepultar de vez a autonomia institucional da Universidade. Assim vieram as reformas universitárias de Maria Teresa da Áustria e a Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra.

Numa palavra: o Estado arvorou-se em doutrinador; considerou-se a si próprio o primeiro dos mestres, e entendeu que devia ser despótico no ensino, como era despótico na

²⁵ *Ibidem*, p. 46.

²⁶ *Ibidem*, p. 49-50.

²⁷ *Ibidem*, p. 50.

*política. A Universidade, que começara por ser, na Idade Média, um Estado dentro do Estado, acabava sendo um organismo estadual, exclusivamente ao serviço dos ideais ético-políticos do próprio Estado.*²⁸

As conseqüências, segundo o autor, dessa entrada abusiva do Estado na vida institucional universitária, far-se-iam sentir, desde a Revolução Francesa até nossos dias, como marca indelével sobre todos os países que foram influenciados por aquela Revolução. Nunca mais o Estado abdicou do ensino universitário, naquela ótica de um ensino do Estado, ao serviço do Estado. Antes de atingir nossa época, essa herança da Revolução Francesa atingiu um ápice, na *Universidade Imperial* da Era Napoleônica, que serviu de modelo a plasmar instituições de vários Estados europeus.

Também o Estado Liberal do século XIX, diz o autor, neste particular, fez-se herdeiro direto do despotismo esclarecido e do imperialismo napoleônico. Houve uma generalização do pressuposto de que o Estado “deve arcar com todas as responsabilidades do êxito ou do insucesso do ensino universitário”. Daí tornou-se fácil, para muitos, apontar e creditar ao desleixo do Estado, quando este não impõe e não fiscaliza, a razão dos descaminhos educacionais superiores. Fácil, inclusive, diz o autor, torna-se encobrir o desleixo próprio, livrando-se de uma responsabilidade pessoal inalienável.

E CRUZ conclui esse momento de sua obra frisando seu pensamento de que a principal reforma da Universidade deve partir de dentro dela, dos professores e alunos, verdadeiros responsáveis na questão. Declara que, a seu ver, já não se pode fazer o mero e pleno retorno à antiga autonomia universitária, mas há que se colocar o problema da demarcação dos limites a serem obedecidos pelo Estado em sua intervenção na vida institucional. E clama pelo restabelecimento contemporâneo daquele espírito corporativo

²⁸ *Ibidem*, p. 54-57.

O autor prossegue inserindo a observação de que a universidade, nesse seu berço histórico, em certa medida, retomava e repetia o fazer clássico da Grécia, nas “academias” (platônicas, por exemplo), onde e quando, a partir do século VI a. C., deu-se a transição do pensamento mítico para o pensamento racional. A posterior consolidação do cristianismo trouxe consigo uma alteração de fundamentos: a educação abandonou o debate criador e divulgador de novos conhecimentos, para abraçar o papel de formadora da juventude, o que era feito em escolas e conventos cristãos. Por mil anos, aproximadamente, o que predominou, em termos do conhecimento, foi o *interpretar*, e não o *avançar*, *esclarecer pela revelação divina e por doutas autoridades*, e não *buscar a divulgação e ampliação do número de conhecedores*. Não estava em foco debater para se aproximar da verdade, mas sim para verificar qual o pensamento herético que mais se distanciava das escrituras.

Nessa busca, pensadores e sábios se debruçavam sobre pequenas dúvidas e questões postas e sobrepostas quanto à exegese da verdade religiosa.

Seria necessário, para BUARQUE³², o decurso de aproximadamente mil anos (e mil e quinhentos, a contar de Platão) até que viesse a ser criado o embrião das universidades atuais: as escolas, organizadas no reino franco de Carlos Magno, a seu pedido e convite, no século XI, por um erudito da Inglaterra chamado Alcuin, ex-bibliotecário da catedral de York, que foi para a corte de Carlos Magno, tornando-se seu amigo e colaborador. Mesmo assim, os temas, registrados em seus escritos, ainda gravitavam no âmbito dos dogmas religiosos, da Bíblia e das heresias.

Explica o autor que ao século XII caberia testemunhar uma concentração de esforços intelectuais, de coleta, sistematização e edição, processo esse que viria a culminar no estabelecimento dos chamados *studia generalia*, por grupos de estudiosos. Esses *studia generalia* atraíam alunos

³² *Ibidem*, p. 20-21.

dos mais variados lugares, “com o objetivo de aprofundar o conhecimento do mundo”. Essa a razão de serem *studia* e *generalia*. Paris e Bolonha dividiram a primazia e o pioneirismo como centros desses estudos, mas logo vieram outros, criados entre a Espanha e a Polônia. Aqui BUARQUE contribui com noções fundamentais para a compreensão dessa gênese que se busca descrever e estudar; trata-se da passagem sutil, que durou poucas décadas, da *universitas* inicial, que tinha apenas o sentido de *associação legal* (a *corporação* descrita por CRUZ), para a *universitas* detentora do sentido contemporâneo que damos à *universidade*: “**uma associação de alunos e professores visando fazer avançar o conhecimento**”³³ (grifo nosso). E o autor destaca que já lá estavam presentes duas características básicas desse conceito que sobrevive até hoje, acrescidas de outros dois fatores fortes na configuração desses grupos, quais sejam:

- a) o objetivo do **estudo livre**;
- b) o **caráter associativo** dos estudiosos em um grupo;
- c) o desejo de assegurar **liberdade** às atividades que praticavam;
- d) a necessidade de um **fórum particular para os debates** (grifos nossos).

É precisamente aí que entra em cena, de forma frontal, o conceito utilizado pelo autor, “A origem na crise”, pois a realização operacional desse quadro, como acaba de ser descrito, apoiado nessas quatro vigas-mestras da *universitas*, só seria possível com a e dentro da crise teórica de um mundo que passava a ousar interpretações e possibilidades novas de entender o universo; só seria possível a partir da crise social que formava cidades, que valorizava o comércio; da crise política que apontava para novo tipo de organizações, bem diferentes dos feudos da aristocracia.

³³ *Ibidem*, p. 20.

Era a Universidade nascendo, sendo formada em plena transição vivida pela humanidade, numa virada de foco e de paradigma: do rural para o urbano; do dogma para a razão; do espiritual-eterno para terreno-temporal; do Medieval para o Renascentista. A Universidade é, portanto, ao mesmo tempo, filha dessa transição e elemento constitutivo do novo paradigma que se engendrava. E coube a ela, nos séculos que se seguiram, ser o palco por excelência do avanço do conhecimento da humanidade. Foi ela a artífice da “subversiva incorporação do pensamento grego na vida intelectual do Ocidente Cristão”. Para tanto, foi preciso que ela se voltasse para as próprias entranhas como alvo e objeto de uma revolução reorganizando o saber e reestruturando métodos de ensino. E, por incrível que possa parecer a uma primeira tomada de consciência, essa mesma *universitas* revolucionária, dentro de alguns séculos, começou a acomodar-se.

2.7 Renascimento sem Universidade

O autor³⁴ evolui, então, para novo momento de sua dissertação, novamente escolhendo um título sugestivo: “A Renascença sem a universidade”. Para chegar a ser o que foi, nos primeiros séculos de sua existência, a universidade criou uma estrutura tal que terminou por aprisioná-la. Vítima de si mesma, a universidade “não foi a casa dos descobridores e conquistadores, nem dos grandes pintores e inventores da Renascença”. O Infante Dom Henrique não aproveitou o conhecimento da Universidade de Coimbra, fundou uma escola especial em Sagres para os seus fins. A Universidade viu-se diante de uma contradição. Ajudou a construir um conhecimento que, por sua vez, produzia um mundo novo; esse mundo novo a intimidava. Ela cresceu a partir da superação dos dogmas, elaborou a metodologia interpretativa para a filosofia e para a ciência inicial, mas não conseguiu ir além quando o pensamento precisou

³⁴ *Ibidem*, p. 21-22.

ultrapassar o legado grego. O autor se refere a uma obra de CROMBIE³⁵, a *Historia de La Ciencia: de San Agustin a Galileo – siglos V-XII*, para observar que, em seu índice onomástico, a palavra “universidade” aparece sete vezes; no segundo volume, que aborda do século XIII ao XVII, a palavra universidade simplesmente não mais aparece. Nessa linha de exemplos, reporta-se também a BURCKHARDT³⁶, no livro *A Cultura do Renascimento na Itália*, onde o tema “universidade” ganha o espaço de quatro páginas, porém dá-se destaque à importância das “escolas independentes”, nas quais certos indivíduos dotados de distinção, isolados ou em grupos, praticavam ensino de filosofia e filologia. BURCKHARDT, citado por BUARQUE, acrescenta igualmente o fato de que “Em Roma, os estudos lingüísticos e antigos não tinham quase nenhuma conexão com a universidade”. Muitas vezes, inclusive, um professor emérito ou um autor clássico não possuía vínculo algum com a universidade da cidade onde trabalhava. Mesmo quando ocorria de estarem vinculados a uma universidade, tais mestres trabalhavam sozinhos. Da Vinci, Michelangelo, Petrarca e Dante não foram intelectuais de universidade. Copérnico não foi professor universitário (não obstante sua longa formação nas universidades de Cracóvia, Pádua e Ferrara). Galileu passou pela cátedra de Florença e foi posteriormente eleito professor vitalício da Universidade de Pádua, porém preferiu o cargo de pesquisador ao lado do Duque de Toscana. Assim que o seu pensamento, expresso em belo estilo, passou a conquistar mentes fora dos muros das universidades, os professores universitários aristotélicos, unidos, abriram guerra contra ele. Acabaram, unidos aos padres dominicanos, por acusá-lo de heresia do uso da matemática e o denunciaram à Inquisição. Em poucos séculos, a Universidade passou de promotora do saber a instigadora e conivente para impedir o avanço do conhecimento. As mortes, na fogueira, de Miguel Servet, o descobridor da circulação pulmonar, e de Giordano

³⁵ CROMBIE, A. C. *Historia de la ciencia: de San Agustin a Galileo*. Madrid: Editorial Alianza, 1974, *apud* BUARQUE, *op. cit.*, p. 22.

³⁶ BURCKHARDT, Jacob. *A cultura do renascimento na Itália*. Brasília: Ed. UNB, 1991, *apud* BUARQUE, *op. cit.*, p. 22.

Bruno, não mereceram a indignação da universidade, muito menos qualquer reação dela.

BUARQUE empresta as palavras de BERNHEIM³⁷, pelas quais A Universidade de Paris, em 1431, foi a mentora do processo e da condenação de Joana D'Arc. Bem assim, condenou a Reforma Protestante e negou-se a adotar o humanismo da renascença. Na Inglaterra, Francis Bacon abriu luta contra a Universidade, chamando-a de "cárcere de seus professores, onde não há lugar para as ciências". Na verdade, a Universidade ficou de fora do imenso movimento científico e filosófico que instaurou o mundo moderno. E fora dela é que se encontraram os homens que criaram a modernidade. Descartes e Leibniz não lecionaram. Kant pagou preço alto por ter sido o primeiro grande filósofo moderno a ocupar cátedra na Universidade de Königsburg, na Prússia — só problemas lhe advieram e nenhum auxílio para suas investigações. Leibniz, que propunha uma educação superior prática, manteve-se fora da universidade, denunciando os grilhões antimodernistas que a prendiam e percebendo que as especulações sobre a nova ciência não chegavam a responder às novas exigências quanto a um salto de utilitarismo e funcionalismo oriundas do capitalismo e da industrialização.

E BUARQUE³⁸ segue dizendo que em Paris a Sorbonne é fechada após a Revolução de 1792, "pela incapacidade de acompanhar as exigências do mundo do liberalismo, do capitalismo; da busca pela igualdade, do pensamento livre"³⁹. Eram novos sinais da incapacidade de a Universidade acompanhar o mundo em sua dinâmica inerente e eterna.

O autor aponta que a universidade retoma importância a partir do século XVII, em especial na Inglaterra. Newton, em Cambridge; Hobbes, em

³⁷ BERNHEIM, Carlos Tunnermann. *Universidad – historia y reforma*. Nicaragua:

Editorial UCA, 1992, p. 31, *apud* BUARQUE, *op. cit.*, p. 23.

³⁸ BUARQUE, *op. cit.*, p. 24.

³⁹ *Idem, Ibid.*

Oxford. E Adam Smith que, “mesmo preferindo ser tutor de aristocrata, manteve vínculos com a Universidade de Edimburgo”⁴⁰.

2.8 Entrando no século XX

Não estavam na Universidade os grandes homens da Renascença, nem tampouco os inventores do século XX. Por que não havia espaço “universitário” para Watt, Ford, Edson, Bell e tantos outros? Simplesmente porque a Universidade havia chegado a ser *científica*, mas não conseguia ser *inventiva*. E a lista de BUARQUE continua. Mesmo dentro do campo científico, não foi dentro das universidades que nasceram os grandes saltos do século XX. Marx, não obstante fosse doutor, não recebeu acolhida por nenhuma academia do seu tempo. Freud desenvolveu seus estudos em terreno personalíssimo, junto a clientes, no Hospital de Viena e no Salpêtrière, em Paris. Einstein somente chegou à academia após ter produzido suas grandes obras, por volta de 1905. Keynes, ainda que desenvolvesse carreira próxima à universidade, não foi profissional universitário. Por todo o século, a verdade é que as mentes mais brilhantes nas artes e nas letras floresceram fora da universidade.

2.9 Universidade domesticada

No período que o autor situa a partir dos anos 30, diz ele que a Universidade foi o agente motor e consolidador da revolução técnica que ela mesma, inicialmente, não deflagrou. Transformou-se em agente da modernização; tornou-se o centro de geração do saber da sociedade de consumo. Seus cursos bruscamente foram voltados para as carreiras técnicas. Reorganizou-se em uma estrutura de departamentos, que foram os facilitadores de uma formação dotada de maior rapidez, maior eficácia, menor complexidade e menos humanismo. O autor afirma que a Universidade cumpriu mais uma vez seu destino de ser ponte na transição tecnológica. E acrescenta:

⁴⁰ *Idem, Ibid.*

Antes, a Universidade contestava os desenhos do futuro. No decorrer do século XX o futuro da civilização parecia aceito; a universidade servia para justificá-lo, legitimá-lo, e para ajudar a construí-lo sem contestá-lo. Para dar a ilusão de contestação, foram criados departamentos especializados, que se limitavam, porém, a contestar e debater detalhes, sem ruptura com o propósito da civilização industrial.

O debate ideológico ficou dentro dos limites do paradigma epistemológico, da racionalidade e do experimentalismo, e socioeconômico, da civilização industrial.⁴¹

Três realidades compõem ilustração do autor quanto a esse quadro histórico. Primeiro, nos países desenvolvidos, especificamente na área das ciências exatas, a universidade transformou-se no mais importante centro de produção científica. Já nas ciências sociais, procurou-se reproduzir modelos e servir aos fins do progresso tecnológico, pondo em discussão somente as formas de distribuição dos benefícios desse progresso. Em segundo lugar, os países socialistas apresentaram um quadro em que a universidade também mostrou-se reprodutora dos padrões estabelecidos e não-contestados, modelo a que servia. Por fim, no Terceiro Mundo, “a Universidade foi um instrumento da balança de pagamentos: procurava reduzir a necessidade de importação de ciência, tecnologia, saber”, sem, no entanto, contestar o conteúdo que era importado, copiando apenas o estrangeiro, sem jamais buscar romper com ele. Com isso, a Universidade terceiromundina isolou-se da realidade natural e social. Apartada da maioria, ladeou a minoria privilegiada, mais motivada pelo conhecimento e pelos desejos do estrangeiro do que ligada aos interesses nacionais. Essa Universidade não foi capaz de (ou não quis) formular seus problemas e suas perguntas, mas demonstrou cabalmente que sabia aprender as respostas construídas no exterior para os problemas de lá. Uma Universidade sem raízes e condenada ao isolamento.

Na América Latina, no período das ditaduras militares que dominaram os grandes países do continente, as universidades representaram para os governos autoritários, instrumento de formação de mão-de-obra para “projetos megalomaniacos, excludentes, depredadores, endividadores, que

⁴¹ *Ibidem*, p. 25.

cumpriam um caminho aparentemente sem crise”⁴². Engenheiros cuidavam dos projetos de centrais nucleares e hidrelétricas, das grandes estradas e obras civis necessárias àquele modelo de desenvolvimento. Arquitetos projetavam verdadeiros “monumentos ao progresso”, prédios para órgãos de governo, para bancos, cidades-*shopping* e casas para os novos-ricos. E aos economistas, elevados ao *status* de teólogos da modernidade, cabia esculpir adequadamente os dogmas importados e legitimar o modelo adotado. A Universidade se beneficiava com a dinâmica do modelo. Era omissa e não se julgava em crise. Quando muito, analisava e criticava defeitos teóricos e desequilíbrios sociais que ocorriam no mundo exterior a ela.

*Quando a crise deste sistema aflora, a universidade continua presa aos velhos padrões, às velhas estruturas dos currículos profissionais. Mesmo as exigências da comunidade continuam sem grandes modificações: salários e verbas, em vez de uma outra universidade, diferente, sintonizada com o futuro.*⁴³

2.10

Saindo do século XX

BUARQUE afirma que, no mundo todo, a segunda metade do século XX foi o tempo em que a Universidade teve o seu máximo crescimento. Chega a julgar possível que o futuro venha a chamar o nosso tempo de o tempo da Universidade, tanto pelo aumento do número dessas instituições, como do número de unidades dentro delas; tanto pela massificação dos alunos, como pela profissionalização de seus professores. Não obstante, alerta o autor, esse foi também o tempo de sua domesticação. Nos primeiros séculos de sua existência, era, os contestadores do escolasticismo e dogmatismo; hoje, são os professores estabelecidos. Não podem dedicar-se a novas idéias, pois têm que consolidar de suas carreiras. “A universidade da segunda metade do século XX é uma universidade carreirista”⁴⁴. O mercado dita a escolha dos cursos; os livros-texto ditam como são dados os cursos; os

⁴² *Ibidem*, p. 26.

⁴³ *Idem*, *ibid*.

⁴⁴ *Ibidem*., p. 27.

Conselhos de Educação ditam como devem ser os livros-texto, para servirem ao estabelecimento teórico. Orientadores de teses determinam como as idéias devem ser formuladas, bem de acordo com os seus orientadores no exterior, e mantêm sua atenção maior focada nos congressos de seus pares.

*A carreira, a segurança, os salários, a crença no paradigma da civilização industrial, seja no lado capitalista, seja no socialista, estagnaram a universidade como centro de criação livre. Ela deixou de ser um centro contemporâneo da transição.*⁴⁵

Interessante é observar, ainda sob o duro eco da última citação de BUARQUE, que, à medida que sua análise se aproxima do final do século XX, sua compreensão dos fenômenos que envolvem a Universidade aponta para impressões mais positivas, no sentido de que ele vê a Universidade mais amadurecida e mais próxima do que, dignamente, se esperaria dela. Diz ele, imediatamente após aquele banho ácido sobre a estagnação universitária: “Os últimos anos do século mudam drasticamente esta realidade. A Universidade descobre a crise do mundo e mergulha em sua crise”.

2.11

A Universidade Brasileira

A idéia, ou seja, o conceito de Universidade é o ponto de partida de ZAINKO (1998)⁴⁶, para lançar as bases do capítulo de sua obra que traça o perfil construtivo, por assim dizer, a arquitetura dessa Instituição peculiar, no mundo e no Brasil, para atingir seu objetivo de “buscar os fundamentos da própria constituição da Universidade Brasileira”⁴⁷. Bem assim, autores dos quais se vale ZAINKO, como Cláudio Moura e Castro, Simon Schwartzman, Anísio Teixeira, Marilena Chauí, Paulo Renato Souza, Marco

⁴⁵ *Idem, ibid.*

⁴⁶ ZAINKO, Maria Amelia Sabbag. **Planejamento, universidade e modernidade**. Curitiba: All-Graf Editora, 1998.

⁴⁷ ZAINKO, *op. cit.*, p. 21.

Antonio Dias e outros. A autora vale-se da citação de CHARLE e VERGER⁴⁸, ao dizer que a Universidade é uma instituição peculiar do Ocidente, e acrescenta que o motor do seu desenvolvimento foram as exigências, todas diferentes, em diferentes períodos da história, que se foram instaurando, a partir do século XII, na Europa, com vistas ao enfrentamento do dilema sempre renovado de mover-se entre as ações contraditórias e não-facilmente conciliáveis de preservar o saber acumulado (ênfase no passado) e integrar as inovações, a avaliação das competências e até mesmo da mudança de critérios de apreciação (ênfase no presente e do devir).

Segue ressaltando, com o apoio dos autores citados, que as universidades situam-se como uma parte do ensino superior em geral, sendo um sentido-definição adequado e relativamente preciso o de que ela é uma comunidade relativamente autônoma de professores e alunos reunidos com a finalidade de assegurar o ensino de certas disciplinas em um nível superior. Esse sentido-definição revela sua natureza como “uma criação específica da civilização ocidental, nascida na Itália, na França e na Inglaterra no início do século XIII”⁴⁹. Não há como precisar a data, segundo a autora, para o surgimento das primeiras universidades, podendo-se considerar como contemporâneas as de Bolonha, Paris e Oxford, sendo que todas nasceram dentro da Igreja Católica. No final do século XI, surgiram e caracterizaram-se como mais independentes e mais laicas, as escolas de Direito, no norte da Itália (Bolonha), e de Medicina, ao sul da Itália (Salerno). Tais escolas foram formando mestres e estes foram se espalhando e assumindo cátedras, para além dos Alpes e até para a França e Inglaterra. Tal renovação de saberes possuía motivação conjunta, oriunda do desenvolvimento geral do Ocidente, da renovação econômica, do crescimento urbano e também da convergência no pensamento da Igreja, autoridades leigas e classes dominantes quanto à necessidade de indivíduos letrados, eruditos, versados na escrita, para gerir seus negócios, públicos e privados.

⁴⁸ CHARLE, C. e VERGER, J. *História das universidades*. São Paulo: UNESP, 1996, p. 7-128, *apud* ZAINKO, *op. cit.*, p. 21.

ZAINKO aponta duas características dessas instituições medievais: a) a força da associação mestres-alunos, a regulamentar, garantir e defender a razão de ser de sua associação: o estudo e o ensino; e b) a saída espontânea do quadro diocesano das escolas anteriores, com reivindicação de “autoridade intelectual em escala ocidental”. O papado garantiu essa autonomia universitária, por apostar na modernidade institucional e intelectual que exerceria um “magistério doutrinal extensivo a toda cristandade”, portanto ao serviço dos seus próprios ditames e interesses.

A história da universidade medieval teria novo estágio nos séculos XIV e XV: as escolas nasciam como fundações e crescia o poder do Estado no seu controle. Essa, a Universidade que acompanhou o nascimento do Estado Moderno. As antigas universidades, de origem e feição medieval, permaneciam com seu *status* de importância, e inclusive serviam de modelos para a constituição das novas fundações.⁵⁰ Já ocorrendo, porém, a caminhada evolutiva inevitável da Universidade, em alguns aspectos, como novas concepções educacionais e a sua crescente nacionalização e até regionalização.

A Modernidade traria consigo a sua mais marcante característica, qual seja a de promover a evolução da Universidade e, simultaneamente, retirar a sua autonomia, crescendo e especificando-se, cada vez mais, o controle exercido sobre ela por parte dos poderes políticos.

Inevitavelmente, os novos tempos trouxera, as críticas, cada vez mais acuradas sobre o funcionamento dessas instituições universitárias, que cresciam e faziam crescer as matrículas em escala considerável. A nova sociedade punha na escola seu olhar crítico, com base no que esperava dela e na imagem que dela fazia. Isso trouxe a também inevitável série de reformas, que sempre estariam no horizonte da Universidade. As principais críticas, já pelo século XVII, foram a de exercício de magistério e ensinamentos ultrapassados, bem como esquecimento, cegueira corporativa

⁴⁹ ZAINKO, *op. cit.*, p. 21.

⁵⁰ ZAINKO, *op. cit.*, p. 23.

ou deliberada ignorância e recusa, por parte da Universidade, das imensas e numerosas inovações nascidas fora dos seus muros (Cf. BUARQUE, item 2.7 retro.). Logo após a Revolução Francesa (1789), a primeira crítica-desafio proposta à Universidade foi a necessária definição-escolha: ciência ou profissão (fazer e estimular a ciência ou formar profissionais?).

E a história prossegue o seu curso, revelando um começo de século XIX permeado de polêmica. As universidades alemãs mudam intensamente. Cresce vertiginosamente o alunado, e os docentes vêm no magistério carreira “em alta”, cujos rendimentos os estimulam a desistir de outras profissões e dedicar mais tempo às pesquisas. Surgem novas áreas do conhecimento. O ensino, como tal, evolui. Hegel, Schelling e Fichte desenvolvem grandes sistemas filosóficos que arrastam e impõem transformações. Surge o que se chamou de *modelo universitário alemão*, fundado pelas idéias neo-humanistas de von Humboldt, Fichte e Schleiermacher — “liberdade de aprender, liberdade de ensinar, recolhimento e liberdade do pesquisador e do estudante, enciclopedismo” — originárias de Berlim e que alcançaram as universidades mais antigas e tradicionalistas.

O sistema francês, por sua vez, entra em crise. Não supera as características das universidades decadentes de século XVIII. Cria forte divergência com o ideário de Humboldt. As Faculdades de Ciências e Letras, que arrojaram inovações na Alemanha, em França vegetavam no mesmo período.

A primeira parte do século XIX é marcada pela ruptura, cada vez mais nítida, com a herança universitária antiga. O espaço universitário europeu ampliou-se consideravelmente, uma vez que ele se estende, no período, do Pacífico ao Ural, contando mesmo com ancoradouros no além-mar, na Índia e na Oceania. Se o modelo alemão clássico torna-se cada vez mais influente, os modelos centralizados estáticos à francesa, assim como o modelo colegial à inglesa, continuam sendo alternativas possíveis. O ensino universitário dota-se de novas funções, mesmo que a pesquisa ou a formação profissional decorram em grande parte de instituições livres ou não-universitárias.⁵¹

⁵¹ CHARLE, C. e VERGER, *op. cit.*, apud ZAINKO, *op. cit.*, p. 25-26.

Segundo ZAINKO⁵², os historiadores da educação apontam os anos que vão de 1860 a 1940 como período de diversificação, da expansão e da profissionalização do ensino superior”. Tais fatores ladearam o ideário do modelo alemão, inspirando reformas nas universidades que permaneceram tradicionais. A autora, na esteira dos apoios citados, elenca elementos que caracterizaram o ensino superior daquela época:

- a) fator central de promoção social dos indivíduos;
- b) fator de afirmação nacional;
- c) fator de progresso científico e econômico, nacional e internacional;
- d) fator de formação das elites e dos quadros sociais;
- e) fator de evolução na relação entre os sexos, com a feminização dos estudos superiores.

A autora situa nesse período a emergência do *modelo americano de universidade*, instaurando o ensino superior de massa. Os Estados Unidos avultam como sociedade que elege a educação como valor central, e seu empreendimento de ensino superior iria servir à necessária unificação de uma nação desarmônica, à formação de novas elites para uma sociedade urbana e industrial e à afirmação do poderio internacional dos EUA., a ponto de ultrapassar o Velho Mundo. Aquilo que seria chamado modelo universitário americano realizou avanços significativos: diferentemente dos germânicos e dos franceses, partiu de base filosófica *utilitarista*, com forte crença no *progresso econômico*. Isso fez com que se propusessem cursos superiores totalmente fora do que, na Europa, se consideraria dentro da *dignidade universitária*. Simultaneamente, por força da prosperidade financeira das instituições, o modelo americano aliou ensino e pesquisa. Tudo isso confere um caráter irreversível ao ensino superior no decorrer do

⁵² ZAINKO, *op. cit.*, p. 26.

século XVIII, podendo-se dizer que foram modificados completamente os antigos modelos ou sistemas universitários.

Pois bem. O ensino superior, expandindo-se para nos novos países e continentes, tornou-se instituição fundamental nas sociedades de influência européia. Já às portas do século XX, fez-se o palco da inovação científica, social e política. No ambiente universitário passaram a ser formados os quadros do futuro, a ponto de ele enfrentar problemas diante do autoritarismo e das ditaduras que queriam moldar a sociedade e as correntes intelectuais. A autora afirma que “a maioria das grandes transformações das sociedades do século XX é anunciada ou preparada em seu seio”⁵³. Assim sendo, a *transformação*, aquela mesma de que o século XIX teve tanto medo e que, portanto, permaneceu adiada, agora se tornava “palavra de ordem permanente”. Como seria de esperar-se, o volume de crescimento que a demanda pelo ensino superior apresentou, já agora no mundo todo, pôs em cheque os modelos de organização e gestão universitária, em razão de que as fórmulas tradicionais tinham sido pensadas para desenhos e populações muito menores. Muito mais alunos, com perfis muito diferentes e demandas novas faziam por certo muito “ruído” na conformação universitária. ZAINKO permite que se resuma os pontos dessas alterações em face das grandes novidades surgidas como exigência de mudança. São eles:

- a) diferenciação interna crescente dos modos de organização;
- b) abertura disciplinar máxima;
- c) diferenciação dos cursos;
- d) diversificação dos modelos pedagógicos;
- e) mudança administrativa dos modos de direção das instituições.

⁵³ *Idem, Ibid.*

CLARK KERR⁵⁴, autor americano citado por ZAINKO, chamou de *multiversity* (*multiversidade*) a esse conjunto resultante da diferenciação dos cursos: organizações de utilizações múltiplas com clientelas e demandas heterogêneas. E ganha destaque outro desafio para as instituições, em escala mundial: “a difícil ligação a ser mantida entre o ensino superior e a pesquisa”.

Assim, o ensino superior recebe da autora uma síntese formulada em termos de que o ensino superior não pode ser visto como se fosse separado do mundo, um conjunto fechado em si mesmo. É da sua natureza, diz a autora, voltar-se para a construção da sociedade futura, daí conter necessariamente “uma fonte de gastos infinitamente crescentes”. Esse é o papel das universidades nos países onde ainda reina a carência de liberdade democrática, da mesma forma como, na Europa do século XIX, constituíam reduto de discussão da opressão política. Segundo a autora, não obstante todas as transformações sofridas pela universidade desde o século XVIII, essa função crítica permanece sendo o elemento agregador de sentido da trajetória dessa instituição, que há sete séculos vem sendo sempre ameaçada pelos poderes constituídos⁵⁵.

Eis que surge, pois, em berço tardio, a Universidade Brasileira, em pleno século XX, herdando naturalmente as linhas históricas mundiais da universidade, que a influenciam e ajudam a compor suas características globais. Nasce ela, também, como escola “de formação de profissionais em nível superior”⁵⁶.

Na época colonial, os brasileiros que concluíam seus cursos nos reais colégios dos Jesuítas dirigiam-se a seguir para a Universidade de Coimbra. Obviamente, essa percepção histórica leva obrigatoriamente à aliança conceitual entre a Universidade Brasileira nascente e a filosofia universitária

⁵⁴ KERR, Clark, *apud* CHARLE, C. e VERGER, *op. cit.*, *apud* ZAINKO, *op. cit.*, p. 27.

⁵⁵ ZAINKO, *op. cit.*, p. 27.

⁵⁶ *Idem, ibid.*

portuguesa, da qual a nossa em muito se aproximaria e até pela qual seria regida.

A autora diz que a nossa Universidade nasceu como um certo grupo de escolas profissionalizantes, portanto, como tais, ligadas à técnica ou “ao saber fazer com ampla base científica”⁵⁷.

2.11.1 Educadores brasileiros clássicos e sua idéia de Universidade

Fiel ao seu intento de retomar e reconstruir conceitualmente a idéia de Universidade no Brasil, a autora parte para a bordagem do tema por meio do resgate de eminentes figuras da educação brasileira. Assim é que reconhece, desde logo, que foram inúmeros os estudiosos brasileiros da Universidade. Para seus fins e suas metas, ela elege dois: Anísio Teixeira⁵⁸ (cujas extensa obra chama a atenção) e Fernando de Azevedo⁵⁹.

TEIXEIRA, citado por ZAINKO⁶⁰, aponta que o Brasil, precisamente pelo hábito histórico de possuir a “sua” Universidade em Portugal, resistiu, inicialmente, à idéia de uma Universidade pátria. Quando o Reino do Brasil evoluiu para a Independência, nosso ensino superior estava reduzido ainda ao estágio de escolas profissionais especiais, portanto, sem Universidade e sem as matrizes das quais se originou a nossa cultura. Na época do Império, em plena crise da Universidade no mundo, no Brasil crescia a luta por uma Universidade com perfil nacional. E a história registra fatos interessantes. No Brasil (início do século XIX) os argumentos da Universidade nascente eram construídos em torno dos conceitos da Universidade Medieval, ao mesmo tempo em que a Alemanha via renascer a Universidade de Berlim, sob enfoque da busca da verdade, da investigação e da pesquisa, em favor de

⁵⁷ *Idem, ibid.*

⁵⁸ TEIXEIRA, Anísio. ***Em depoimento na Câmara, 1958***, apud VIANNA F^o, Luiz. ***Introdução ao ensino superior no Brasil***. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

⁵⁹ AZEVEDO, Fernando de. ***A educação e seus problemas***. São Paulo: Nacional, 1946.

⁶⁰ TEIXEIRA, Anísio, *op. cit.*, apud VIANNA F^o, Luiz, *op. cit.*, p. 72, apud ZAINKO, *op. cit.*, p. 28.

um centro produtor de conhecimento para novas culturas nacionais. Isso fez com que o Conselheiro A. de Almeida Oliveira (citado por Anísio Teixeira) se atirasse em longo ataque contra a Universidade, nos seguintes termos:

*... a universidade é uma coisa obsoleta e o Brasil, como país novo, não pode querer voltar atrás para construir a universidade; deve manter suas escolas especiais, porque o ensino tem que entrar em fase de especialização profunda; a velha universidade não pode ser restabelecida.*⁶¹

Dizia o Conselheiro que não podíamos ter universidade porque não tínhamos cultura para tal. Queria ele referir-se ao fato de que a Universidade era expressão cultural do passado, enquanto que o Brasil forjava uma cultura do futuro que, evidentemente, não necessitava de uma tal Universidade, nem com ela se coadunava. Resulta claro que a Universidade no mundo já respirava os novos ares e apontava para novos horizontes, enquanto que, no Brasil, o Governo mantinha a posição de firme resistência à idéia de Universidade, até pelas razões apontadas de natureza conceitual sobre o que seria e o que não seria evolução cultural.

Certo é que Mestre TEIXEIRA não pensava nos termos de uma Universidade Medieval para o Brasil. Estava plenamente afinado com a concepção de um centro de saber voltado para a pesquisa, produto da nossa cultura e para ela voltado, posto a seu serviço, e talvez ninguém tanto quanto ele possuísse tamanha nitidez desse perfil. Já naquela época defendia ele a superação, a ultrapassagem da mera exegese e comentários sobre o conhecimento dado e posto, no rumo de uma busca da verdade, pela pesquisa e pela investigação. “A cultura humana tem que ser elaborada para ser ensinada”⁶².

Entretanto, como fazer tal Universidade, ou melhor, como elaborar a cultura brasileira com apenas escolas de Direito, Medicina e Engenharia? O século XIX mostrou, no Brasil, um panorama, no campo das Ciências e

⁶¹ TEIXEIRA, Anísio, *op. cit.*, apud VIANNA F^o, Luiz, *op. cit.*, p. 83, apud ZAINKO, *op. cit.*, p. 29.

⁶² TEIXEIRA, Anísio, *op. cit.*, apud VIANNA F^o, Luiz, *op. cit.*, p. 33, apud ZAINKO, *op. cit.*, p. 29.

Letras, que se assemelhava e quase reproduzia o da Inglaterra e da Europa, na área das Ciências Experimentais. Fora da Universidade (que não existia) e fora das escolas vocacionais-profissionalizantes, crescia a consciência de uma cultura nacional brasileira, fosse no seio de sociedades eruditas privadas, fosse na atuação dos escritores com suas obras, que fomentavam fartos estudos de crítica literária.

Por esses paradoxos que a história engendra, seria em virtude de razões não-acadêmicas, em meio a esse fervilhar de idéias extra-escolares, que o Brasil elevaria, em 1920, à condição de Universidade as escolas profissionais do Rio de Janeiro, mantendo a posição de oferecer uma educação superior utilitária, restrita à formação profissional, distante da formação da cultura nacional e da cultura científica pura ou desinteressada.⁶³ Nesse tipo e nessa proposta de projeto de Universidade somente cabiam as escolas de Medicina, uma vez que a “outra” universidade significava, já, um centro de estudos e elaboração do conhecimento, muito além da simples transmissão oral do saber registrado em livros. Historicamente, essa é a diferença conceitual entre *escola* e *universidade*.

A consolidação da Universidade Brasileira não receberia grande contribuição nem mesmo com o surgimento da Universidade de Minas Gerais (1927) e da USP (1934). O que ocorreu, nessa segunda metade do século XX, foi uma expansão indiscriminada do ensino superior a partir de 1940.

Interessa notar, com a autora, na contribuição de CUNHA⁶⁴, que Anísio Teixeira teve a oportunidade de visitar a Universidade de Colúmbia, em viagem a Nova Iorque, onde lecionava John Dewey, pensador que avançou mais que qualquer outro na concepção de educação liberal-igualitarista, tradição essa situada no extremo oposto daquela na qual Anísio

⁶³ TEIXEIRA, Anísio, *op. cit.*, *apud* VIANNA F^o, Luiz, *op. cit.*, p. 83-85, *apud* ZAINKO, *op. cit.*, p. 30.

⁶⁴ CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980, p. 272, *apud* ZAINKO, *op. cit.*, p. 31.

Teixeira tinha sido educado e que fundamentava sua prática administrativa e pedagógica. Aí, a raiz do movimento liderado por ele, a partir da Revolução de 1930, dentro da Associação Brasileira de Educação (ABE), instituição civil fundada em 1924, para congregar profissionais de ideário liberal elitista.

Essa mudança ideológica chegou a tal identificação com o pensamento de Dewey que Anísio Teixeira passou a ser seu tradutor no Brasil, bem como divulgador de suas idéias como pressupostos para a construção da democracia, junto àqueles interessados nessa construção. Tal quadro chegaria, em 1932, com a participação, dentre outros educadores liberais, de Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, ao Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, documento resultante do ideário de liberais elitistas e igualitaristas. A década de 1920 assistiria ao apogeu desse movimento de renovação educacional nascido após a Primeira Grande Guerra, que alcançou grande repercussão. O ideário defendido pelos escolanovistas pode ser assim resumido:

- a) é função do ensino superior formar a elite dirigente, dinâmica e aberta;
- b) é função do ensino superior criar e difundir idéias políticas, como contribuição para a formação da democracia;
- c) o ensino superior deve ser gratuito, bem como todo o ensino oficial;
- d) devem ser criadas novas políticas educacionais e Universidades que mantenham ensino superior voltado para uma tríplice função: *ensino, pesquisa e extensão*.

Esse momento histórico marca a transição entre o que a autora chama de *escola superior* e a *instituição universitária*. Logo viria, em janeiro de 1934, a fundação da Universidade de São Paulo e, em 1935, a da Universidade do Distrito Federal, que incluía a Faculdade de Educação, possuía estrutura arrojada e tinha a missão de constituir um núcleo de resistência democrática.

A questão da gratuidade do ensino superior, defendida pelos educadores liberais e igualitaristas, chova-se de frente com o *Estatuto das Universidades Brasileiras*, de 1931, elaborado por Francisco Campos, que vigorou por 30 anos (Decreto N.º 19.851) e mantinha a tradição do ensino superior pago. ZAINKO explica, citando BASTOS⁶⁵, que foi a partir desse Estatuto de 1931 que a idéia de Universidade Brasileira começa ganhar contornos significativos. Aliás, naquele mesmo ano reorganizou-se a Universidade do rio de Janeiro e criou-se o Conselho Nacional de Educação. Não obstante, BASTOS chama de “solução de fachada” aquela que inspirou a criação da Universidade Brasileira, cuja aceitação não foi fácil. As críticas logo se materializaram na denúncia de que era falso chamar de Universidade a mera justaposição de escolas, as antigas Faculdades, que prosseguiram tão isoladas quanto antes e com os mesmos currículos para seus cursos. Não bastam legislações, quando se quer a transformação da realidade educacional, uma vez que essa realidade é complexa e repousa sobre múltiplos fatores.

TEIXEIRA vai merecer da autora mais duas citações que ajudam a compor o quadro histórico que se vai tecendo; dizem respeito também ao que hoje compõe o conceito de *missão* da Universidade:

*... a Universidade socializa a cultura, socializando os meios de adquiri-la”. ... “Muita coisa das conquistas feitas de pensamento e de crítica, a Universidade não as dispensa para viver. Não terá ela nenhuma “verdade” a dar, a não ser a única verdade possível, que é a de buscá-la eternamente.”*⁶⁶

Isso merece da autora a conclusão de que, para tanto e por tanto, a Universidade necessariamente deveria contar com autonomia diante do Estado, não de qualquer Estado, teórica e genericamente pensado, mas sim daquele Estado autoritário que se constituía no Brasil da época.

⁶⁵ BASTOS, Jesus de Alvarenga. *Anais do fórum nacional de pró-Reitores de graduação*. Curitiba: UFPR, 1992, *apud* ZAINKO, *op. cit.*, p. 31.

⁶⁶ TEIXEIRA, *apud* CUNHA, *op. cit.*, p. 278, *apud* ZAINKO, *op. cit.*, p. 32.

Em seguida, ZAINKO⁶⁷ aponta alguns alertas de Anísio Teixeira que, a despeito da época em que foram produzidos, ainda iluminam a reflexão contemporânea que fazemos acerca da idéia de Universidade. Por essa interessante “atualidade” de uma tese já tão antiga, vale explicitar esses alertas. São eles:

1. A pesquisa, por exigir dos professores capacidade, interesse e motivação específicos, constituía um problema: ficava restrita sempre um número pequeno de docentes qualificados, interessados e motivados. As Universidades maiores, mais equipadas, acabavam sendo as únicas capazes de atrair tais professores, abrigando-os nos programas de pós-graduação, lugar próprio desses mestres pesquisadores, na visão de Anísio Teixeira.
2. Sonhava-se, no Brasil da época, com uma transformação, “por milagre”, de todos os professores em pesquisadores e de “todas escolas em escolas de pesquisa”. Isso, para mestre Anísio, era simplesmente irrealizável.

A partir dessas colocações, a autora assim resume a posição daquele educador:

Como membro do grupo de educadores liberais igualitaristas e ferrenho defensor da escola pública para todos, o professor Anísio Teixeira enfatiza sua proposta de Universidade tendo por base o conhecimento da diversidade cultural, econômica e política que caracteriza o País, e que portanto pressupõe a igualdade na diversidade, ou seja, coloca-se contra um modelo único de Universidade onde a pesquisa se impõe como tarefa de todos e para todos.⁶⁸

A autora traz essa postura e essa preocupação de Anísio Teixeira para mais perto ainda dos dias atuais, quando se reporta à Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei N.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996), a qual, por outras razões e com base em novas motivações, acena

⁶⁷ TEIXEIRA, *apud* CUNHA, *op. cit.*, p. 309, *apud* ZAINKO, *op. cit.*, p. 33.

⁶⁸ TEIXEIRA, *apud* CUNHA, *op. cit.*, p. 310, *apud* ZAINKO, *op. cit.*, p. 33.

para vários modelos de Universidade, incluindo “os Centros de Pesquisa e os Institutos Superiores de Formação dos Profissionais da Educação”.

A seguir a autora faz a análise da contribuição de outro educador brasileiro clássico: Fernando de Azevedo. Ao início, ressalta que esse pensador estabelece um foco mais *histórico e filosófico* para sua construção do conceito de Universidade. Da obra de AZEVEDO⁶⁹, então, destaca um trecho em que ele situa o clima histórico no qual pretende fazer o seu estudo. Tal ambiente ou clima é percebido quando se lembra de coincidência histórica: as universidades brasileiras nasceram no exato momento em que ocorria “a maior crise de espírito que registra a história do pensamento humano, com a crise das universidades ocidentais e da própria idéia ‘universitária’, com a formação dos Estados totalitários e o desenvolvimento dos nacionalismos, de formas agressivas”⁷⁰.

A visão de Fernando de Azevedo era bem diversa, em termos do ideal de ensino superior, da realidade praticada no Brasil, nos anos 20. Pensava ele num ensino superior articulado com o ensino médio (secundário) em duas instâncias: o secundário daria a formação da cultura geral e da disciplina intelectual, e o nível superior se encarregaria da formação de professores para as escolas secundárias. O progresso, para ele, não viria da especialização profissional, a despeito de toda perfeição técnica que se presumisse, mas seria forjado pela *universalidade* (do saber, do conhecimento). Esta, para ele, a origem de todo avanço para o mundo em geral e para cada ciência em particular.

ZAINKO também vai buscar em CUNHA⁷¹ subsídios quanto a esse pensamento de Fernando de Azevedo, no sentido de que caberia ao ensino superior produzir e transmitir um certo saber, que caracterizaria “uma cultura verdadeiramente superior, livre e desinteressada”, multidirecional,

⁶⁹ AZEVEDO, Fernando de. *A educação e seus problemas*. São Paulo: Ed. Nacional, 1946.

⁷⁰ AZEVEDO, *op. cit.*, p. 188, *apud* ZAINKO, *op. cit.*, p. 34.

⁷¹ CUNHA, *op. cit.*, *apud* ZAINKO, *op. cit.*, p. 34.

dotada de poder de orientador e criador, a contribuir para a edificação da nacionalidade (na época, em formação) bem como para “o enriquecimento do saber humano (supranacional). Sem dúvida, tal arquitetura conceitual exigia a organização universitária como tal para congregar esse ensino superior. Entretanto, não uma Universidade nos moldes da Universidade do Rio de Janeiro, que eram meras aglutinações de escolas profissionais. Fernando de Azevedo propunha, isso sim, “instituições que articulassem os núcleos de conhecimento, promovessem a comunicação entre os professores, formassem docentes para as escolas secundárias e desenvolvessem a ‘cultura livre e desinteressada’ ”⁷².

A autora refere que, segundo CUNHA⁷³, as idéias de AZEVEDO provinham dos pensamentos de Durkheim, Pareto e Ortega y Gasset.

De Durkheim, buscou a noção da dupla função social dos sistemas educacionais, a saber: a) homogeneizar os indivíduos pela formação e pelas ideologias comuns; b) diferenciar os indivíduos segundo suas aptidões e destinações ocupacionais.

De Pareto, trouxe a “teoria da circulação das elites”, a qual afirma que as desigualdades inatas entre os seres humanos, físicas, psicológicas ou econômicas, são determinantes da formação de classes sociais.

De Ortega y Gasset, emprestou o desprezo “às massas incultas, que ‘invadiram a civilização’ e sustentaram as ditaduras de esquerda e de direita, destruindo a democracia liberal”⁷⁴. Nesse contexto, aquelas massas, com a destruição da democracia, também foram responsáveis pela destruição da Universidade, em virtude da ação das ditaduras, tomando a Universidade como instrumento de sua política, impondo a “ciência oficial”, vale dizer, acabando com o conhecimento “livre e desinteressado”.⁷⁵

⁷² *Ibidem.*

⁷³ *Ibidem.*

⁷⁴ CUNHA, *op. cit.*, *apud* ZAINKO, *op. cit.*, p. 35.

⁷⁵ CUNHA, *op. cit.*, p. 264, *apud* ZAINKO, *op. cit.*, p. 35.

Quanto à destruição da democracia liberal, a autora aduz uma nota explicativa que ajuda a compreender a posição do professor F. de Azevedo, esclarecendo que, por coerência com a sua condição de representante liberal-elitista, ao fundamentar marcadamente sua proposta em Ortega y Gasset, ele permite que fique clara a natureza elitista e excludente da proposta, resultando uma Universidade elitizada e elitista; naturalmente daí decorre que o acesso a essa Universidade não se destinava à maioria da população. Isso, segundo a nota da autora, fez com que o ideal de Universidade de F. de Azevedo, a USP, tenha tido desde o início um perfil de *Universidade de Pesquisa*.⁷⁶ Aliás, a criação da USP, na visão de F. de Azevedo, representou “a afirmação de fé na liberdade de pensamento e de investigação, de crítica e de debate, que constitui os fundamentos das instituições democráticas e universitárias”. A natureza e a finalidade da Universidade, para F. de Azevedo, leva necessariamente a uma *declaração de princípios*, princípios esses que promovem a substituição da ordem da força pela ordem do pensamento.⁷⁷

Queria ele uma Universidade guardiã dos princípios (ameaçados) da ciência, da autoridade e da liberdade. Isso significa que ela teria que ser mais do que um sistema de ensino superior, ser um centro orientador de energias sociais, em favor e a serviço das formas e dos ideais que se deseja plasmar no País. Para tanto, a prática universitária só poderia ser a da busca da verdade, pelo estudo e pesquisa da ciência pura.⁷⁸ A principal função da Universidade, para ele, é o *aperfeiçoamento do saber* humano. Assim, o professor universitário deve não só transmitir a ciência “pronta”, como também esforçar-se em ajudar a construir a ciência “nova”, pela pesquisa. A *universalidade* é, de fato, a marca da Universidade, tanto no sentido de abrangência global de todos os conhecimentos humanos quanto

⁷⁶ ZAINKO, *op. cit.*, p. 35.

⁷⁷ AZEVEDO, *op. cit.*, p. 52-53, *apud* ZAINKO, *op. cit.*, p. 35.

⁷⁸ AZEVEDO, *op. cit.*, p. 54, *apud* ZAINKO, *op. cit.*, p. 36.

na compreensão de que “a ciência não tem pátria, embora os sábios a tenham uma”⁷⁹.

2.11.2 Os marcos brasileiros da Universidade Brasileira

ZAINKO⁸⁰ refere o que chama de “experiências que não foram bem sucedidas” como as primeiras manifestações concretas de fundação de universidades no Brasil. Foram elas:

1. Universidade de Manaus – 1909.
2. Universidade de São Paulo – 1911.
3. Universidade do Paraná – 1912.

Tais “experiências” independentes, se não floresceram plenamente, é certo que foram as responsáveis pelas condições institucionais, que, uma vez estabelecidas, possibilitaram o surgimento da Universidade Brasileira.

Um pouco depois, aos 7 de setembro de 1920, criava-se a Universidade do Rio de Janeiro, por meio do Decreto 13.343. O mecanismo era o de aglutinação das escolas Politécnica, de Medicina e de Direito. Fusionadas, suas congregações ficavam, por determinação do Decreto, com a responsabilidade de redigir o Regimento Interno da Universidade.

Em 1927, pela mesma metodologia de aglutinação, viria a Universidade de Minas Gerais, pelo pareamento das faculdades de Engenharia, Direito, Medicina, Odontologia e Farmácia, preexistentes em Belo Horizonte.

Ambas essas Universidades, chamadas de solução de fachada, pelo mero conglomerado de cursos e escolas que encerravam, sofreram críticas acirradas, por ostentarem o título e o *status* e não corresponderem às expectativas existentes quanto à Universidade Brasileira.

Em 1928, na II Conferência Nacional de Educação, promovida pela ABE, Tobias Moscoso (que tinha sido o primeiro Reitor da UFRJ) apresenta

⁷⁹ AZEVEDO, *op. cit.*, p. 59, *apud* ZAINKO, *op. cit.*, p. 36.

⁸⁰ ZAINKO, *op. cit.*, p. 36-37.

Monografia cujas conclusões são encampadas pela Conferência, como princípios norteadores do ensino superior e universitário, a saber:

- não deve haver um tipo único de Universidade para o País;
- cada universidade deve se organizar conforme suas condições peculiares e as da região onde se localiza; assim também os cursos que pretende oferecer e as pesquisas que pretende desenvolver;
- o que devê ser uniformizado é o preparo fundamental para a matrícula nas universidades;
- as universidades devem gozar de autonomia integral, garantida pela renda de um patrimônio inalienável, intransferível e in-subrogável, doado pelos governos federal e estaduais ou por particulares.⁸¹

O ano de 1930 traria a Revolução e com ela as condições para diferenciação de duas correntes da organização universitária, a *liberal* e a *autoritária*. Era o início da era Vargas, que encontrava no Brasil 3 universidades:

- a Universidade do Rio de Janeiro, fundada em 1920;
- a Universidade de Minas Gerais, fundada em 1927;
- e a Escola de Engenharia de Porto Alegre, fundada em 1896, sem o nome de Universidade.

Já em 1931 teve início a política educacional autoritária, com o *Estatuto das Universidades Brasileiras*, promulgado pelo Decreto N.º 19.851, de 11 de abril de 1931, estabelecendo as bases estruturais do ensino superior brasileiro.

Logo em seguida vem o Decreto N.º 19.852, que estabelecia e normatizava a *reforma da Universidade do Rio de Janeiro*. O intuito era fixar um modelo (aliás, o Decreto da criação da UFRJ se fazia acompanhar por exposição de motivos que já a mencionava como “modelo para as universidades e institutos equiparados”. Seriam incorporados novos institutos mantidos pelo Governo Federal e a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, a Escola de Higiene e Saúde Pública e a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas. A administração Central seria composta por

⁸¹ CUNHA, *op. cit.*, p. 226, *apud* ZAINKO, *op. cit.*, p. 37.

um Conselho Universitário e um Reitor e executada por pelo menos três dentre os institutos de Direito, Medicina, Engenharia, Educação e Ciências e Letras. Também haveria uma Assembléia Universitária, composta pela totalidade dos professores da Universidade.⁸²

E a autora lembra que o *Estatuto* estabelecia ensino pago, mesmo nas universidades públicas.

Merecem o destaque da autora, antes do golpe de 1937, que instituiria o Estado Novo, duas iniciativas, creditadas aos esforços de Fernando de Azevedo: a Escola Livre de Sociologia e Política, em 1933, e a Universidade de São Paulo (USP), em 1934. Esta última foi criada por Decreto Estadual, em 25 de janeiro de 1934, resultando da aglutinação da Faculdade de Direito, Escola Politécnica, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Faculdade de Medicina, Escola de Veterinária. Ainda com o Instituto de Educação, que foi promovido ao nível de escola superior e incorporado à Faculdade de Educação. Criaram-se a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais, a Escola de Belas Artes. E, na condição de instituições complementares, vários outros institutos tecnicocientíficos foram criados no âmbito da USP.

Em 1935, como já se disse, veio a Universidade do Distrito Federal, representando um outra subcorrente da ideologia liberal, idealizada por Anísio Teixeira, em pleno clima de preparação do Estado Novo, por medidas repressivas. Essas duas instituições (USP e UDF, ambas filhas do pensamento liberal) enfrentaram dificuldades significativas na sua estruturação e no cumprimento do papel a elas atribuído.

A USP sobreviveu, ancorada na proteção da elite liberal, e a UDF não se adaptou à política educacional autoritária e, em 1939, une-se à Universidade do Rio de Janeiro, passando ambas por transformações e, fusionadas, deram nascimento à Universidade do Brasil.

⁸² CUNHA, *op. cit.*, p. 300-302, *apud* ZAINKO, *op. cit.*, p. 38.

ZAINKO⁸³ observa que o ensino superior brasileiro passaria as próximas duas décadas de República Populista dentro de um padrão de crescimento integrador, somente modificado pelo regime autoritário posterior.

Passamos, assim, de 5 Universidades em 1945 para 37 em 1964. As Faculdades isoladas cresceram de 293 para 564 (crescimento bem menor). As Universidades não nasceram como tais, mas sim pela agregação integrativa de escolas isoladas. As mudanças quantitativas abriam a porta para as qualitativas. Numa dada cidade, quando as escolas isoladas atingiam certo número, agregavam-se, constituíam vínculo institucional e passavam a ser uma Universidade.

O clima nacional era o da modernização, em duas vertentes ou concepções: primeiro, com vistas a vencer a dependência econômica; a Universidade, aí, (esperava-se dela isso!) deveria produzir tecnologia e profissionais capazes de operar o desenvolvimento autônomo do País; segundo, o aspecto da modernização como cópia/reprodução de modelos de países bem sucedidos, como os Estados Unidos; aí, não cabia (nem se esperava!) “veleidades autonomistas” da Universidade Brasileira.⁸⁴

ZAINKO aponta duas balizas históricas para esse “ímpeto modernizador”: o seu início, em 1947, com a fundação do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), em São José dos Campos, SP, e o seu auge, em 1961, com a criação da Universidade de Brasília.⁸⁵

2.11.3 Universidade de Brasília — em busca da utopia

Conforme CUNHA⁸⁶, em 15 de dezembro de 1961, a Lei N.º 3.998, do Congresso Nacional, autorizava o Executivo a criar a Universidade de

⁸³ CUNHA, *op. cit.*, p. 253, *apud* ZAINKO, *op. cit.*, p. 40.

⁸⁴ CUNHA, *op. cit.*, p. 255, *apud* ZAINKO, *op. cit.*, p. 40.

⁸⁵ ZAINKO, *op. cit.*, p. 40.

⁸⁶ CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982, p. 171.

Brasília, em regime de fundação de direito público. O imediatamente posterior Decreto Presidencial N.º 500, de 15 de janeiro de 1962, criou a Fundação Universidade de Brasília, cujos estatutos foram aprovados no final do mesmo ano, pelo Decreto N.º 1.872, de 12 de dezembro de 1962.

Falemos dos antecedentes históricos. Para Brasília deslocava-se a Capital Federal. A proposta universitária em questão era inovadora, pode-se dizer, com ZAINKO, até mesmo que “tinha o gosto da aventura, na realização de uma utopia universitária”⁸⁷, compatível com a revolucionária arquitetura de Brasília. Vejam-se os seus principais objetivos:

- ser uma Universidade isenta dos vícios existentes nas demais;
- manter, junto à burocracia governamental, especialistas altamente qualificados;
- criar um paradigma moderno para o ensino superior, que abrangesse todos os campos do saber;
- ser capaz de influenciar os rumos das outras universidades.

CUNHA explica esse nascimento institucional, dizendo que houve uma Comissão nomeada para a elaboração do plano geral da Universidade, assim composta: Pedro Calmon, Reitor da Universidade do Brasil; João Christóvão Cardoso, presidente do Conselho Nacional de Pesquisas; Anísio Teixeira, diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos; Ernesto Luiz de Oliveira Júnior, presidente da Comissão Supervisora do Plano dos Institutos; Almir de Castro, diretor de programas da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; Darcy Ribeiro, professor de Antropologia da Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, no momento coordenador da Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (órgão do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do MEC, dirigido por Anísio Teixeira, autor do projeto da Universidade do Distrito Federal, em 1935; o autor julga lícito supor que o

⁸⁷ *Idem, ibid.*, p. 41.

projeto original de Anísio Teixeira tenha inspirado o de Darcy Ribeiro, a despeito de algumas divergências entre eles).

Darcy Ribeiro, que foi o líder da Comissão e portador das suas conclusões e concepções, tornou-se o primeiro Reitor da Universidade de Brasília e merece ser chamado *criador da UNB*. Foi substituído por Anísio Teixeira na ocasião em que foi chamado para ser Ministro da Educação no terceiro gabinete do regime parlamentarista⁸⁸.

*Nascia, assim, a mais moderna Universidade Brasileira, em todos os sentidos, tendo como primeira de suas finalidades algo nunca proclamado anteriormente por qualquer instituição de ensino superior: "formar cidadãos empenhados na busca de soluções democráticas para os problemas com que se defronta o povo brasileiro na luta por seu desenvolvimento econômico e social".*⁸⁹

O Professor Darcy Ribeiro, criador da Universidade de Brasília, é citado por ZAINKO, numa síntese argumentativa da sua necessidade, nos seguintes termos:

Ao ingressar na era tecnológica, a ciência e a técnica passaram a constituir para nós, também, ingredientes fundamentais dos processos produtivos e seu domínio, um imperativo da autonomia nacional. Se fracassarmos neste desafio justamente no momento em que nos tornamos independentes sob tantos títulos, ver-nos-emos novamente subordinados. Já não dependemos da importação de automóveis, geladeiras e televisores, mas da técnica que os produziu e os aperfeiçoa constantemente. Por muitos anos estivemos na condição dos Índios Xavantes que, ao aprenderem a utilizar machados de aço, não mais puderam prescindir deles e se viram atados a seus fornecedores. Agora que produzimos aço, telefones, penicilina e com isto muito acrescentamos à nossa autonomia, caímos em novo risco de subordinação, representado pela dependência de normas e de saber técnicos. Só seremos realmente autônomos quando a renovação das fábricas, aqui instaladas, se fizer pela nossa técnica, segundo procedimentos surgidos do estudo de nossas matérias-primas e de nossas condições peculiares de produção e de consumo. Só por este caminho poderemos acelerar o ritmo de incremento de nossa produção, de modo a reduzir e, um dia, anular a distância que nos separa dos países tecnologicamente

⁸⁸ CUNHA, *op. cit.*, p. 170-171.

⁸⁹ *Ibidem*, p. 171.

*desenvolvidos e que se apartam cada vez mais de nós pelos feitos de seus científicos (sic) e técnicos.*⁹⁰

Portanto, partindo da consciência dos erros e contradições das universidades brasileiras preexistentes, propunha-se a UNB a superá-los, dentro de uma Universidade moderna, crítica, com Pesquisa, tempo integral e uma política de preocupação e investigação acadêmico-científica dos problemas e das questões cruciais para o Brasil, com vistas a soluções tão democráticas quanto brasileiras.

Ciente de que tal plano era ousado e não se concretizaria sem um conjunto complexo de ações encadeadas no tempo, o projeto de Darcy Ribeiro previa implantação progressiva em prazo de dez anos.

A figura da cátedra e do catedrático todo-poderoso foi substituída pelo Departamento, unidade operativa básica da instituição.

CUNHA⁹¹ aponta outras inovações dignas de nota:

- exame vestibular como resultado de diagnóstico do curso secundário;
- admissão de alunos especiais;
- ano escolar organizado em semestres;
- a carreira do magistério;
- implantação de mestrados e doutorados simultaneamente;
- organização como *fundação* (padrão que as universidades federais copiaram depois).

O mesmo autor⁹² observa que o advento da UNB, como símbolo da modernização universitária, acaba coincidindo com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei N.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961), a qual, de conformidade com a Constituição de 1946,

⁹⁰ RIBEIRO, Darcy. **Universidade de Brasília.** In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, N.º 83, julho/setembro, Brasília: 1961, p. 164, *apud* ZAINKO, *op. cit.*, p. 42.

⁹¹ CUNHA, *op. cit.*, p. 257, *apud* ZAINKO, *op. cit.*, p. 43.

manteve a cátedra vitalícia, além de manter também a formação de universidades pela agregação de escolas isoladas. Era um notório recuo histórico-político-educacional, um arcaísmo trazido e mantido em plena modernidade. Destaca o autor que a manutenção da cátedra vitalícia deu-se tão-só por conveniências políticas, em face de alianças daquele momento. Contra ela se insurgiram professores, estudantes, ministros e inclusive membros do Conselho Federal de Educação. Até mesmo as classes dominantes já se empenhavam na modernização universitária, portanto nem a estas interessava manter aquele arcaísmo.

Assim é que vem o golpe de Estado de 1964, promove novos desenhos nas articulações e alianças políticas, e a Constituição de 1967 acaba com os obstáculos à extinção da cátedra vitalícia, o que viria a ser concretizado pela *Lei da Reforma Universitária*, em 1968 (Lei N.º 5.540, de novembro de 1968).

Não obstante, o autor mostra que a velha LDB não foi apenas um freio na modernização (cátedra vitalícia e formação de universidades pela agregação de escolas isoladas); ela também, paradoxalmente, foi um acelerador da modernidade por duas vias: a direta, aumentando o grau de autonomia das universidades; e a indireta, por conferir ao Conselho Federal de Educação os significativos poderes com os quais iria dirigir todo o processo de transformação do ensino superior brasileiro.⁹³

Esse acidente de percurso da UNB colocou-a na contramão por um curto período, sendo fechada por ocasião do Golpe de 1964 e reativada logo depois.

2.11.4 A reforma universitária no Brasil

Em face de todo o clima de idéias peculiar ao início dos anos 60 no Brasil e logo depois do Golpe de 64, o próprio Conselho Federal de Educação sustenta uma doutrina de Reforma Universitária, cuja proposta originaria a Lei N.º 5.540/68. O Governo Militar, nessa esteira da modernização, em

⁹² CUNHA, *op. cit.*, p. 256.

⁹³ CUNHA, *op. cit.*, p. 257.

linha nitidamente de influência norte-americana, sob as luzes dos consultores estrangeiros que ajudaram a construir as linhas de modernização do País, constituiu, em julho de 1968, um Grupo de Trabalho (GT) para estudar as bases da reforma.

Esse GT, de composição muito heterogênea, apresentou um Relatório em que aparece uma concepção de Universidade com base em dois princípios: um idealista (expresso em termos de que a Universidade é “uma obra do espírito”, ... “expressão da racionalidade criadora e crítica”) e outro tecnicista (que a define “como um dos fatores essenciais do processo de desenvolvimento: um pré-investimento no processo racional de construção da nova sociedade através da transformação global e qualitativa de suas estruturas, visando à promoção do homem na plenitude de suas dimensões”⁹⁴).

Naturalmente, muita polêmica foi gerada pelos trabalhos e conclusões desse GT. Trazia-se para dentro da casa universitária as concepções de eficiência e eficácia, a serviço da produtividade, tudo de acordo com a visão empresarial-racionalista, muito ao gosto dos pensadores norte-americanos.

Nessa época do estudo, aprovação e implantação da reforma universitária, o autoritarismo coerente com o regime de exceção adentrava a universidade; professores e alunos eram presos ou expulsos, funcionários eram demitidos, enfim, todo um controle ideológico era exercido. Isso tornava muito mais difícil aproximar as universidades do cumprimento de sua função social, e até mesmo consolidar quaisquer propostas de modernização universitária pautada na liberdade democrática. Era forte a presença dos consultores americanos, a quem cabia definir bases do planejamento do ensino superior brasileiro, o que determinava a pura importação de modelos externos, totalmente inadequados para nossa realidade social, política e econômica.

De lá para cá, com a (re)construção da democracia e o advento da Constituição Federal de 1988, muitos e variados segmentos da sociedade

brasileira se levantaram e se puseram em trabalho para a defesa de uma concepção de universidade que realmente se adequasse às características, aos perfis e às necessidades da gente brasileira.⁹⁵

ZAINKO⁹⁶ destaca o ano de 1982, quando a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES) encaminha ao MEC a primeira versão de sua proposta para a Universidade Brasileira. Ainda nesse ano, a ANDES se une à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SPBC), à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e à Associação Brasileira de Imprensa (ABI), daí surgindo uma proposta coletiva de reestruturação da Universidade Brasileira, cujos princípios eram:

- manutenção do ensino público e gratuito;
- funcionamento autônomo e democrático da Universidade, com base em colegiados e cargos de direção eletivos;
- estabelecimento de um padrão de qualidade para o ensino superior;
- estímulo à pesquisa e à criação intelectual nas universidades;
- dotação de recursos públicos suficientes para o ensino e a pesquisa nas universidades públicas;
- criação de condições para adequação de pensamento nas contratações e nomeações para a Universidade, bem como no exercício das funções e atividades acadêmicas.⁹⁷

Assim é que, na visão da autora, chegamos às portas do terceiro milênio, momento em que desafios grandes, antigos e novos, se põem à nossa frente e nos desafiam. Nesse contexto, ela vê a proposta ANDES/SBPC/OAB/ABI como algo que vem sendo aperfeiçoado e representa a renovada tentativa de transformação da Universidade Brasileira, como

⁹⁴ CUNHA, *op. cit.*, p. 243, *apud* ZAINKO, *op. cit.*, p. 47.

⁹⁵ ZAINKO, *op. cit.*, p. 54.

⁹⁶ *Idem*, *ibid.*

⁹⁷ ANDES. **Proposta para a Universidade Brasileira**. ANDES/SN. Brasília: 1996, p. 5, *apud* ZAINKO, *op. cit.* p. 54.

instrumento de construção de uma sociedade mais justa, democrática e humana.⁹⁸

2.11.5 As décadas de 80 e 90

ZAINKO⁹⁹ chama de Universidade Brasileira moderna essa situada nos anos 80 e 90 e apresenta seus critérios para a análise que faz do pensamento dos educadores dessa época, a saber:

- a) a década de 80 caracterizou-se por uma abertura política que determinou uma volta à produção de pensamento na área da Educação;
- b) a década de 80 foi fértil em críticas sobre a educação e sobre a Universidade;
- c) a volta à democracia resultou em renovação de idéias sobre a formulação de políticas públicas, em especial para a Educação.

A autora seleciona quatro autores para análise: Cláudio de Moura Castro, Simon Schwartzman, Paulo Renato de Souza e Marilena Chauí. Os três primeiros, representantes do pensamento liberal (ou neoliberal) e a última, crítica ferrenha do neoliberalismo, para intencional contraponto e conseqüente favorecimento da reflexão.

CASTRO¹⁰⁰ é apresentado por ZAINKO a partir da posição básica daquele autor quanto a ser o papel da Universidade, por excelência, produzir conhecimentos.

Parte o autor de uma análise da questão universitária centrada na pós-graduação e seu compromisso com a ciência. Nisso retorna, para ZAINKO, o eco do GT da Reforma Universitária, que já dizia ser a pós-

⁹⁸ ZAINKO, *op. cit.* p. 54.

⁹⁹ ZAINKO, *op. cit.* p. 55.

¹⁰⁰ CASTRO, Cláudio de Moura. **Ciência e Universidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, *apud* ZAINKO, *op. cit.* p. 57.

graduação, na Universidade moderna, “a cúpula de estudos”, lugar da pesquisa científica, da formação dos docentes de ensino superior e da afirmação “das mais altas formas da cultura universitária”.¹⁰¹

CASTRO vê a pós-graduação brasileira pela ótica de três ciclos:

- a) dos anos 50 e 60 – com ênfase na formação de pessoal;
- b) dos anos 70 – caracterizado pelo crescimento, criação de muitos cursos;
- c) dos anos 80 – com ênfase na pesquisa.¹⁰²

A Universidade, que para o autor só merece esse nome se for *instituição de ensino e pesquisa*, não alcançou de início, no Brasil, sua realização plena. A USP, em 1934, seria realizadora desse intuito de pesquisa; as demais não passariam de escolas de nível pós-secundário, reunidas num conjunto desconexo de instituições que foram “chamadas” de universidades.¹⁰³

Na década de 70, dois movimentos, em direções opostas, dentro das universidades brasileiras são apontados pelo autor: aumento do número de pessoas com formação interessadas em pesquisa e empobrecimento das instituições. A década de 80 se inicia nesse clima de pouca pesquisa com poucos recursos, invertendo paradoxalmente a situação anterior; se antes faltavam pesquisadores, agora faltavam recursos. O autor também mostra que, em alguns países, as universidades se diferenciaram entre aquelas que seguiram pela pesquisa e avanço do conhecimento e as outras, que se dedicaram ao preparo de grandes contingentes de profissionais para o trabalho. Cita a Inglaterra, exemplificando com Oxford e Cambridge, pequenas Universidades mantidas elitizadas, enquanto outras mais novas recebiam fluxos significativos de alunos.

¹⁰¹ ZAINKO, *op. cit.* p. 56.

¹⁰² CASTRO, *op. cit.*, p.44, *apud* ZAINKO, *op. cit.* p. 57.

¹⁰³ CASTRO, *op. cit.*, *apud* ZAINKO, *op. cit.* p. 57.

Lembrando que “fazer pesquisa não é a mesma coisa que fazer ciência”, já que a ciência é mais abrangente, por não limitar-se à pesquisa convencional, o autor diz que, no Brasil, com as honrosas exceções de USP, UFRJ, UNICAMP, UNESP, UFRGS E UFMG, a universidade de pesquisa foi uma idéia que “vingou de maneira muito seletiva”.¹⁰⁴

Destacando que, na década de 70, fizemo-nos um país de ciência, para, só agora, iniciarmos o caminho do nosso desenvolvimento tecnológico, CASTRO afirma o papel fundamental das agências de fomento (CNPq, CAPES e FINEP), responsáveis pelo fluxo de recursos e apoio político para formação e amadurecimento de grupos de grupos de técnicos e cientistas. Assim, têm-se “algumas ilhas de excelência em meio a uma universidade turva, indefinida, esgarçada e pobre”.¹⁰⁵

Essa, a visão inicial (1985) do autor, traduzida por ZAINKO. Bem recentemente, CASTRO, um dos principais formuladores das políticas BID (1996), adota outra posição, dizendo que “a palavra universidade perdeu completamente seu sentido descritivo e não significa nada ... a não ser mero entulho semântico”¹⁰⁶. E avança, falando sobre estratégia educacional para o século XXI, com vistas a um ensino superior embasado em quatro funções:

1. Formar elites de pessoas que pensam melhor, a fim de assumirem a liderança ou criticarem as lideranças; isso, por meio de um ensino aliado à pesquisa, com produção de conhecimento.
2. Formar profissionais (médico, advogados, engenheiros), em áreas que exigem em caráter absoluto uma linguagem própria, adquirida em longa aprendizagem específica. Para tanto, são necessários professores com forte experiência profissional, contrariamente à

¹⁰⁴ CASTRO, *op. cit.*, p. 66, *apud* ZAINKO, *op. cit.* p. 58.

¹⁰⁵ *Ibidem*, p. 58-59.

¹⁰⁶ CASTRO, Cláudio de Moura. **Ensino superior na América Latina e Caribe: um artigo estratégico**. Seminário UNESP. Águas de Lindóia: mimeo, versão preliminar, 1996, *apud* ZAINKO, *op. cit.* p.59.

política brasileira, que tende a impedir que profissionais sejam professores universitários de primeira grandeza.

3. Formar técnicos, semelhantemente à formação de profissionais, em áreas de linguagem peculiar, mas antes aprendidas em nível secundário (contadores, técnicos em eletrônica, fisioterapeutas). Pela estreita ligação com o mercado de trabalho, as empresas têm que interferir nesse ensino.
4. Formar, nas pessoas, a educação geral, não essencialmente voltada para uma dada profissão. O autor exemplifica com os cursos das chamadas “liberal arts” (artes liberais) nos Estados Unidos.¹⁰⁷

ZAINKO chama a proposta de CASTRO de “polêmica e descabida” e, entre outras manifestações de contrariedade à política do BID, coloca a contribuição da UNESCO, para uma Política de Mudança e Desenvolvimento do Ensino Superior na América Latina e Caribe. Mais especificamente, argumenta que a nova visão de CASTRO causa perplexidade, porque:

- a) destrói o ideal de educadores clássicos que lutaram por uma Universidade que trabalhasse pela produção de uma cultura nacional;
- b) fragmenta o ensino superior em quatro funções, dotado de uma concepção pós-secundarista;
- c) destrói a Universidade Brasileira;
- d) privilegia uma visão imediatista, economicista e etnocentrista, além de elitista, fundamentada na economia de recursos.¹⁰⁸

A autora chama à cena, para formular e responder à questão “o que espera a sociedade da Universidade neste fim de século?”, a contribuição do

¹⁰⁷ CASTRO. *Op. cit.*, apud ZAINKO, *op. cit.*, p. 59.

¹⁰⁸ ZAINKO, *op. cit.*, p. 60.

Professor Marco Antonio Dias, cujas palavras apontam antípodas dos princípios de CASTRO. Pode-se resumir, de DIAS¹⁰⁹, com ZAINKO, os seguintes pontos/preocupações fundamentais de uma Universidade do próximo século:

- a) eficácia na formação de quadros de especialistas, técnicos, pesquisadores e administradores;
- b) prática de pesquisa que sustente o esforço de desenvolvimento científico e tecnológico dos países;
- c) modernidade e atualidade com relação a toda nova tecnologia;
- d) modernidade e democracia na organização e no acesso, inclusive em educação permanente;
- e) promoção/manutenção de vínculos com o setor produtivo;
- f) exercício de responsabilidades centrais com relação ao conjunto de todo o sistema educacional;
- g) liberdade e responsabilidade, com prestação de contas à sociedade dos recursos que recebe e das ações que desenvolve;
- h) soluções para problemas graves como demografia, meio ambiente, paz e compreensão internacional, democracia e direitos humanos;
- i) prestação de serviços à sociedade, inclusive na criação e difusão cultural;
- j) reflexão crítica sobre a evolução das sociedades, colaborando na promoção da compreensão, da tolerância, do respeito mútuo e da justiça social.¹¹⁰

¹⁰⁹ DIAS, Marco Antonio. **Ensino Superior: a visão da sociedade**. Palestra. Havana, Cuba: 1996.

¹¹⁰ DIAS, *op. cit.*, p. 45, *apud* ZAINKO, p. 60.

A visão-análise de SCHWARTZMAN¹¹¹ é apresentada por ZAINKO de forma que permite também uma síntese nos seguintes termos:

1. O ensino superior brasileiro, ainda hoje, é regido pelo espírito da Reforma Universitária de 1968 (quase trinta anos depois): busca-se manter como ideal da Universidade a tríade indissociável “ensino-pesquisa-extensão”.
2. Persiste ainda o postulado da igualdade dos títulos e das competências (o diploma de um profissional do rio Grande do Sul é igual, em forma e conteúdo, a de um da Paraíba, de São Paulo ou de Minas Gerais. Todas as escolas, mesmo as que não se denominam “Universidades” conferem os mesmos títulos, formando os mesmos “doutores”.
3. A legislação do período pós-68 consagrava o entendimento de que o sistema educacional deveria convergir para um modelo único, mas o crescimento do ensino nesse período deu-se no sentido do afastamento desse modelo. Razões: expansão dos estabelecimentos isolados, não-universitários; expansão/criação de carreiras, absorvendo muito maior número de interessados; entrada de novos contingentes populacionais, gente que antes não buscava o ensino superior e a pós-graduação; crescimento profissional no magistério superior, com intensa especialização e sindicalização.
4. O desenvolvimento socioeconômico do País não acompanhou aquela expansão educacional, desfavorecendo o atingimento dos ideais da Reforma de 68. O sistema que persiste é muito diferenciado, institucional e organizacionalmente falando, que privilegia as profissões tradicionais, abre as portas para novos públicos, mas ainda responde timidamente às demandas de curto prazo do mercado de trabalho; um sistema no qual convivem

¹¹¹ SCHWARTZMAN, Simon. *Ensino superior - tradição e modernidade*. Revista USP N.º 8, 1990.

pesquisa, ensino profissional clássico, cursos noturnos e as profissões técnicas.

5. Os reformadores de 68 elegeram o modelo norte-americano para o nosso ensino superior; com isso, só enxergaram as universidades de pesquisa (o topo do *iceberg*), não notaram a base da pirâmide, onde perfilharam “os milhares de *community colleges*.”
6. Parece restar uma certeza: a de que é no diálogo com a sociedade, em busca do atendimento às suas necessidades nacionais e regionais, bem como de sua identidade, que reside a esperança e a modernidade da Universidade Brasileira.

A visão de Paulo Renato de Souza é apresentada por ZAINKO também em dois momentos da sua produção/pensamento. O primeiro em 1990, quando escreveu o artigo “A Universidade e a Crise da Educação”, que revela o professor PRS, em suas reflexões a partir da experiência pessoal, destacando-se aquela do período em que foi Reitor da Universidade de Campinas — UNICAMP (1986-1989).

Já em 1996, viria a escrever um documento para ser apresentado no Seminário sobre o ensino Superior, em Brasília, no mês de dezembro daquela ano. Intitulado “Por uma Nova Universidade”, o texto desenvolve a visão do autor enquanto Ministro da Educação e do Desporto, cargo que assumiu em janeiro de 1995, dentro do Projeto de Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

No primeiro trabalho, SOUZA¹¹² faz um rastreamento da crise educacional brasileira (e universitária) ao longo da década de 70, chegando aos meados de 80, com a Nova República, que instala uma atmosfera reformista, rompendo-se, a partir das ações de vários governantes desde 1982, um jejum de longos anos. O autor chega a dizer que, ao seu ver, se os esforços da época tivessem contado com prosseguimento, a realidade

¹¹² SOUZA, Paulo Renato de. **A Universidade e a crise da educação**. In: Revista USP, N.º 8, 1990, *apud* ZAINKO, *op. cit.*, p. 64.

contemporânea seria “menos crítica e com perspectivas menos ruins”.¹¹³ Refere-se à crise das Universidades federais nos anos 80, à recuperação das universidades paulistas e aponta a preocupação com o sistema público, que requeria profunda alteração, como fator de desenvolvimento do País nos anos seguintes. Destaca a pós-graduação, como “concentrada nas melhores universidades estaduais e federais” e saúda um clima em que foi criada a pesquisa na Universidade e intensificado o diálogo interinstitucional.¹¹⁴ Nesse quadro de crise, parecia ao autor que era fundamental o papel da Universidade para se operar um “resgate da qualidade do ensino em todos os níveis”. No seu entendimento, o sistema de ensino superior deveria ser composto de vários tipos de instituições com correspondentes especializações peculiares a cada uma delas. Assim se expressou:

*Tenho defendido a idéia de que partindo do princípio da qualidade e da responsabilidade social, nossas instituições de ensino superior poderão organizar-se com maior liberdade a partir de algumas diretrizes mínimas e indispensáveis, definidas em nível nacional: algumas instituições serão universidades “tout court”, ao passo que outras serão formadoras de profissionais (sem maior preocupação com a pesquisa), enquanto outras ainda poderão dedicar-se à pesquisa e não ao ensino.*¹¹⁵

A partir desse entendimento, o autor formulava seu entendimento de como funcionaria a contento, na prática, o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: um *sistema articulado* de instituições de ensino superior realizando ensino, pesquisa e extensão *em conjunto*, não individualmente. A cooperação aí reinante faria com que, por exemplo, uma universidade mais desenvolvida colaborasse na implantação e no desenvolvimento de programas educacionais em uma outra instituição iniciante ou ainda relativamente menos desenvolvida.

SOUZA traça o que entende sejam os objetivos centrais da Universidade, os quais deveriam atuar como indicadores para um processo

¹¹³ *Idem, ibid.*

¹¹⁴ SOUZA, *op. cit.*, p. 27, *apud* ZAINKO, *op. cit.*, p. 65.

¹¹⁵ SOUZA, *op. cit.*, p. 28, *apud* ZAINKO, *op. cit.*, p. 65.

de avaliação geral de todas as universidades. São, a seu ver, dois esses objetivos:

... a busca da qualidade acadêmica, de um lado, e o grau de vinculação ou conexão com a sociedade na qual se insere e que lhe dá sustentação, pois, mesmo inserida num país do terceiro mundo, mesmo sustentada por uma sociedade que apresenta ainda carências bem elementares para parcelas significativas do seu todo, a universidade deve buscar o seu valor universal – a qualidade acadêmica.

*...
Se vivemos em uma sociedade capitalista, organizada com base na empresa privada, obviamente o relacionamento da universidade, mesmo pública, deve incluir também o intercâmbio e o trabalho conjunto com a empresa privada.¹¹⁶*

Não é esse, necessariamente, o principal relacionamento da Universidade com a sociedade para SOUZA, já que ele defende a existência de vasta área de atuação social, como habitação, saúde, educação, meio ambiente, produção cultural, para as quais é fundamental o aporte de processos e tecnologias peculiares, os quais deveriam ser desenvolvidos a partir do saber científico acumulado dentro das universidades.

Também fala, o autor, que é incumbência da Universidade promover uma ampla reflexão crítica e um debate sobre o desenvolvimento da sociedade.

Finaliza, dizendo que não se constatava, então, infelizmente, a definição de políticas de médio e longo prazo, federais ou municipais, que dissessem respeito à Universidade e sua participação concreta.

Em 1996, vem o documento “Por uma nova Universidade”¹¹⁷, no qual SOUZA busca traçar uma perspectiva de política para o ensino superior, afirmando a consciência aguda do Governo sobre as questões da educação e, principalmente, destacando a avaliação dos cursos de graduação, como tema

¹¹⁶ *Ibid.*, p. 66.

¹¹⁷ SOUZA, Paulo Renato de. **Por uma nova universidade**. 1996, mimeo, apud ZAINKO, *op. cit.*, p. 67.

de intensa presença quer dentro da comunidade acadêmica quer na própria sociedade como um todo.¹¹⁸

SOUZA, já Ministro da Educação, declara que a relevância da Universidade não está em questão. Há consenso, quanto a isso, entre a sociedade e o Estado. Entretanto, também há um sentimento de que “algo não vai bem em nosso ensino superior”, uma sensação de que é possível fazer mais, com mais qualidade, mesmo dentro das melhores de nossas instituições universitárias.

Três pilares são apontados, na política educacional superior do Governo FHC: “avaliação, autonomia universitária e melhoria do ensino”.¹¹⁹ Quanto à avaliação, sua visão é a de que o Governo deve diminuir sua função credenciadora de instituições de ensino e aumentar sua função avaliadora — isso resume a relação entre o Estado e o sistema de ensino superior. Quanto à autonomia universitária, declara que o Governo busca elevar “a eficiência e o nível de responsabilidade social do sistema, especialmente do segmento público federal”.¹²⁰ Caminhando para a finalização, o Professor Paulo Renato aponta que a crise do sistema é estrutural, exigindo reformas profundas, e que ninguém parecia ter percebido isso. Falando da renovação necessária, destaca a necessidade de uma crítica que seja

*a crítica: da estrutura departamental; dos efeitos da multiplicação dos órgãos colegiados (...); do crescimento dos custos do sistema público e a não-correlação com o número de matrículas; da ação limitada da relação da universidade com o setor produtivo; da dificuldade da institucionalização da avaliação; da não-renovação da graduação, como resultado do desenvolvimento da pós-graduação e da associação da pesquisa com esse nível de ensino; da extensão que ainda mantém-se sem relação direta com o processo de ensino e de produção do conhecimento.*¹²¹

¹¹⁸ Idem, ibidem.

¹¹⁹ Idem, ibidem.

¹²⁰ Ibid., p. 68.

¹²¹ Idem, ibid.

O pensamento da professora Marilena Chauí é trazido por ZAINKO na forma de uma linha crítica, discordante do raciocínio neoliberal. Os pressupostos históricos, filosóficos, antropológicos, políticos e sociológicos das bases operantes da Universidade são postos em debate pela autora em um artigo publicado em 1993¹²²

ZAINKO introduz o conceito de *Universidade de Resultados*, muito importante no pensamento de CHAUÍ, atribuindo à um outro pensador, Francisco de Oliveira, a “paternidade” do termo, quando de sua fala no Colóquio Internacional sobre Pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais, promovido pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Coube a CHAUÍ a aplicação da expressão às outras demais áreas, bem como à Universidade em si, e a ligação estreita do conceito com a idéia de Prestação de Serviços.¹²³

O texto de 1993 iria lembrar que a vocação política foi prioritária na criação das universidades brasileiras, públicas e particulares, sendo três os aspectos principais, dados em momentos históricos diferentes, quando tal vocação se manifestou: nas universidades públicas criadas na primeira metade do século, a partir da visão liberal e, portanto, da idéia do saber desinteressado ou da não-interferência recíproca entre Estado e Universidade e Sociedade e Universidade. Isso nas universidades criadas a partir dos anos 50, em plena luta pela escola pública e gratuita. A Universidade era inserida no contexto do direito à educação e à pesquisa, sendo aberta a todas as classes sociais e capaz de oferecer ao Estado quadros para ampliação da cidadania educacional; e nas universidades criadas a partir dos anos 70, no interior do campo autoritário, a função era “realizar a tarefa estatal de controle e censura do pensamento , limitar o

¹²² CHAUÍ, Marilena. ***Vocação política e vocação científica da universidade.*** Educação Brasileira, 15, 1993, *apud* ZAINKO, *op. cit.*, p. 70.

¹²³ CHAUÍ, Marilena. ***Em torno da universidade de resultados e serviços.*** Texto publicado em Dossiê Universidade-Empresa. Revista USP, N.º 25, mar, abr, maio de 1995, *apud* ZAINKO, *op. cit.*, p.70.

acesso ao saber e, sobretudo, responder às necessidades da indústria e das finanças, isto é, da tecnologia e da economia”.¹²⁴

CHAUÍ prossegue falando das duas faces da Universidade: a face luminosa e a face sombria. A face luminosa, ela nos mostra quando demonstra a articulação entre as duas vocações da Universidade (a política e a científica); isso ocorreu, por exemplo, no ano de 1968, quando ocorreram movimentos sociais, de direitos civis, movimentos estudantis, movimentos guerrilheiros da América Latina e movimentos libertários do antigo Leste Europeu; todos tiveram seu início na Universidade, se não como instituição, como fonte “irradiadora de conhecimento e práticas novas, muitas das quais visando à transformação da própria universidade – para o seu bem ou para o seu mal”.¹²⁵ A sua face sombria surge com a realização da vocação política por meio da vocação científica, sem explicitação desse processo ou sua admissão pública. A articulação entre as duas vocações é feita a partir da ótica sociopolítica de um grupo social específico. Assim foram as pesquisas nucleares e genéticas, o suporte científico para o poder armamentista e outros semelhantes.

A autora evolui para duas outras formas pelas quais a compatibilidade das duas vocações também se manifesta:

- a) pelos *serviços* — também chamados de *extensão*; a universidade presta-os “à sociedade sob a orientação do poder político ou em cooperação com ele”;
- b) pela cessão de quadros universitários, tanto para funções no interior (tecnoburocracia) quanto para funções dirigentes na administração pública.¹²⁶

A presença, a força e a visibilidade desses dois tipos de articulação, no Brasil, são maiores no Norte e Nordeste, porque lá o Estado é praticamente a

¹²⁴ CHAUÍ, *op. cit.*, p. 11, *apua* ZAINKO, *op. cit.*, p.71.

¹²⁵ *Ibid.*, p. 71.

¹²⁶ *Ibid.*, p. 72.

única força econômica, social e política que há “e a sociedade civil não é regida pelos imperativos do mercado que diluem a forte presença estatal como é o caso do Sul e do Sudeste.

A autora destaca que a compatibilidade entre as duas vocações não é simples nem direta, imediata ou isenta de conflitos, mas existe, sim, e se concretiza “no vínculo estabelecido pelo modo de produção capitalista entre ciência, a tecnologia, as forças produtivas e as classes sociais, e entre o Estado e o mercado.¹²⁷ Até porque é uma instituição social de caráter público, a Universidade vive e expressa as divisões, as diferenças e os conflitos daí decorrentes.

Partindo dessa compatibilidade inegável, CHAUÍ vai alcançar a contraface dela, a incompatibilidade, também verdadeira e manifesta por várias formas, classificadas em quatro tipos, pela autora. Tais espécies de incompatibilidades, se não forem conhecidas e trabalhadas, obstaculizam a Universidade, causam impasse no curso do cumprimento do seu papel.¹²⁸

A primeira espécie de incompatibilidade nasce dos diferentes tempos que regem o magistério e a pesquisa, de um lado, e a política, por outro. “O tempo da política é o aqui e o agora”. Planejamento político e planejamento científico divergem na proporção em que divergem a ação e o pensamento. São duas lógicas distintas: a ação política vive da velocidade, da resposta pronta e do impacto simbólico imediato; já a docência e a pesquisa carecem dos anos de formação, amadurecimento e prática para a consecução dos seus mistérios (transmissão de conhecimentos, inovação nas práticas de ensino, nos currículos, preparação das condições de trabalho, de pesquisadores, de coletas de dados, de instrumental metodológico, vivências de ensaios e erros, mudança de paradigmas de pensamento, descoberta e aprendizado de novos conceitos e tanto mais, que define e desenha o tempo da e na ciência.).

¹²⁷ *Idem, ibidem.*

¹²⁸ *Ibid.*, p. 73-75.

Essa diferença temporal aponta para duas conseqüências:

1. A vocação política da Universidade deve subordinar-se à sua vocação científica; o campo político somente pode tomar para si a pesquisa quando ela estiver consolidada, uma vez que o pensamento não aceita outro ritmo que não o seu próprio. Daí, mais duas conseqüências: a política pode auxiliar a ciência, acelerando a definição de suas condições materiais; e a ciência pode orientar projetos políticos, pois pode ajudar na elucidação da própria ação política.¹²⁹

A segunda espécie de incompatibilidade nasce da essência da democracia, enquanto processo político, que implica a alternância dos ocupantes do poder de tempos em tempos. As políticas públicas, portanto, bailam ao sabor dessas alternâncias, tendo ou não continuidade. Já a ciência só se realiza com a continuidade de programas de formação e de pesquisa. Nessa linha, resta à Universidade, para garantir a sua vocação científica, buscar respaldo em políticas de longo prazo, que não padeçam da descontinuidade daquelas dos órgãos estatais.

A terceira espécie de incompatibilidade tem raiz na própria estrutura social brasileira. Nossa sociedade é autoritária e caracterizada por desigualdades marcantes que determinam exclusões sociais, políticas e culturais. Assim, a vocação política da Universidade trabalha pela diminuição das exclusões, em contradição com sua vocação científica, que favorece as exclusões, oriundas das diferenças culturais, por sua vez fundadas nas desigualdades socioeconômicas. Vale dizer, a vocação científica reforça as desigualdades e exclusões, pois a formação cultural e de pesquisa é, em si, excludente, afastando a vocação democrática da Universidade.

A quarta (e última) espécie de incompatibilidade é fruto da expansão da ideologia e da política neoliberal, na medida em que, cada vez mais, deixa-se para o mercado a função (e o poder) de definir as prioridades

¹²⁹ *Ibid.*, p. 73.

científicas (formação e pesquisa). Assim sendo, “a privatização do saber entra em choque com uma política de abertura e expansão da universidade ou, em lugar do choque, produz a compatibilidade sombria, submetendo a vocação política da universidade à privatização imposta à sua vocação científica”.¹³⁰

A análise dialética desse binômio compatibilidade-incompatibilidade entre as duas vocações da Universidade presidem a reflexão sobre os impasses atuais das instituições universitárias brasileiras, os quais, segundo CHAUÍ, são:

1. Primeiro impasse: A Universidade oferece formação profissional precária. O tempo e a lógica da formação e da pesquisa é incompatível com o tempo e a lógica do mercado. Isso tem gerado desqualificação progressiva e crescente da mão-de-obra universitária.
2. Segundo impasse: A Universidade vem cometendo equívocos no processo de avaliação de suas atividades e realizações. Ao invés de criar parâmetros e indicadores próprios para a avaliação necessária, a partir da sua lógica, adotou os da empresa privada e do mercado.

Ao voltar-se para a empresa e para o mercado, a Universidade imita-os mal e importa o conceito de *produtividade*; ao aplicá-lo, fica evidente que a instituição não sabe muito bem o que é isso na docência e na pesquisa.

... a especificidade da Universidade, que se constitui no seu bem mais precioso, é a de ser uma instituição constituída por diferenças internas que correspondem às diferenças dos seus objetos de trabalho cada qual com sua lógica própria de docência e de pesquisa, ao contrário das empresas que, por força da lógica do mercado, operam como entidades homogêneas para as quais os mesmos padrões de avaliação podem ser empregados em toda parte: custo/benefício, quantidade e qualidade, velocidade da produção, velocidade da informação, eficiência na distribuição de tarefas, organização da planta industrial, modernização dos recursos de informação

¹³⁰ *Ibid.*, p. 74.

*e conexão com o sistema mundial de comunicação, etc.; são padrões comuns a todas as empresas. No caso da Universidade, além de os critérios não poderem ser os mesmos da produção industrial e da prestação de serviços pós-industrial, a peculiaridade e a riqueza da instituição estão justamente na ausência de homogeneidade, pois os seus objetos de trabalho são diferentes e regidos por lógicas, práticas e finalidades diferentes.*¹³¹

Em síntese, na visão da autora, é a vocação política da Universidade que, deixando-se pautar por um modelo externo a ela, prejudica a vocação científica.

3. Terceiro impasse: A Universidade tem dificuldade em trabalhar, dentro de seus muros, as diferenças e conflitos políticos externos e internos.

A Universidade acaba dissimulando, segundo CHAUÍ, esses conflitos, por meio de três recursos:

- 1) *o uso da vocação científica como escudo de neutralidade política;*
- 2) *a repetição, dentro da Universidade, dos dois grandes padrões da política brasileira, o clientelismo e o fisiologismo das cúpulas dirigentes e o corporativismo do corpo docente, discente e dos funcionários;*
- 3) *as armas da burocracia.*¹³²

Finalmente, CHAUÍ apresenta um conceito definitivo para o escopo de sua contundente crítica ao modelo neoliberal que domina a modernidade. Esse conceito é a *crise da razão*, que resume os meios e os fins na crise da Universidade. Cabe à Universidade, em nome de sua vocação científica, enfrentar o problema da crise da razão — criada pelo *pós-modernismo*, que é, por sua vez, a ideologia do *neoliberalismo*. Ampliando a visão, vale dizer que neoliberalismo é o nome que se deu ao modelo da *economia capitalista mundial*. Esse modelo *pós-modernista* foi absorvido inconscientemente pela

¹³¹ CHAUÍ, *op. cit.*, p. 19, *apud* ZAINKO, *op. cit.*, p.75.

¹³² CHAUÍ, *op. cit.*, p. 21, *apud* ZAINKO, *op. cit.*, p.75.

Universidade. Cabe a ela retomar sua consciência e, em nome de sua vocação política, enfrentar a questão da democratização do País.

A vitória da Universidade estará no caminho dessa retomada de poder sobre o que ela é e para que serve na sociedade. A sua derrota será sucumbir ante o esvaziamento da razão, do conhecimento, adotar a padronização do mercado, submeter-se ao seu tempo e suportar a conclusão de que ela não é essencial para a sociedade nem para o País.

3. A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

3.1 Antecedentes históricos, sociopolíticos e econômicos

Falar da criação da Universidade Federal do Paraná, ou melhor, da Universidade do Paraná, como foi inicialmente denominada, exige tecer alguns esclarecimentos sobre o contexto sociopolítico e econômico que conformava a região e seu povo na transição dos fins do século XIX para o início do século XX.

A obra de WACHOWICZ¹³³, bem como as dos autores nela presentes, permite acompanhar a evolução histórica da situação geopolítica da região que viria a ser o atual Estado do Paraná, pouco antes da proclamação da República. Originalmente, entre 1660 e 1710, a Capitania de Paranaguá possuía governo próprio e autônomo, ainda que subordinado ao Governo Geral do Rio de Janeiro. Ocorre que aqueles núcleos urbanos, que a cata do ouro havia estimulado, entraram em decadência, em parte devido à descoberta de mais expressivas quantidades de ouro nas terras das Minas Gerais. A Província de São Paulo, então, já constituída por quatro Comarcas, aproveitou-se da situação decadente da mineração e conseguiu, sob peso dos interesses dos paulistas, a extinção da Capitania de Paranaguá, em 1710. A consequência imediata foi a incorporação das terras da região aos domínios de São Paulo, na forma de uma Quinta Comarca, formada geograficamente pelas vilas que ocupavam posição meridional ao seu centro geopolítico. Tudo orquestrado pelo governador da Capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, amigo pessoal do Marquês de Pombal, famoso por ser administrador “linha dura”, que conseguiu estender a sua autoridade até as margens do Rio Uruguai.¹³⁴

¹³³ WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Universidade do mate: história da UFPR*. Curitiba, APUFPR, 1983.

¹³⁴ WACHOWICZ, *op. cit.*, p. 15-17.

Em 1853, essas vilas meridionais da Província de São Paulo, ou seja, a sua Quinta Comarca, “recuperaram a sua auto-administração, formando a Província do Paraná”.¹³⁵ O autor faz questão, portanto, de referir-se a esse momento histórico do Paraná como “recuperação de autonomia” e não como emancipação, termo que sugeriria o rompimento de um vínculo existente desde a origem em relação a São Paulo, o que não corresponde à verdade histórica.

Então a Província do Paraná tornou-se herdeira dos direitos e pretensões paulistas sobre todo o território existente entre os rios Negro, Iguaçu e Uruguai. É o conhecido território do *Contestado*, já alvo de disputa (*contestação*) entre a Capitania de Santa Catarina e a de São Paulo. Nem a vinda de D. João ao Brasil, nem a Independência mudaram esse panorama conflitual.

O autor menciona, citando MARTINS¹³⁶, que os paranaenses manifestaram, naquele período de sua história, uma apatia e um descaso com relação ao Contestado, exatamente ao contrário de Santa Catarina, que encarou seriamente a questão, mesmo antes da Proclamação da República. Até a última década do século XIX o Paraná nada havia feito de concreto para salvaguardar seus direitos. Apenas em 1897 as elites paranaenses agiram nesse sentido.

Aí entra a questão do mate (sugerida no próprio título da obra do autor). A conjuntura internacional, anteriormente, em 1813, beneficiou as vilas do futuro Paraná. Os mercados de Buenos Aires e Montevideo voltaram-se para a produção brasileira, pelo fato de que Francia, ditador paraguaio, proibiu a exportação da erva-mate para aquelas cidades. Por volta de 1820, o Paraná passou a ser a terra do mate, voltando as costas para os mercados nacionais (Rio de Janeiro e São Paulo) e europeus e ficando de frente para o Prata (Buenos Aires, na

¹³⁵ *Ibid.*, p. 16-17.

¹³⁶ MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Ed. Guaíra, 3.^a ed., s/d, p. 357, *apud* WACHOWICZ, *op. cit.*, p. 15.

Argentina, Montevideo, no Uruguai, e, mais tarde, Valparaíso, no Chile).¹³⁷

*A economia do mate tornou viável a restauração político-administrativa do Paraná. Refere-se Pedro Calil Padis que, sem a economia ervateira, a própria luta pela autonomia da Quinta Comarca teria sido mais difícil*¹³⁸.

*Acontece porém que não houve luta propriamente dita pela autonomia da Quinta Comarca. As isoladas e omissas elites regionais não se organizaram para tanto. A emancipação não funcionou historicamente como um desafio a ser superado pela sociedade da Quinta Comarca. A campanha pela emancipação não conseguiu polarizar e aglutinar as populações em torno de um objetivo comum superior. A emancipação não conseguiu desenvolver na população da Quinta Comarca um sentimento de unidade e identidade com a terra. Tal não aconteceu porque ela não foi conquistada no calor de uma luta por um objetivo superior. A emancipação foi praticamente outorgada pelo governo imperial para o cumprimento de um acordo entre grupos políticos. O Paraná obteve sua emancipação "de mão beijada".*¹³⁹

Foi o mate, portanto, que construiu uma nova elite produtora e exportadora, que arrancaria a Quinta Comarca de São Paulo do marasmo até então reinante, fazendo que os *curitibanos* almejassem a recuperação do autogoverno regional.

Mas, mesmo assim, esse novo clima de autoconsciência econômica não foi suficiente para realizar uma radical consciência política. Tanto assim que o processo de emancipação teve seu curso e se resolveu nos altos escalões do Império. As autoridades imperiais, em vista dessa não-participação das elites locais, concluíram a "emancipação", batizando a nova Província com o nome do maior rio que banhava o território, o Rio Paraná. A inspiração veio do que recentemente tinha ocorrido no norte do Brasil, onde uma nova

¹³⁷ WACHOWICZ, *op. cit.*, p. 17-19.

¹³⁸ PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1981, p. 44, *apud* WACHOWICZ, *op. cit.*, p. 18.

¹³⁹ WACHOWICZ, *op. cit.*, p. 19-20.

Província recebera o nome de Amazonas, emprestado do maior rio da região. “A população da caçula das províncias imperiais soube de sua denominação quando o decreto de sua criação foi aprovado e publicado pela imprensa”¹⁴⁰

Essa “distância” manifesta dos paranaenses em relação aos seus próprios interesses, obviamente, teve a sua contraface política. Segundo Romário Martins, a história provincial paranaense, nos seus trinta e seis anos, registra a pouca presença de políticos paranaenses na própria presidência da Província. Dentre os 41 presidentes que a governaram o Paraná, só três eram paranaenses diretamente nomeados: João José Pedrosa, Joaquim de Almeida Faria Sobrinho e Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá. Este último chegou a ser Ministro da Agricultura. Os políticos paranaenses não participaram da Proclamação da República, pois que ausentes dos conciliábulo políticos do Rio de Janeiro. “Fundaram dois clubes republicanos. Um em Curitiba em 1885, e outro em Paranaguá em 1887. Em 1886, fundava-se em Curitiba o jornal A República ,e, segundo Romário Martins, sua atuação mereceu o maior conceito nos centros republicanos do país e foi só.¹⁴¹ Depois de 1889, as antigas províncias passaram a ser Estados da República, e sua gente passou a eleger seus governadores. Assim, o Paraná rompia as amarras da tutela da corte, especificamente quanto à escolha de seus presidentes. Chegando a República, elevou-se ao máximo o problema do Contestado, em relação ao vizinho Estado de Santa Catarina. Este último procurava reconquistar 48.000 km de território, que os paranaenses consideravam absolutamente seus. “A capacidade das elites paranaenses foi colocada em cheque. O desafio avolumou-se e os paranaenses teriam que sair de seu casulo político para agir”.¹⁴²

¹⁴⁰ *Ibid.*, p. 21.

¹⁴¹ MARTINS, *op. cit.*, p. 323, *apud* WACHOWICZ, *op. cit.*, p. 22.

¹⁴² WACHOWICZ, *op. cit.*, p. 22.

Aí entra em cena um político paranaense, dentre os que mais se mostravam sensíveis à questão do Contestado: Victor Ferreira do Amaral, nascido na Lapa, médico formado no Rio de Janeiro, era membro da *elite campeira* paranaense, a qual passou a liderar a política estadual depois da Proclamação da República.

Diz o autor que, “romanticamente”, VFA contava, orgulhoso, que tinha sido “criado à sombra de gigantescas taças seculares das araucárias” e, na infância, tinha ajudado “os escravos de meu pai na ceifa das fecundas searas de trigo, centeio, cevada etc.”¹⁴³. Já tendo exercido diversos cargos administrativos, recebeu indicação do Senador Vicente Machado para concorrer a Deputado Constituinte Estadual, em 1891. Foi então que pôde percorrer *in loco* a região do Contestado, constatando a omissão com que os paranaenses tratavam o problema, à qual se referiu chamando de “incúria criminosa”.

A experiência inicial do Contestado foi traumática para Victor Ferreira do Amaral e para todos os paranaenses. Em 24 de dezembro de 1909, o Supremo Tribunal Federal acolhia a pretensão catarinenses e rejeitava os argumentos interpostos pelo Paraná à sentença de 6 de julho de 1904. Comoveu-se profundamente a comunidade paranaense. Era só, agora, uma questão de pouco tempo para que os operadores da justiça retirassem, da administração do Paraná, 48.000 km² de área, sobre a qual tinham direito histórico e posse plena. Praticamente com os mesmos argumentos, Portugal obteve as terras a oeste de Tordesilhas, e o Paraná perderia. As lideranças, em plena crise existencial, então, tiveram que perguntar-se: “Afiml tinham os paranaenses alguma fibra dentro de si ou não?”¹⁴⁴ Era um desafio ímpar. E os paranaenses começariam, então, a despertar de seu “sono

¹⁴³ **Diário da Tarde**. Curitiba, 17 de nov. de 1938, *apud* WACHOWICZ, *op. cit.*, p. 23.

¹⁴⁴ WACHOWICZ, *op. cit.*, p. 24.

letárgico”, respondendo a esse repto histórico em dois níveis: “a) tentando retirar de Santa Catarina o território perdido; b) afirmando-se culturalmente, tentando preparar suas próprias elites com a criação da Universidade do Paraná”¹⁴⁵.

A primeira frente de resposta seguiria seu curso, culminando no acordo Paraná - Santa Catarina, em 1916, pelo qual, da área disputada, o Paraná ficaria com 20.000 km² e Santa Catarina, com 28.000. O chamado sudoeste paranaense foi recuperado pela reação do Paraná.

A outra frente-reação, também motivada pelo Contestado, foi igualmente surpreendente. As lideranças perceberam que a principal deficiência daquela “sociedade ervateira” era a falta de intelectualidade. Eis aí a semente: alguns paranaenses da época empenharam-se em organizar e fundar, na Capital do Estado, Curitiba, a Universidade do Paraná.

3.2 A UFPR e os Projetos de Universidade no Brasil

A “América Lusitana”, segundo CARNEIRO¹⁴⁶, do ponto de vista educacional, foi historicamente a última a surgir, pela simples razão de que, mesmo diante de condições possibilitadoras, os empreendimentos não chegavam nunca a ter desfecho favorável.

Interessa refazer o caminho histórico geral das tentativas de se estabelecer uma Universidade no Brasil (e mesmo das demais iniciativas ligadas à instrução primária e secundária), como instrumento de contextualização e de inserção adequada da UFPR na história das Universidades Brasileiras. Dada a profundidade das questões colaterais, cujo tratamento foge às metas do presente

¹⁴⁵ *Idem Ibid.*

¹⁴⁶ CARNEIRO, David Antonio da Silva. ***História esquemática da educação e das universidades no mundo. Surto da primeira universidade do Brasil.*** Curitiba: Ed. UFPR, 1984, p. 64.

trabalho, apresenta-se um quadro resumido dos projetos de Universidade e de outros ensinos, em nosso meio, como segue¹⁴⁷.

DATA	EVENTO
Década de 1549	O primeiro Governador-Geral, Tomé de Sousa, chega ao Brasil, acompanhado por padres jesuítas chefiados por Manuel da Nóbrega. Fala-se na existência imediata de duas escolas jesuíticas, formadoras de <i>catequistas</i> : a de Vicente Rodrigues, em Salvador (BA) e a de Leonardo Nunes, em S. Vicente (SP). Essas escolas teriam inspirado uma outra, em Vitória (ES).
1554	Transferência da pequena escola de Leonardo Nunes para Piratininga (SP).
1556	Fundação do Colégio da Bahia (jesuítas).
1567	Fundação do Colégio do Rio de Janeiro (jesuítas).
Observação	<i>O principal objetivo das escolas jesuíticas (primeiros 70 anos pós-descobrimento) era formar catequistas (o próprio Padre Anchieta é considerado o primeiro professor secundário formado no Brasil). Nos "currículos" dessas escolas não havia nenhuma disciplina voltada para a formação profissional ou a prática de qualquer ciência.</i>
1637 a 1644	Primeiro projeto de Universidade para o Brasil, em Recife (PE) (a "Nova Holanda"), no governo de João Maurício de Nassau Siegen. Nassau, homem de cultura e hábil administrador, Príncipe da Casa de Orange, reuniu em torno de si 46 professores selecionados, intelectuais, sábios e cientistas (os primeiros a virem para o Brasil), artistas e oficiais de ofício da Holanda. Assim nasceu uma

¹⁴⁷ Esse quadro cronológico-referencial foi montado a partir das informações textuais contidas nas seguintes obras:

CARNEIRO, *op. cit.*, p. 63-82,

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 1989, p. 117 e ss.

WESTPHALEN, Cecília Maria. **Universidade Federal do Paraná: 75 anos**. Curitiba: SBPH-PR, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.. PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO **Rumos da pesquisa: uma história da pesquisa e Pós-Graduação na UFPR**. Universidade Federal do Paraná.. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Curitiba: UFPR, 1998.

	Universidade de pesquisa, sem organizar-se para o ensino e sem candidatos para inscrever-se, logo desaparecendo, quando Nassau deixou o governo de Pernambuco.
1663	A Câmara Municipal de Salvador (BA) solicita ao Rei (em acordo com os jesuítas do local) adoção no Brasil do modelo da Universidade de Évora, em Portugal. O requerimento foi submetido à apreciação da congregação da Universidade de Coimbra, que emitiu longo parecer contrário (como era previsível).
1720 (aproximadamente)	Novamente parecer desfavorável de Coimbra viria para solicitação análoga, 57 anos depois.
Década de 1760	Tempo da Regência. Início do ensino primário no Brasil, quando não havia mais instituições religiosas presentes que pudessem realizar esse ensino nas cidades (os jesuítas foram expulsos em 1759, pelo Marquês de Pombal).
6 de Novembro de 1772	Alvará para funcionamento das aulas régias de gramática, latim e grego (o ensino secundário da época), sujeitas à fiscalização do Vice-rei. Não havia interesse pela educação, nem por parte do governo nem por parte do povo.
Séc. XVIII e início do séc. XIX	Surgimento de seminários (como o de Olinda) com estrutura razoável.
1786-89	A Inconfidência renova no Brasil o sonho de uma Universidade, agora em Ouro Preto. José Alves Maciel idealizou-a sob o modelo inglês que conhecia. O fracasso do movimento inconfidente retardaria novamente o advento dos estudos superiores no Brasil.
1808 e anos seguintes	Chegada de D. João VI, Príncipe Regente, ao Brasil. Na comitiva, as congregações das escolas naval e militar e médicos para formar mais de uma faculdade de medicina e cirurgia. Esse corpo médico docente iniciaria o ensino superior no Brasil, na forma de <i>Faculdades isoladas</i> e não Universidade. As mudanças irradiadas do Rio de Janeiro fazem surgir <i>cursos superiores</i> no Rio e na Bahia, com caráter teórico-prático e profissionalizante, os quais foram-se disseminando pelo País.
1820	José Bonifácio de Andrada e Silva faz o seu projeto de Universidade, a ser instalada em São Paulo, capital da sua província natal. Seu modelo advinha das universidades européias que conhecera, como Upsala e Lund. Chegou a ser discípulo de Lavoisier, em Paris. A

	“sua” Universidade não teria faculdade nem curso de teologia, mas sim Matemática, Ciências Naturais, Filosofia Natural Jurisprudência e Medicina. Não prosperou.
1823	Ainda na linha de seu entusiasmo esclarecido, o grande Andrada influencia a constituinte convocada, que ventila a idéia da criação de uma Universidade, e muitas cidades pleiteiam tal benefício. Desta vez o projeto foi de Manoel da Câmara Bittencourt e Sá. Entretanto, novo corte histórico na pretensão universitária seria promovido pelo golpe de estado de D. Pedro I, em 1824, com a dissolução da constituinte de 1823.
1837	Segundo Reinado, Regência. Vem um modelo para o ensino secundário — o Colégio D. Pedro II, que deveria servir de exemplo às províncias: escolas semelhantes deveriam ser fundadas com intervalo de 10 ou 20 anos.
1847	Projeto de Universidade de Bernardo José da Gama, o Visconde de Goyana. Sem êxito.
1870	Projeto de Universidade do Senador Paulino José Soares de Souza. Retomava o projeto do Patriarca, mas em termos retrógrados, acrescentando os cursos de Teologia e Letras. Sem resultado.
1880	José Antonio Saraiva, o Conselheiro Saraiva, presidente do Conselho e chefe do gabinete liberal, detendo a pasta da Fazenda, retoma o velho sonho. Tinha as condições quase ideais em mãos: poder pessoal, boa-vontade do Imperador e recursos financeiros disponíveis. O excesso de certeza levou ao fracasso; construiu os suntuosos edifícios da Universidade antes de ser o projeto votado e sancionado. Os prédios passaram a abrigar loucos e, somente meio século depois, seriam ocupados pela Universidade do Brasil e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (a mesma com outro nome).
Observação	<i>Ao longo dos primeiros 300 anos após o descobrimento não se adotou no Brasil nenhuma forma de desenvolvimento cultural sistemático e metódico. Ao final do reinado de D. Pedro II, 90% da população brasileira era analfabeta. Passa o período monárquico sem que o País tenha tido uma Universidade sequer.</i>
1891	Os Decretos Federais de 2 e 10 de janeiro de 1891 e outro, de 3 de dezembro de 1892 deram, temporariamente, maior liberdade à iniciativa privada quanto aos cursos superiores.

1892	Após a Proclamação da República, no Estado do Paraná, o historiador José Francisco da Rocha Pombo requer ao Presidente do Estado, Dr. Francisco Xavier da Silva, a fundação de uma Universidade que se propunha a criar. Obteve a concessão para o estabelecimento dessa Universidade em Curitiba, pela Lei N.º 93, de 10 de dezembro de 1892, do Congresso Legislativo Estadual. A imprecisão da idéia universitária levou, entretanto, à confusão dos seus objetivos com os do ensino médio. Chegou a ser lançada, no mesmo ano, a pedra fundamental dessa Universidade, no Campo da Cruz, no antigo Largo Ouvidor Pardinho (hoje Praça Ouvidor Pardinho). O projeto não prosperou.
1901	O Decreto N.º 3.890, do Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário (Epitácio Pessoa), de 1901, retirou as concessões obtidas pelos Decretos Federais de 1891 e 1892. Voltava o monopólio estatal do ensino superior no Brasil.
1903	Azevedo Sodré encaminha projeto à Câmara Federal, para criação de 4 Universidades: no Rio, em São Paulo, em Salvador e em Recife. Cada uma teria autonomia didática, administrativa e disciplinar, sob a vigilância do Estado. Forte oposição dos positivistas ortodoxos, sobretudo de Teixeira Mendes.
1904	Rodrigues Lima retoma a iniciativa. Mesmos entraves, sem sucesso.
1908	Projeto de D. Eurico Coelho, semelhante integralmente aos de 1903 e 1904, dentro do espírito republicano. Sem êxito.
1908-1910	Discutia-se, em Curitiba, a fundação de uma <i>Academia de Direito</i> . Forte reação de opositores manifestava dois receios: o da formação de uma “fábrica de bacharéis, nociva aos direitos do Estado”; e o de uma distorção vocacional polarizada, que prendesse jovens à facilidade de um curso superior local único, impedindo-os de seguirem outras carreiras liberais consonantes a suas tendências naturais, como medicina, farmácia, engenharia, odontologia, etc. Outra, portanto, deveria ser a estrutura do ensino superior a ser organizado em Curitiba.
1909	Em 11 de janeiro era criada a Universidade Livre de Manaus, no Amazonas, com 5 Faculdades: Engenharia, Ciências e Letras, Farmácia, Odontologia e Direito. Iniciou

	seu funcionamento com 38 professores e 159 alunos. Era universidade com ensino gratuito. Sua existência foi efêmera, devido à decadência da economia da borracha.
1910	Rivadavia da Cunha Correa, Ministro do Interior, Justiça e Instrução Pública do Governo do Marechal Hermes da Fonseca, preparava a Lei (Decreto) que levaria o seu nome. Notícias nesse sentido, procedentes do Rio de Janeiro, chegavam ao Paraná.
1911	Aos 19 de novembro é criada outra Universidade, desta vez em São Paulo, que também não sobrevive. É baixado o Decreto Federal N.º 8.659, de 5 de abril de 1911. Era a Lei Rivadavia, que liberava e desoficializava o ensino superior no Brasil. Rivadavia Correa estabelece dois marcos educacionais: os exames parcelados (de suficiência), das matérias essenciais à conclusão do ensino secundário e ascensão às carreiras liberais, realizados em quaisquer estabelecimentos oficiais: Matemática, Física, Química, História Natural, Português e Línguas Estrangeiras, Geografia e História Universal. Os Exames de Admissão às Faculdades (atuais Exames Vestibulares).
Observação	<i>A plena liberdade de ensino (desoficialização) conquistada na época, que visava tanto ao ensino secundário quanto ao profissional, não foi compreendida, de início, como abertura à fundação de Universidades, nem mesmo de Faculdades. A idéia era somente de que Colégios secundários não fossem vedados.</i> <i>Apenas quando chegaram à presença de Rivadavia Correa os primeiros interessados, foi percebida a extensão e a real liberdade instituída pela Lei.</i>
1912	Em 19 de dezembro reuniu-se a Primeira Assembléia Universitária de fundação e Instalação da Universidade do Paraná. Os cursos seriam: Ciências Jurídicas e Sociais, Engenharia Civil, Engenharia Industrial, Engenharia Mecânica e Eletricidade, Agronomia, Medicina Veterinária, Farmácia, Odontologia, Obstetrícia, Medicina e Cirurgia e Comércio, além de Curso Preparatório. As congregações eram de cursos e seus representantes no Conselho Superior eram indicados por sorteio. Esse Conselho elegia a Diretoria. Para o primeiro biênio foram

	eleitos como Diretor (Reitor), Victor Ferreira do Amaral e Silva e como Secretário, Nilo Cairo. Em 15 de março de 1913 iniciaram-se as aulas, com 26 professores e 97 alunos, nos cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, Engenharia Civil, Engenharia Industrial, Engenharia Mecânica e Eletricidade, Agronomia, Medicina Veterinária, Farmácia, Odontologia, Obstetrícia e Comércio. O curso de Medicina e Cirurgia começaria um pouco mais tarde.
1913	A Universidade do Paraná é reconhecida pela Lei Estadual N.º 1.284, de 27 de março de 1913.
1914	A Universidade do Paraná foi declarada de utilidade pública pela Lei Estadual N.º 1.456, de 1.º de abril de 1914.
1915	A Reforma de Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, chamada de Lei Maximiliano (na verdade, Decreto N.º 11.530, de 11 de março de 1915)), reoficializou o ensino superior, estabelecendo a exigência de que as instituições de ensino superior fossem equiparadas a estabelecimentos oficiais (sistema de equiparação das instituições) e tivessem 5 anos de funcionamento, em localidade com população superior a 100 mil habitantes. A Universidade do Paraná foi seriamente afetada por essa reforma.
1917	A Universidade de São Paulo foi fechada, devido à necessidade legal de equiparação.
1918	A Universidade do Paraná recorre à estratégia de reformular seus estatutos separando as Faculdades de Direito, Engenharia e Medicina, concedendo-lhes autonomia didática, porém mantendo-as em funcionamento no mesmo edifício, sob uma única diretoria. Começava uma árdua luta pela sua sobrevivência.
1920	É criada a Universidade do Rio de Janeiro, a qual, por fusão com a Universidade do Distrito Federal, daria origem à Universidade do Brasil, em 1939.

Observação	<i>A Universidade do Rio de Janeiro (primeira Universidade Federal criada no Brasil) foi criada artificialmente e teve existência apenas nominal..¹⁴⁸</i>
------------	--

3.3 A fundação, as dificuldades e as superações

WESTPHALEN nos diz que, no início do século XX, é criada “a mais avançada expressão da ciência, da tecnologia e da cultura do Estado do Paraná” — a Universidade do Paraná.

A sua criação, em 1912, teve precursores que, contudo, não conseguiram realizá-la, principalmente pela imprecisão da idéia universitária. O historiador paranaense Rocha Pombo, pela Lei n.º 93, do Congresso Legislativo Estadual, em 1892, , teve autorizada a concessão para o estabelecimento de uma Universidade em Curitiba, confundidos, porém, os seus objetivos com aqueles de ensino médio. Chegou a ser lançada, no mesmo ano, a pedra fundamental dessa universidade, no Campo da Cruz, que hoje abriga a Praça Ouvidor Pardinho. Nada mais foi adiante.¹⁴⁹

A autora acrescenta que, em junho de 1912, foi formada uma comissão destinada a dotar a cidade de Curitiba de uma Universidade, pelos paranaenses Fernando Moreira, Pampilho de Assumpção e Victor Ferreira do Amaral e Silva. Favorecidos estavam pela vigência da Lei Rivadávia, que havia instituído a liberdade de ensino em todo o território nacional.

¹⁴⁸ Em WACHOWICZ, *op. cit.*, p. 90-91, encontra-se a afirmação de que nenhuma participação houve da comunidade docente ou discente das Faculdades de origem — Engenharia, Medicina e Direito — , que foram simplesmente reunidas sob novo nome. A razão teria sido a vontade do Presidente Epitácio Pessoa, que decidiu conferir ao Rei da Bélgica, Alberto I, em visita ao Brasil, durante as festividades do centenário da Independência, o título de *Doutor honoris causa*. “Como este título só pode ser outorgado por uma Universidade, foi resolvido o problema: criar-se-ia a mesma (sic)”.

¹⁴⁹ WESTPHALEN, *op. cit.*, p. 9.

Na mesma época, outros intelectuais, liderados pelo médico Nilo Cairo, acalentaram o mesmo ideal, chegando a reunir-se várias vezes para dar concretude à idéia. Logo em seguida, percebendo a confluência das idéias, os dois grupos se unem. Despontavam Victor Ferreira do Amaral e Silva, médico de renome e prestígio, e Nilo Cairo, com audácia, obstinação e entusiasmo peculiares. Obtiveram o apoio do Governador Carlos Cavalcanti e trabalharam durante os últimos meses do ano de 1912, chegando a reunir, a 19 de dezembro, a histórica primeira Assembléia Universitária de fundação e instalação da Universidade do Paraná.

Muitos paranaenses buscavam, em outros Estados, a realização dos estudos superiores, e outros tantos, cheios de vontade, não possuíam recursos financeiros para tanto. Esse, o clima em que veio a existir a Universidade do Paraná, anunciando-se uma significativa mudança dos tempos. No dizer do próprio Nilo Cairo, segundo WESTPHALEN,

*O estado do Paraná progrediu; a sua população e a sua riqueza aumentaram; cresceram extraordinariamente o seu comércio e a sua indústria; atraídos pelo novo campo que se oferecia a sua atividade, para cá vieram médicos, advogados e engenheiros; tanto o jornalismo como as letras se alastraram; um movimento febril e quasi (sic) convulsivo agitou todas as causas; Curitiba, que naquela época (a da tentativa de Rocha Pombo, em 1892), só tinha vinte mil almas, passou a ter setenta mil*¹⁵⁰

Prossegue a autora dizendo que a Universidade, pelo projeto original, deveria manter os cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, Engenharia Civil, Engenharia Industrial, Engenharia Mecânica e Eletricidade, Agronomia, Medicina Veterinária, Farmácia, Odontologia, Obstetrícia, Medicina e Cirurgia e Comércio, e também um curso preparatório. As palavras dos fundadores proclamavam seu pensamento

¹⁵⁰ CAIRO, Nilo *apud* WESTPHALEN, *op. cit.*, p. 10.

em comum: “não nos propomos fazer rótulos para dourar a ignorância, mas, sim, ministrar um ensino proficuo e sólido, que prepare o aluno para a vida prática”¹⁵¹.

A instituição se caracterizava pela *unidade*, não era formada por *faculdades* ou *escolas*. Existiam as *congregações de cursos* sendo os seus representantes no Conselho Superior da Universidade indicados por sorteio. Esse Conselho elegia a diretoria. O primeiro biênio teve eleitos como Diretor (Reitor), Victor Ferreira do Amaral e Silva, e como Secretário, Nilo Cairo.¹⁵²

WACHOWICZ apresenta a primeira Diretoria eleita:

<i>Diretor</i>	<i>Victor Ferreira do Amaral e Silva</i>
<i>Vice-diretor</i>	<i>Euclides Bevilaqua</i>
<i>Secretário</i>	<i>Nilo Cairo da Silva</i>
<i>Subsecretário</i>	<i>Daltro Filho</i>
<i>Tesoureiro</i>	<i>Flávio Luz</i>
<i>Bibliotecário</i>	<i>Hugo Gutierrez de Simas</i> ¹⁵³

Vale citar o texto da Ata de Fundação e Instalação da Universidade do Paraná, por tudo que ela representou e representa na história da Universidade no Brasil.

Aos dezenove dias do mez de Dezembro do anno de mil novecentos e doze, ás sete horas da noite, no recinto do Palacio do Congresso Legislativo do Estado, nesta cidade de Curityba, reunidos todos os lentes da Universidade, teve lugar a sessão magna inaugural, de installação da Universidade do Paraná. Abriu a sessão o Dr. Victor do Amaral, director, que convidou o Sr. Dr. Carlos Cavalcanti, presidente do Estado e Director Honorario da Universidade, a presidir os trabalhos da sessão, e bem assim o Sr. General Alberto de Abreu, inspector da 11.ª Região Militar, e o Exmo. E Revmo. Sr. Bispo diocesano D. João Braga, a tomarem assento aos lados da mesa. Isto feito, o Sr. Dr. Carlos Cavalcanti proferiu algumas palavras congratulatorias, louvando a fundação da Universidade; depois do que, deu a palavra ao Secretario Sr. Dr. Nilo Cairo para ler a acta da eleição

¹⁵¹ WESTPHALEN, *op. cit.*, p. 10.

¹⁵² *Idem, ibidem.*

¹⁵³ WACHOWICZ, *op. cit.*, p. 43.

da directoria e o termo de posse dos membros do corpo docente. Terminada esta leitura, manda o Sr. Presidente que o Secretario faça a chamada dos lentes cathedromaticos e substitutos, aos quaes vae distribuindo um a um os respectivos diplomas, que se acham sobre a mesa.

Terminada a distribuição de diplomas, o Sr. Presidente dá a palavra ao orador official da Universidade, Dr. Manoel de Cerqueira Daltro Filho, para fazer o discurso inaugural. Este discurso que, por sua extensão, deixa de ser transcripto, nesta acta, será publicado no relatório annual.

Findo o discurso do orador, o Sr. Presidente suspende a sessão ás oito horas e meia da noite.

Em firmeza do que eu, secretario. Dr. Nilo Cairo da Silva, lavrei a presente acta, que vae assignada por mim e pelo Sr. Dr. Director Honorario, Dr. Carlos Cavalcanti (sic).

Carlos Cavalcanti de Albuquerque
Nilo Cairo da Silva, secretario.¹⁵⁴

Aos 15 de março de 1913, tinham início as aulas, com 97 alunos e 26 professores. Os cursos que tiveram arrancada nesse começo foram os de Ciências Jurídicas e Sociais, Engenharia, Odontologia, Obstetrícia, Farmácia e Comércio. O curso de Medicina e Cirurgia funcionaria um pouco mais tarde. Para essas atividades iniciais foi alugada uma casa, situada na rua Comendador Araújo.

A Universidade do Paraná foi reconhecida pela Lei Estadual n.º 1.284, de 27 de março de 1913, sendo que, no ano seguinte, o Estado lhe concede o auxílio anual de 36:000\$000 (trinta e seis contos de réis), pela Lei N.º 1.367, de 5 de março de 1914, com a recíproca obrigação de a Universidade matricular até 10 alunos, gratuitamente, em seus diferentes cursos. Ao ser declarada de utilidade pública, pela Lei n.º 1.456, de 11 de abril de 1914, recebeu a doação do terreno na Praça

¹⁵⁴ SILVA, Nilo Cairo da. Acta da Installação Official da Universidade do Paraná. In: LIMA, Eduardo. **Victor Ferreira do Amaral e Silva** – o reitor de sempre. Curitiba: Imprensa da UFPR, 1982. P.503-504. Coleção mestres da Universidade Federal do Paraná, *apud* UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, *op. cit.*, p. 10.

Santos Andrade, esquina com a XV de Novembro, da Prefeitura Municipal de Curitiba. “Em 31 de agosto, lançou-se a pedra fundamental do novo edifício, construído por Bortolo Bergonse e cuja ocupação foi gradativa, à medida do avanço da construção”¹⁵⁵. “No prédio alugado passaria a funcionar a Maternidade que, mais tarde, receberia o nome de Victor do Amaral e Silva, transferida para prédio próprio, em 1930”¹⁵⁶.

Vem o Decreto Maximiliano (chamado Lei Maximiliano)— Decreto Federal N.º 11.530, de 11 de março de 1915 —, o qual estabelece, entre outras, as seguintes exigências quanto ao ensino superior no Brasil, nas palavras de WACHOWICZ:

- a — retorno do sistema de equiparação das instituições, a fim de que os diplomas e/ou títulos expedidos pudessem concorrer com os congêneres emitidos pelas escolas oficiais;*
- b — a cidade sede de curso superior deveria ter no mínimo cem mil habitantes;*
- c — somente após cinco anos de funcionamento, é que uma escola superior poderia requerer equiparação.*¹⁵⁷

O alvo, segundo o autor, que a Lei mirava, eram as escolas que comercializavam diplomas, mas a Universidade do Paraná foi atingida por extensão.

O pedido de inspeção prévia, feito pela Universidade do Paraná é, então, indeferido, pois Curitiba não possuía esse número de habitantes e não havia Universidade no país que servisse de modelo para equiparação. O projeto da primeira Universidade do Estado entrava em séria crise. Para efeito do reconhecimento pretendido e necessário, foi feito o desmembramento em três Faculdades: de Direito, de Engenharia e de Medicina, as quais permaneciam, contudo, “reunidas por uma Diretoria (Reitoria), que as centralizava e administrava, imbuída do

¹⁵⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.. PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO, *op. Cit.*, p. 12.

¹⁵⁶ WESTPHALEN, *op. cit.*, p. 11.

¹⁵⁷ WACHOWICZ, *op. cit.*, p. 68.

espírito universitário inicial, simbolizado em Victor Ferreira do Amaral e Silva¹⁵⁸.

Em face dessas exigências governamentais, teve que ser feita até mesmo a separação dos respectivos patrimônios. As Faculdades permaneciam compartilhando o mesmo prédio, e a administração ficava a cargo de Victor Ferreira do Amaral e Silva. Em síntese, constituiu-se uma Federação de Faculdades Superiores do Paraná.

WESTPHALEN¹⁵⁹ relata que, não obstante tais frustrações impostas, a “restauração” fez-se uma idéia permanente, inclusive a partir da criação da Universidade do Brasil, em 1920 (que seria o padrão exigido). Nesse sentido, os diretores idealizadores prosseguiram sua luta. E o movimento por educação superior no Estado, em especial em Curitiba, não morre, ao contrário, novas instituições são criadas. Novos estabelecimentos de ensino superior surgem no Paraná, como a Escola Superior de Agronomia (1918), a Escola Superior de Veterinária (1931), mantidas pelo governo do Estado, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1938) e a Faculdade de Administração e Finanças (1937), de mantenedoras particulares, entre outras.

3.4 Restauração da Universidade do Paraná

Narra WESTPHALEN¹⁶⁰ que, em 1946, a conjuntura era favorável à restauração da Universidade do Paraná. O próprio Governo Federal tomava iniciativas no sentido de expandir o número das universidades.

Nessa ocasião, havia um grupo de professores da Universidade que ocupavam posições executivas e legislativas, e trabalhavam junto ao Governo Federal em favor da Universidade do Paraná. Era Vice-Reitor da Universidade do Brasil o Professor Pedro Calmon, que

¹⁵⁸ WESTPHALEN, *op. cit.*, p. 11.

¹⁵⁹ *Idem, ibidem.*

¹⁶⁰ WESTPHALEN, *op. cit.*, p. 12 e ss.

também trabalhava no mesmo sentido, em contato com João Ribeiro de Macedo Filho e outros.

O Interventor do Estado, Brasil Pinheiro Machado, e os Deputados Federais Erasto Gaertner, Aramys Athayde e Bento Munhoz da Rocha Netto, contavam com o apoio do Ministro da Educação, Ernesto de Souza Campos. Assim, em 1º de abril de 1946, era reinstalada a Universidade do Paraná, ainda na condição de *estabelecimento privado de ensino superior*, equiparado aos oficiais. Integravam-na as Faculdades de Direito, Engenharia, Medicina, Filosofia, Ciências e Letras.

O Presidente Eurico Gaspar Dutra e o Ministro Ernesto de Souza Campos assinaram o Decreto-Lei N.º 9.323, de 6 de junho de 1946, sancionando a restauração da Universidade do Paraná e aprovando os seus estatutos.

O interventor Brasil Pinheiro Machado, por meio do Decreto-Lei N.º 457, de 2 de maio de 1946, havia concedido à Universidade do Paraná a importância de cinco milhões de cruzeiros, quantia esta que deveria constituir um fundo universitário.

Em 21 de junho de 1946, a Prefeitura Municipal de Curitiba, por meio do Decreto-Lei N.º 134, concedia à Universidade uma área de 500 mil metros quadrados, situada no bairro Cajuru. Logo mais, o Governo do Estado, pelo Decreto-Lei N.º 501, de 21 de agosto de 1946, instituía, em favor da Universidade, uma subvenção anual de três milhões de cruzeiros.

A restauração reconduz Victor Ferreira do Amaral ao cargo de Reitor da Universidade. Exerce a Reitoria até julho de 1948. Conforme previsão estatutária, é sucedido por João Ribeiro de Macedo Filho, o novo Reitor eleito, que viria a falecer em agosto de 1949. Em dezembro daquele mesmo ano, o novo Reitor, Flávio Suplicy de Lacerda, em Assembléia Universitária, lançava a campanha pela federalização da universidade, objetivo que perseguiu obstinadamente.

Sem dúvida, a expressão e o significado do cidadão paranaense Victor Ferreira do Amaral e Silva merece a referência biográfica que lhe faz SIQUEIRA (conforme o Anexo ...).

3.5 A Universidade do Paraná federalizada

Em 4 de dezembro de 1950; segundo a autora, mobilizaram-se as forças culturais e políticas paranaenses em prol da Universidade federalizada. A Lei N.º 1.254, assinada pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra e pelo Ministro da Educação, Pedro Calmon, determinava essa conquista: a federalização da Universidade do Paraná, integrada pelas faculdades preexistentes e incluindo a Faculdade de Ciências Econômicas, a qual, desde 1945, funcionava anexa à Faculdade de Direito e se havia incorporado à Universidade em março de 1950.

O novo Estatuto da agora Universidade Federal do Paraná, aprovado pelo Decreto 30.738, de 7 de abril de 1952, compunha a nova organização da Universidade. OS cursos ofertados eram Direito, Engenharia Civil, Medicina, Odontologia, Farmácia, Matemática, Física, Química, História Natural, Ciências Sociais, Filosofia, Geografia e História, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Letras Anglogermânicas, Pedagogia e Ciências Econômicas. Interessante é destacar que foi mantida a separação em Faculdades ou Escolas. Bem assim, a propósito, as Faculdades de Odontologia e de Farmácia foram criadas em 1958, separadas da Faculdade de Medicina.

Flávio Suplicy de Lacerda exerceu a Reitoria em mandatos sucessivos, no período de 1948 a 1964, enfatizando ações para dotar a Universidade da infra-estrutura física necessária ao desenvolvimento de suas atividades.

Na Revolução de 1964, Flávio Suplicy de Lacerda deixa a Reitoria para assumir o Ministério da Educação e Cultura. Uma de suas realizações à frente daquela pasta foi dar início ao processo de reforma

universitária no País, já reclamada por universitários e outros segmentos da sociedade da época.

O próximo Reitor foi José Nicolau dos Santos, em cuja gestão criaram-se os cursos de Jornalismo, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Elétrica e Administração. Em 1966 foi incorporada a Escola de Florestas. Também foi agregada a Escola de Educação Física e Desportos do Paraná. Em 1965 foi dado início aos cursos de Pós-Graduação, com o Mestrado em Bioquímica.

Flávio Suplicy de Lacerda ainda retornaria para mais um mandato na Reitoria da Universidade Federal do Paraná, período em que envia ao Conselho Federal de Educação o Plano de Reestruturação da Universidade. O Decreto N.º 64.386, de 9 de maio de 1969 aprovou o Plano. Como consequência, foram elaborados novos Estatutos, aprovados pelo Parecer N.º 197/70, homologado pelo Decreto N.º 66.615, de 21 de maio de 1970, todos do CFE.

Esses novos Estatutos, ainda segundo a autora, determinavam a nova estrutura da Universidade, a qual seria:

- Sete Institutos, para ensino e pesquisa básicos: de Matemática, Física, Geociências, Biologia, Ciências Humanas, Letras e Artes, Bioquímica.
- Onze Faculdades, para o ensino profissional e pesquisa aplicada: Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Engenharia Química, Economia e Administração, Odontologia, Farmácia, Agronomia, Veterinária, Florestas.
- Órgãos Suplementares: Biblioteca Central e Centro de Bibliografia e Documentação; Hospitais Universitários; Imprensa Universitária Rádio e Televisão; Centro de Computação Eletrônica; Centro de Microscopia Eletrônica; Centros de Estudos e Pesquisas; Centros de Tecnologia e Estações Experimentais; Museus de Ciências e Artes; Centro

de Desportos e Recreação; Centro de Recursos Audiovisuais; Orquestra e Coral.

Os cursos teriam ciclo básico em comum, matrícula por disciplina, fixação de pré-requisitos, sistema de créditos e regime semestral ou trimestral. Também foram instituídos os Departamentos, que congregavam disciplinas afins e o sistema de Colegiados de Curso.

A administração superior da Universidade recebeu o Conselho de Ensino e Pesquisa e o Conselho de Curadores. Vieram, em 1969, os Mestrados em Entomologia e em Genética Humana.

Ao ser concluído o mandato de Flávio Suplicy de Lacerda, a lista sêxtupla indicadora de seu sucessor encontrava-se *sub-judice*. Assumiu, então, o Decano do Conselho Universitário, Algacyr Munhoz Maeder, a quem caberia iniciar a operacionalização da reforma universitária. Vieram os cursos de Mestrado em História, Geodésia e em Engenharia Florestal.

A UFPR tentou obedecer aos estatutos reformados de 1970. Entretanto, seu Regimento Geral não tinha sido aprovado pelo Conselho Federal de Educação e, em razão do elevado número de unidades componentes, nova reformulação estatutária teve que ocorrer.

Aposentado Algacyr Munhoz Maeder, sob o mando do Vice-Reitor em exercício, Eduardo Correia Limar, foi operada a reforma de 1973. Extinguiram-se as congregações das unidades universitárias; reduziu-se o número dessas unidades; reduziu-se o número de Departamentos; reduziu-se o número de disciplinas ofertadas.

Novembro de 1973: era nomeado o Reitor Theodócio Jorge Atherino, que instalou as novas Pró-Reitorias, a Coordenação de Pós-Graduação, elaborou o Plano Global da Universidade, fixando os três *campi* — Centro, Jardim das Américas e Bacacheri. Entre outras ações administrativas, implantou a prática da entrega dos diplomas já com

devido registro, na cerimônia de colação de grau. Veio o Doutorado em Entomologia e em Bioquímica.

Foi sucedido pelo Reitor *pro-tempore* Ocyron Cunha, que seria, via lista sêxtupla, nomeado Reitor em março de 1977. Instalou o curso de graduação em Nutrição. Construiu, no balneário de Pontal de Sul, o Centro de Biologia Marinha. Vieram os Mestrados em Botânica, Clínica Cirúrgica, Morfologia, Solos e em Direito. Mais Doutorados se acrescentaram: História, Geodésia e Engenharia Florestal.

Foi sucedido, na Reitoria, pelo Professor Alcy Joaquim Ramalho, aos 13 de abril de 1982. Implementou várias ações desenvolvimentistas para a Universidade, sobretudo nas ciências agrárias. Deu início à remodelação dos prédios da Universidade. Instituiu o processo de consulta direta à comunidade universitária para eleição do Reitor.

A autora encerra essa narrativa das sucessivas ações de Reitores com o registro de que o próximo Reitor, Riad Salamuni, assumiu o cargo em 27 de abril de 1986.

Também encerra a autora esse capítulo de sua obra, (re)afirmando que “A Universidade Federal do Paraná é, sem dúvida, a mais antiga universidade brasileira, não apenas pela sua fundação e instalação, como pela continuidade ininterrupta que vem desempenhando suas funções (sic)”¹⁶¹.

O autor da presente Dissertação de Mestrado ousa ponderar, diferentemente, lembrando que, em termos rigorosamente históricos, a UFPR (1912) foi precedida pela fundação e instalação da Universidade Livre de Manaus (1909) e pela primeira Universidade de São Paulo (1911), como mostram claramente os registros deste trabalho. Sem dúvida, em termos de continuidade bem-sucedida, assiste razão à autora quanto ao mérito da UFPR, já que as outras duas, anteriores, não lograram prosperar.

¹⁶¹ WESTPHALEN, *op. cit.*, p. 16.

3.6 UFPR: estrutura atual

A Universidade Federal do Paraná tem uma configuração organizacional básica de Setores e Departamentos. Os setores são executivos, de coordenação e fiscalização das unidades didático-pedagógicas e de pesquisa das áreas de conhecimento. Os Departamentos são administrados por Chefes e Vice-Chefes de Departamentos e os cursos de graduação, assim como os de mestrado e doutorado, por Coordenadores e Vice-Coordenadores de curso.

Com base nas informações da AGENDA UFPR 1999¹⁶², vê-se que as instalações da Universidade Federal do Paraná estão concentradas em Curitiba, possuindo outros *campi* no interior do Estado. Os *campi* da UFPR, os cursos e órgãos neles abrigados são:

- Campus I - Juvevê: abriga os cursos de Engenharia Florestal e o Setor de Ciências Agrárias;

- Campus II - Centro: ficam os edifícios da Reitoria, do DANC, a casa 2 do Núcleo Profilático, o Hospital de Clínicas, o Setor de Ciências da Saúde e a Pró-Reitoria de Recursos Humanos e de Assuntos Estudantis - PRHAE -;

- Campus III: abrange o Centro Politécnico, o Centro de Educação Física e Desportos - CED -, o Almocharifado Central e Departamento de Educação Física, a Subsede do Setor de Ciências da Saúde, a Escola Técnica e as novas instalações da Engenharia Florestal.

Os outros *campi* são: Campus Avançado de Palotina (Palotina-PR), Museu de Arqueologia e Etnologia de Paranaguá (Paranaguá-PR), a Fazenda Experimental Cangüiri (Pinhais-PR); a Fazenda Experimental Rio Negro (Rio Negro-PR), a Fazenda Experimental São João do Triunfo (São João do Triunfo-PR), a Estação Experimental de Bandeirantes

¹⁶² UFPR. **Agenda 1999** : arte contemporânea paranaense. Perfil da Universidade Federal do Paraná. Curitiba : Universidade Federal do Paraná, 1998.

(Bandeirantes-PR) e a Estação Experimental de Paranavaí (Paranavaí-PR).

3.6.1 Administração

Descrevendo o perfil da UFPR, a AGENDA 1999¹⁶³ menciona a Administração Superior e a Administração Setorial, como os dois grandes grupos nos quais se organiza a UFPR. Em 1999 eram 16.107 alunos matriculados, 1.913 docentes e 3.517 funcionários (UFPR, 1998).

*... as diversas unidades da UFPR atuam de forma integrada, considerando sempre os três pilares de sustentação da vida acadêmica: a pesquisa - como produtora do saber filosófico, científico, tecnológico e artístico; o ensino - como instrumento de formação de cidadãos bem preparados, capazes de compreender a realidade e atuar a serviço do desenvolvimento social; e a extensão - como elo da universidade com a sociedade que a cerca e a mantém, na perspectiva de contribuir com qualidade para as soluções sociais.*¹⁶⁴

A Administração Superior abrange:

- Conselho Universitário - COUN -: órgão máximo da Universidade, que traça a política universitária;
- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE -: órgão deliberativo, normativo e consultivo de ensino, pesquisa e extensão;
- Conselho de Planejamento e Administração - COPLAD -: órgão deliberativo, normativo e consultivo de administração e de gestão econômico-financeira;
- Conselho de Curadores - CONCUR -: órgão deliberativo que exerce a fiscalização econômico-financeira da universidade. Os órgãos colegiados superiores contam com o suporte da Secretaria dos Órgãos Colegiados;
- Reitoria: órgão executivo integrado pelo Reitor, pelo Vice-Reitor, por seis Pró-Reitores e pelos dirigentes dos órgãos especiais;
- Pró-Reitorias: Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD -, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PRPPG -, Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - PROEC -, Pró-Reitoria de Administração - PARA -, Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças - PROPLAN - e Pró-

¹⁶³ *Idem, ibidem.*

¹⁶⁴ *Idem, ibidem.*

Reitoria de Recursos Humanos e Assuntos Estudantis - PRHAE -;

*Na Administração Setorial, cada um dos dez setores possui um Conselho Setorial, que é o órgão deliberativo e consultivo, integrado pelo Diretor e Vice-Diretor do Setor, Chefes de Departamentos, Coordenadores e representação estudantil.*¹⁶⁵

É fundamental o papel que a Reitoria exerce na condução de qualquer universidade. Na Universidade Federal do Paraná, a ocupação do cargo de Reitor, especialmente durante os primeiros mandatos, por pessoas que estavam diretamente envolvidas com o projeto original de criação da Universidade serviu para fortalecer a proposta institucional e consolidar suas áreas fundamentais. O longo período (1912 - 1948) em que Victor Ferreira do Amaral esteve no cargo, embora o mandato deixasse de existir com a legislação que impedia a existência da Universidade, demonstra a dedicação, persistência e comprometimento das pessoas com o projeto original.

A seguir, a relação dos Reitores da UFPR até 1999, e seus períodos de mandato.

Quadro 1 - Reitores da Universidade Federal do Paraná.

PERÍODO	REITORES
1912 a 1948	Victor Ferreira do Amaral
1948 a 1949	João Ribeiro de Macedo Filho
1949 a 1964	Flávio Suplicy de Lacerda
1964 a 1967	José Nicolau dos Santos
1967 a 1971	Flávio Suplicy de Lacerda
1971 a 1973	Algacyr Munhoz Maeder
1973 a 1977	Theodócio Jorge Atherino
1977 a 1982	Ocyron Cunha
1982 a 1986	Alcy Joaquim Ramalho

¹⁶⁵ *Idem, ibidem.*

1986 a 1990	Riad Salamuni
1990 a 1994	Carlos Alberto Faraco
1994 a 1998	José Henrique de Faria
1998 até 2002	Carlos Roberto Antunes dos Santos

Fonte: AGENDA UFPR, 1999 - Dados de 1998.

3.6.2 Unidades suplementares

As unidades suplementares da UFPR são entidades ou organizações que estão ligadas à universidade, mas que têm uma relação mais autônoma com a administração central. São órgãos que, por sua natureza, não estabelecem uma relação de dependência com a Reitoria, embora estejam relacionadas a ela em muitos aspectos. Pela mesma AGENDA 1999, As unidades suplementares da UFPR são:

- Diretório Central dos Estudantes - DCE - e Centros Acadêmicos - CA -: os estudantes da UFPR têm sua representatividade garantida pelo DCE. A maioria dos cursos, por sua vez, possui seu Centro Acadêmico, que reúne os alunos com o objetivo de discutir as questões de sua área. São 39 Centros, também chamados de Diretórios ou Grêmios;

- Hospital de Clínicas - HC -: além de dar suporte aos cursos da área de saúde, o HC presta serviços de assistência à população. Por meio dos 174 consultórios, 635 leitos e 40 especialidades médicas, o HC atende uma média mensal de 60.000 pacientes nos ambulatórios. O atendimento anual gira em torno de um milhão de pacientes, 85% provenientes de Curitiba e Região Metropolitana. O HC é responsável por mais de 25% dos atendimentos do Sistema Público de Saúde. Mantém, ainda, 23 programas de residência médica com 223 alunos residentes;

- Editora da UFPR: a editora da universidade faz a produção e divulgação editorial de trabalhos científicos, técnicos e artísticos que representam a produção acadêmica da UFPR. A editora tem contribuído

significativamente para a divulgação de trabalhos de autores e pesquisadores paranaenses, possibilitando o resguardo da memória cultural e biográfica de grandes vultos do estado. Além de livros, a editora publica periódicos;

- Livraria da UFPR: coloca à disposição das comunidades externa e interna obras editadas pelas editoras universitárias brasileiras, instituições de pesquisa e obras de interesse universitário;

- Museu de Arqueologia e Etnologia de Paranaguá - MAEP -: fundado em 1962, está situado no antigo Colégio dos Jesuítas de Paranaguá. Nele são desenvolvidas políticas científico-culturais. O Museu tem sido um referencial da UFPR no litoral há 35 anos;

- Centro de Computação Eletrônica - CCE -: responsável pela execução da política de informatização acadêmica e científica da UFPR;

- Centro de Estudos do Mar - CEM -: desenvolve o estudo da estrutura e funcionamento de ecossistemas, além do Programa Antártico Brasileiro;

- Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento - NIMAD -: coordena as atividades de ensino, pesquisa e extensão de caráter interdisciplinar na UFPR;

- Núcleo de Qualidade e Produtividade - NQP -: responsável pela criação de programas de qualidade e produtividade direcionados ao ensino, pesquisa e extensão na UFPR e à prestação de serviços à comunidade;

- Sistema de Bibliotecas: está composto por 12 bibliotecas universitárias e uma de ensino médio, das quais 11 estão interligadas à Internet, distribuídas nos três Campi da UFPR em Curitiba e no Centro de Estudos do Mar, em Pontal do Paraná. Ainda não estão ligadas à Internet as bibliotecas da Escola Técnica, do Campus de Palotina e a do MAEP. As bibliotecas do sistema são: Biblioteca Central, Biblioteca de Ciência e Tecnologia, Biblioteca de Ciências Agrárias, Biblioteca de

Ciências Biológicas, Biblioteca de Educação Física, Biblioteca de Ciências Humanas e Educação, Biblioteca de Ciências Jurídicas, Biblioteca de Ciências da Saúde (duas: campus II e III) , Biblioteca de Ciências Sociais Aplicadas, Biblioteca do CEM, Biblioteca da Escola Técnica, Biblioteca do Campus de Palotina e Biblioteca do MAEP.

3.6.3 Setores e cursos

Os 39 cursos de graduação da UFPR estão distribuídos em três áreas e 10 setores, a seguir relacionados, segundo o perfil dado na AGENDA 1999:

→ Área tecnológica:

- Setor de Ciências Agrárias: cursos de: Engenharia Florestal, Engenharia Industrial Madeireira, Agronomia, Medicina Veterinária (Curitiba, Campus Juvevê), Medicina Veterinária (Palotina). Neste Setor está o Centro de Estações Experimentais, constituído de cinco estações: Estação Experimental de Cangüiri, de Rio Negro, de São João do Triunfo, de Paranavaí e de Bandeirantes. As estações são utilizadas para as atividades didáticas dos cursos de Agronomia, Engenharia Florestal e Medicina Veterinária, para trabalhos de pesquisa e para atividades de extensão rural;

- Setor de Ciências Exatas: cursos de Física, Matemática, Química, Informática e Estatística;

- Setor de Tecnologia: cursos de Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica e Engenharia Química. Este setor tem como Órgãos Suplementares o Centro de Hidráulica e Hidrologia Prof. Parigot de Souza, o Centro de Estudos de Engenharia Civil e o Centro de Pesquisa de Processamento de Alimentos;

- Setor de Ciências da Terra: cursos de Geologia, Geografia e Engenharia Cartográfica.

→ Área biológica:

- Setor de Ciências Biológicas: cursos de Ciências Biológicas e Educação Física;
- Setor de Ciências da Saúde: cursos de Enfermagem, Farmácia, Medicina, Nutrição e Odontologia.

→ Área humanística:

- Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes: cursos de Letras, Ciências Sociais, Desenho Industrial, Filosofia, História, Gestão da Informação, Educação Artística, Comunicação Social, Turismo e Psicologia;
- Setor de Ciências Aplicadas: cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas;
- Setor de Ciências Jurídicas: curso de Direito;
- Setor de Educação: curso de Pedagogia.

3.6.4 A pesquisa e a extensão na UFPR

Pelo artigo 46 do Decreto N.º 19.851, de 11 de abril de 1931, que dispôs acerca do ensino universitário no país, além dos cursos destinados a transmitir o ensino de conhecimentos já adquiridos, os institutos universitários deveriam organizar e facilitar os meios para a realização de pesquisas originais que aproveitassem aptidões e inclinações do corpo docente e do discente, e de quaisquer outros pesquisadores estranhos à própria universidade.

Ainda na época da federalização da UFPR, a organização das atividades de pesquisa e técnico-científicas era feita nos serviços próprios de cada estabelecimento, em órgãos anexos ou comuns a dois ou mais estabelecimentos. Na administração desses trabalhos, cada instituto teria um diretor, dando-se preferência ao titular da cadeira da área envolvida, designado pelo Reitor. Dessa previsão estatutária datam os institutos de pesquisa criados na UFPR. O Instituto de Pesquisas da

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi o primeiro deles, e teve como seu primeiro diretor o Professor José Loureiro Fernandes, eleito pelo Conselho Universitário em 1953. Com este instituto começaram os trabalhos da estação hidrobiológica na baía de Guaratuba, o estudo sistemático dos sambaquis paranaenses, o estudo e o documentário cinefotográfico entre os índios Caingangues do Paraná e do Planalto Central do Brasil, com a coleta de abundante material etnográfico, para os laboratórios e museus de Antropologia e Etnografia. Começaram também as pesquisas do Laboratório de Genética Humana.

Em 30 de março de 1959, foi criado o Conselho de Pesquisas da Universidade do Paraná, com a finalidade de colaborar com as cátedras dos departamentos das Faculdades e Escolas, promovendo a criação de núcleos de pesquisas e ensino, institutos de pesquisas, centros de ensino e pesquisas e centro de estudos. Foi também criado o Fundo Especial de Pesquisas, para financiar o programa de trabalhos aprovado pelo Conselho.

O regimento da Reitoria, em 5 de setembro de 1960, criou como órgãos de pesquisa e técnico-científicos os seguintes Institutos: de Bioquímica, de Física, de Geologia, de Matemática, de Mecânica, de Mecânica Agrícola, de Pesquisas Químicas e o Hospital de Clínicas.

Adaptando a realidade acadêmica às reformas legislativas de ensino, o estatuto da UFPR, de 22 de maio de 1970, dedica o capítulo IV à pesquisa, inclusive explicitando as modalidades de incentivo à pesquisa, como concessão de bolsas, auxílios para projetos, capacitação de docentes, intercâmbio, promoção e participação em congressos e divulgação dos resultados. Com o regime de tempo integral e dedicação exclusiva, o ano de 1970 destacou-se pela aprovação de 520 projetos.

A UFPR adotava a organização de institutos e de faculdades, que concentravam o ensino e pesquisa básica, formando um sistema comum Geociências, de Biologia, de Ciências Humanas e de Letras e Artes; e as Faculdades: de Direito, de Medicina, de Engenharia, de

Educação, de Engenharia Química, de Economia e Administração, de Odontologia, de Farmácia, de Agronomia, de Veterinária e de Florestas.

Uma reforma ainda mais radical teve seu lugar a partir de bases aprovadas pelo MEC, e instituída pelo estatuto da UFPR de 14 de novembro de 1974. Nela foi adotado um sistema comum de ensino e de pesquisa básicos, coordenado pelos Setores de Ciências Exatas, de Ciências Biológicas, de Ciências Humanas, Letras e Artes, enquanto que o ensino profissional e a pesquisa aplicada passavam à competência dos Setores de Educação, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências da Saúde, de Tecnologia e Ciências Agrárias.

O Conselho de Ensino e Pesquisa foi organizado, incluindo-se uma Câmara de Pesquisa e criando-se uma Pró-Reitoria de Ensino e Pesquisa, mantendo-se os e incentivos à pesquisa, consignados no estatuto, com a constituição de Fundo Especial.

A Pró-Reitoria de Ensino e Pesquisa passou a incluir uma Coordenação de Pesquisa, capacitada para estruturar, articular, cadastrar, acompanhar, controlar e avaliar as atividades de pesquisa na universidade. Para cumprir tais funções, essa coordenação adotou um sistema automatizado de informações relativas à pesquisa: o Banco de Pesquisas - Banpesq -, que registrou, no início de 1982, 747 projetos envolvendo 905 docentes, 166 estudantes, 98 técnicos ou especialistas e 76 colaboradores de outras instituições FONTE.

Para o Banpesq convergem os dados sobre a pesquisa desenvolvida na universidade, permitindo-se uma visão global do interesse científico de seus pesquisadores, possibilitando avaliações e avanços na qualidade. Segundo os registros desse banco de dados, em 1986, 967 professores da universidade estavam ligados aos projetos de pesquisa ali cadastrados, significando 51, 8% de um total de 1.868 docentes.

A extensão universitária, coordenada pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, é entendida como um processo educativo, cultural

e científico, que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. As atividades de extensão são regidas pela Resolução N.º 10/98 - CEPE -, e desenvolvidas por meio de programas, projetos, cursos, eventos e ações complementares de extensão, visando a socialização do conhecimento acadêmico e a interação com a sociedade.

No desenvolvimento das ações extensionistas, professores, alunos e técnico-administrativos têm buscado o atendimento das questões prioritárias da sociedade, com ênfase na melhoria da qualidade de vida da população, por intermédio de atividades de educação continuada nas diferentes áreas do conhecimento, da articulação com movimentos sociais, de programação cultural, da difusão científica e tecnológica, da promoção do desporto e lazer e da integração com a educação básica. Em 1997, a universidade manteve 370 bolsistas-extensão para o atendimento a 62 projetos comunitários. Das universidades federais, a UFPR é a que possui maior número de bolsas-extensão (UFPR, 1998).

Como atividades culturais permanentes, a UFPR mantém seus grupos artísticos de coral, orquestra, teatro e dança, administrando ainda os espaços do Teatro da Reitoria e a Sala Arte Design & Cia. Anualmente a universidade promove uma série de programas culturais e eventos, como a temporada oficial dos grupos artísticos, o Festival de Inverno da UFPR, em Antonina, e o Festival da Canção em Curitiba.

Na área do desporto e lazer, a universidade desenvolve atividades programadas para a comunidade externa e interna.

A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura conta com a Coordenadoria de Extensão, a Coordenadoria de Cultura, a Coordenadoria de Apoio à Cidadania, o Centro de Educação Física e Desportos - CED - e a Unidade de Apoio Gráfico - UNIGRAF - na administração das atividades integrativas.

Algumas referências específicas de indiscutível valor histórico também ajudam a compor o quadro geral da compreensão da presença e do papel da UFPR na sociedade universitária brasileira, conforme o Anexo I.

3.7 Posições firmadas

O Plano Institucional da UFPR¹⁶⁶ levanta questões com as quais se debate a Universidade e para as quais tem resposta, fundada quer em posições ideológicas quer em atitudes administrativas, ou ainda com base em realidades operacionais atestadas estatisticamente. Vale destacar no Anexo II, o item “A Conjuntura e os Desafios”.

¹⁶⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. ***Plano Institucional: gestão 1998-2002***. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

4 PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ

4.1 Preliminares

Remontando às origens, em busca de retratar os momentos férteis do nascimento da idéia inicial que geraria a futura Universidade Católica do Paraná, HOERNER¹⁶⁷ retorna ao mês de dezembro de 1950, quando assumia a Arquidiocese Metropolitana de Curitiba Dom Manuel da Silveira D'Elboux. Homem de sólida cultura, tinha “singular visão dos problemas humanos, o que, para a época, justo meado do século, o novo arcebispo era visto, no mínimo, como ousado”¹⁶⁸. Em nota de fim de capítulo, o autor apresenta seus dados biográficos sintéticos (conforme o Anexo III).

O autor prossegue descrevendo Curitiba, a capital político-administrativa do Estado, que era pequena e sua gente, extremamente modesta. Vivia ainda o fim do clima de influência da Segunda Guerra Mundial e era tida como dona de um provincialismo latente. Não há dúvidas de que aquela coletividade não estava preparada para compreender “vãos imensuráveis”. “Havia, por assim dizer, um descrédito de si mesmo e, em conseqüência, uma admiração exagerada e até descabida pelo que vinha de fora”¹⁶⁹. Bento Munhoz da Rocha Neto, sociólogo e governador do Paraná de 1951 a 1954, em ensaio da época, referir-se-ia a esse perfil comportamental, que passou a ser chamado de “autofagia parananense”¹⁷⁰. Meios de comunicação incipientes, de um lado, e povo ingênuo, de outro, favoreciam deslumbramentos ante as novidades. Foi-se moldando uma personalidade coletiva dos habitantes, “caprichosa e conservantista”.

¹⁶⁷ HOERNER JÚNIOR, Valério. **História da Pontifícia Universidade Católica do Paraná**. 2.^a ed. Curitiba: Champagnat, 1998, p. 17-30.

¹⁶⁸ HOERNER JÚNIOR, *op. cit.*, p. 17.

¹⁶⁹ *Ibid.*, p. 18.

¹⁷⁰ *Idem, ibidem.*

Compreendendo o contexto e, ao mesmo tempo, o espírito empreendedor do arcebispo que chegava a Curitiba, Dom Jerônimo Mazarotto, nos dias de hoje, explica que

... o desejo de Dom Manuel era de permitir às elites culturais, na verdade as condutoras das massas, a adoção de mentalidade filosófica orientada com base nos princípios cristãos por meio do rito católico. Não havia pois como negar, ou deixar de reconhecer a existência de um estado geral calcado numa espécie de agnosticismo, o que de um lado lhe pareceria estéril, de outro, contraproducente. Seria, portanto, necessário estabelecer-se 'o justo equilíbrio na unidade convincente da Ciência e da Fé'.¹⁷¹

Menciona o autor que, em 31 de dezembro de 1950 (havia chegado a Curitiba em 8 de dezembro), Dom Manuel fundava a Sociedade Paranaense de Cultura, entidade mantenedora da futura Universidade com que sonhava.

Duas escolas superiores de orientação católica preexistiam em Curitiba: a de Serviço Social (da Congregação das Filhas do Coração de Maria) e a de Filosofia, Ciências e Letras (dos Irmãos Maristas). Pouco mais tarde viria a ser criada, ainda que sem nível superior, a Escola de Enfermagem Madre Léoni (das Irmãs de São José de Chambéry).

4.1.1 A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

HORNER dá conta que, nos idos de 1937, A Universidade do Paraná, ou melhor, o conjunto de cursos superiores independentes entre si nos quais se transformara aquela tentativa de Universidade, atendia à demanda do ensino superior no Paraná.¹⁷²

O Paraná estava sob o governo do Interventor Manoel Ribas. Intelectuais paranaenses (Homero de Mello Braga E Milton Erichsen Carneiro), em reunião informal no *Café Brazil*, levantaram a discussão sobre a possibilidade de se criar em Curitiba um colégio universitário,

¹⁷¹ *Idem, ibidem.*

¹⁷² *Ibid.*, p. 40 e ss.

de nível médio, com base na iniciativa já havida em São Paulo. A idéia toma corpo e unem-se ao grupo Omar Gonçalves da Motta (titular da pasta da justiça do governo estadual) e José Loureiro Fernandes. Tudo vinha da reforma de Francisco Campos, então Ministro dos Negócios da Educação e Saúde, cujos dispositivos rezavam que esse tipo de instituição poderia funcionar nas dependências de faculdades de Filosofia. Escolas dessa natureza (Faculdades de Filosofia) existiam duas no Brasil: no Rio de Janeiro e em São Paulo. Se Curitiba viesse a ter a sua, seria a terceira.

No começo de 1938 a Faculdade era instalada, em condições precárias, no Palácio Rio Branco, edifício da Assembléia Estadual, espaço disponível (“às moscas”¹⁷³) devido à supressão das atividades legislativas promovida pelo Estado Novo de Getúlio Vargas. Omar Gonçalves Motta, na qualidade de Secretário de Estado, havia concedido o espaço, viabilizando a Faculdade, ao que tudo indica, “com parcial conhecimento de Manoel Ribas”¹⁷⁴. As coisas desandam quando o interventor se desentende drasticamente com o secretário e decide pedir as chaves do prédio frontal do Palácio, onde se lia em tabuleta: FACULDADE DE FILOSOFIA. Os “fundadores” tentam fazer sobreviver a Faculdade em prédio dos fundos, no mesmo Palácio, sem êxito, ainda que os professores passassem a dar aulas gratuitamente. Então, o Vice-Reitor da Faculdade, Padre Ballarin, vai até o Provincial dos Irmãos Maristas do Brasil Central, Irmão Mário Cristóvão, em busca de apoio. Sensibilizado e entusiasmado, Mário Cristóvão iniciou as falas sobre a possibilidade de a União Brasileira de Educação e Ensino, Mantenedora da Congregação Marista e antecessora da atual Associação Brasileira de Educação e Cultura — ABEC — assumir a direção da Faculdade.

¹⁷³ *Ibid.*, p. 42.

¹⁷⁴ *Idem, ibidem.*

Assim, em 1939, foi indicado Brasil Pinheiro Machado para Diretor da Faculdade, permanecendo Vice-Diretor o Padre Ballarin e Homero de Mello Braga como Secretário-Tesoureiro.

Em fins de 1940, inaugurava-se moderno edifício, “anexo ao Instituto Santa Maria, depois Colégio, ... para abrigar condignamente a tão sofrida Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná”¹⁷⁵.

Já em 1946, em pleno governo Dutra, foi nomeado Brasil Pinheiro Machado para Interventor no Estado, o Diretor da Faculdade, que passou a exercer as duas funções, cumulativamente.

Vigia a lei da reforma de ensino chamada Lei Francisco Campos, de 1931, pela qual toda e qualquer Universidade brasileira deveria possuir em seu bojo uma Faculdade de Filosofia. Ora, a Universidade do Paraná tinha que ser reconhecida, naturalmente nos moldes da lei. Foi então que o Irmão Mário Cristóvão concordou em ceder a Faculdade para que ela integrasse o conjunto universitário da Universidade do Paraná.

Não demorou muito (menos de quatro anos) e, em meados de 1950, o mesmo Mário Cristóvão, com o apoio dos Irmãos Luís Albano e Ruperto Félix, “lançava as bases de uma nova Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na forma última em que a anterior fora entregue”¹⁷⁶. Um ano depois, era autorizada a funcionar, com os cursos de Filosofia, Matemática, Física, Química, História Natural, Geografia e História, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Letras Anglogermânicas e Pedagogia. Em 1952, seu Diretor, José Pires Braga, propõe alteração da sua razão social de *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Curitiba* para *Faculdade Católica de Ciências e Letras de Curitiba*. Em 1955 passou a chamar-se apenas *Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba*.

¹⁷⁵ *Ibid.*, p. 45.

¹⁷⁶ *Ibid.*, p. 48.

Em 1959, passaria a compor a Universidade Católica do Paraná, ao lado de mais cinco cursos superiores, cada um sob a égide de uma congregação religiosa mantenedora.

4.1.2 A “primeira chama”

As condições para a constituição de uma Universidade haviam sido dadas pelo Decreto-Lei N.º 1.190, de 4 de abril de 1939, assinado pelo Presidente Getúlio Vargas e pelo Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema. Tais condições eram “haver pelo menos três faculdades, sendo necessariamente uma delas de Filosofia, com pelo menos, doze cursos, e as duas outras entre Direito, Medicina e Engenharia. Configurar-se-ia, assim, uma unidade universitária”¹⁷⁷. Rigorosamente dentro da lei, no Paraná, existia apenas a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. O Decreto mencionado não previa o curso de Serviço Social, portanto, naquele momento e para aquele fim, nada acrescentava. Sem dúvida, tinha-se que pensar na criação de cursos como o de Direito, o de Medicina ou o de Engenharia, condição explícita da Lei.

Naquele ano de 1953, prossegue o autor, nada apontava para a criação daqueles cursos obrigatórios. Dom Manuel, fiel a sua intenção determinada, ouvia juristas, médicos e intelectuais, no sentido de evoluir no caminho pretendido. Da época, também, são os estudos de José Loureiro Fernandes, educador e intelectual de nomeada, presente na maioria das iniciativas culturais da cidade, com vistas à implantação de uma faculdade de medicina. Tudo muito incerto, muito vago.

“A primeira chama” a ser acesa, diz o autor, seria um acontecimento circunstancial: a existência das “penosas romarias”, em busca de apoio a sua causa, por parte dos candidatos excedentes, aqueles que, mesmo aprovados nos vestibulares, não eram matriculados, por simples inexistência de vagas. Aliás, “são velhos no

¹⁷⁷ *Ibid.*, p. 21.

Brasil os problemas resultantes do limitadíssimo número de vagas em faculdades federais”¹⁷⁸. Ainda que se reconhecesse o direito legítimo dos excedentes, as escolas não tinham como resolver o complexo problema da insuficiência de vagas. As reações sempre eram turbulentas, mas... “Que os excedentes fossem ... queixar-se ao bispo!...”¹⁷⁹. À parte o jogo das palavras, feito pelo autor, o fato é que Dom Manuel constantemente via-se envolvido, recebendo pedidos para que interferisse em favor da causa dos excedentes da Universidade Federal do Paraná. Solidário aos pleiteantes (“Afinal, desejavam apenas estudar”), Dom Manuel se fortalecia em sua certeza de que a criação de mais escolas superiores, notadamente de um curso de medicina, era questão premente, inadiável, até como fator de atenuação das pressões que só faziam crescer.

Em 1956, havia a situação em aberto, sem solução, no mês de abril, de setenta e seis candidatos excedentes do vestibular para a Faculdade de Medicina, ocorrido no começo do ano. O fato marcante foi que se fez presente o Presidente Juscelino Kubitschek, convidado para inaugurar o edifício da reitoria da Universidade Federal do Paraná. Tomando ciência do problema, provavelmente percebendo a possibilidade de colher dividendos políticos da situação, em pleno discurso da inauguração, volta-se para o Reitor Flávio Suplicy de Lacerda e pede, “em certo e mortal improviso”: “Apelo para que Vossa Magnificência estude a possibilidade de matricular esses excedentes...”. O reitor, de pronto, provavelmente interessado em “fazer sua política junto ao chefe da nação”, respondeu: “Um apelo de Vossa Excelência para mim é uma ordem: eles já estão matriculados!”¹⁸⁰.

HOERNER conta que foi o caos! Os alunos das outras turmas julgaram um desastre a inclusão de mais setenta e seis, quando as

¹⁷⁸ *Ibid.*, p. 20.

¹⁷⁹ *Ibid.*, p. 22.

¹⁸⁰ *Ibid.*, p. 23.

condições estruturais eram precárias para atender os já matriculados. Houve greve de três meses, voltando os alunos às aulas somente sob a ameaça de perda do ano letivo. Não obstante, os excedentes foram matriculados, “em consequência do dueto político”, na forma de turma especial, e assim permaneceram até o fim do curso.

E, nos bastidores, as forças interessadas agiam e conseguiam avanços no sentido da expansão das escolas superiores. Dom Manuel, incansável, trabalha internamente nas congregações católicas e, ainda em 1956, o padre jesuíta Osvaldo Casado Gomes recebeu de sua congregação, “segundo o desejo do arcebispo metropolitano”, a missão de “tornar viável um curso de Direito”. De sua parte, os professores Carlos Franco Ferreira da Costa e José Loureiro Fernandes empenhavam-se na organização de um curso de medicina. Desde 1950, o crescimento educacional superior tinha-se limitado apenas à Escola de Enfermagem. Era muito pouco.

Assim é que, narra o autor, em julho de 1956 foi criada a Faculdade Católica de Direito, mantida pela Sociedade Padre Antonio Vieira, sediada em São Leopoldo (RS). Dom Manuel havia insistido (assim disse o Padre Valério Alberton, procurador da mantenedora) junto à Companhia de Jesus quanto à necessidade de criar-se a Universidade Católica, agora já bem mais próxima de concretizar-se.

No mês seguinte seria criada a Faculdade Católica de Ciências Médicas, mantida pela Sociedade Paranaense de Cultura. As condições mínimas da Lei estavam atendidas, e isso não era pouco. Mas havia a burocracia a ser vencida ainda.

Dom Manuel prossegue sua luta e agora vai aos padres franciscanos do Colégio Bom Jesus, instando-os a fundarem uma Faculdade de Ciências Econômicas. E o Frei João Crisóstomo Arns, em maio de 1957, concretiza mais esse passo.

Assim nasciam esses cursos, todos sob a égide católica, ainda que com mantenedoras (congregações religiosas) diferentes. A lei, na época,

permitia que assim fosse. Uma década após, a lei da reforma universitária estabeleceria normas diferentes, já então com a exigência de unidade patrimonial e administrativa.

4.2 A fundação da Universidade Católica

Segundo HOERNER¹⁸¹, em 1959, foi fundada a Universidade Católica do Paraná. Em princípio, a Sociedade Paranaense de Cultura manteria apenas a Faculdade de Ciências Médicas. As outras faculdades e escolas permaneceriam sob suas mantenedoras de origem, sociedades civis independentes entre si.

Desde 1972, a reforma universitária, na esteira da Lei N.º 5.540/68 (que obrigava a universidade brasileira a ter unidade patrimonial-administrativa, bem como estrutura em departamentos), o Irmão André José Cerise, nomeado pelo reitor Dom Jerônimo Mazzarotto, ocupava a Secretaria Geral da Instituição, “com a precípua finalidade de coordenar a reforma universitária”.

Entre 1967 e 1969, entretanto, dificuldades incontornáveis foram sendo vividas por essas outras escolas, que foram passando para a égide da Sociedade Paranaense de Cultura. Assim foi, pela ordem, com a Faculdade Católica de Direito (dos jesuítas), a Escola de Enfermagem (das Irmãs de S. José de Chambéry) e a Escola de Serviço Social (das Irmãs Filhas do Coração de Maria). Nessa época, a Sociedade Paranaense de Cultura era dirigida pela Mitra metropolitana. A desistência das congregações originárias fez com que a Mitra se sobrecarregasse com os ônus e com as naturais atribulações da incorporação das novas estruturas.

Em 5 de fevereiro de 1970 falecia o Arcebispo Dom Manuel da Silveira D’Elboux. Talvez não se possa falar em “crise”, mas sobrevieram incertezas e inseguranças aos prelados de Curitiba. Por outro lado, O reitor, Dom Jerônimo Mazzarotto, já sentia o peso dos anos. Além disso,

¹⁸¹ *Ibid.*, p. 26 e ss.

chegava o novo pastor, Dom Pedro Fedalto, abruptamente posto diante de enorme responsabilidade. Os vinte anos de trabalho e experiência de Dom Manuel não poderiam ser substituídos do dia para a noite. O próprio Dom Manuel já havia algumas vezes aventado a idéia de entregar a responsabilidade da Universidade a uma só congregação, fosse qual fosse — maristas, franciscanos, jesuítas — mas que fosse feita de educadores.

Finalmente, no final de 1973, a Sociedade Paranaense de Cultura tem aprovado o seu novo estatuto, o qual, além de visar à reforma universitária estabelecida desde 1968, estabelecia que “o presidente da ABEC – Associação Brasileira de Educação e Cultura – mantenedora da Província Marista de São Paulo, será sempre o presidente nato da Sociedade Paranaense de Cultura, mantenedora, por sua vez, da Universidade Católica do Paraná”¹⁸². A Universidade passava a ser definitivamente dirigida pelos irmãos maristas.

Somente em 1975, o Conselho Universitário aprovou a adoção do novo organograma, ficando, pois, a Sociedade Paranaense de Cultura como única mantenedora da universidade. A ex-Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica do Paraná, nesta reforma, concorreu para a constituição de todos os quatro centros, e ficou reunida em oito departamentos. O Centro de Teologia e Ciências Humanas, com os Departamentos de Teologia, Filosofia, Educação e Letras, utilizou-se dos antigos Cursos de Filosofia e Religião, Letras e Educação; o Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia acolheu os anteriores Cursos de Matemática e Física e Química recebeu a mesma denominação quando transformados em Departamentos; o Centro de Ciências Jurídicas e Sociais estruturou-se e recebeu os Cursos de Ciências Sociais e Jornalismo, que passaram a constituir os Departamentos de Ciências Sociais e Comunicação Social, junto aos de Ciências Jurídicas e Serviço Social. E o Centro de Ciências Biomédicas,

¹⁸² *Ibid.*, p. 28.

atual Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, foi então instalado com dez Departamentos, abrigando o Curso de Psicologia.

Os Departamentos da época correspondem relativamente aos da década de 90, podendo-se identificar a maioria deles, e foram criados novos, como se pode observar nos documentos sobre a estrutura atual da PUC PR.

Assim é que a evolução da Instituição seguiu seu curso e, em 1985, a *Sacra Congregatio pro Institutione Catholica* — Sagrada Congregação para a Educação Católica — concedeu o título de Pontifícia à Universidade Católica do Paraná.

4.3 PUC PR: estrutura atual

O documento PUC PR EM DADOS 1998¹⁸³ permite dizer que a PUC PR tem sua estrutura disposta em seis centros, sendo quatro no Campus de Curitiba e dois no de São José dos Pinhais. Os centros são órgãos

ntante de cada classe do respectivo quadro docente e representação estudantil.

4.3.1 Administração

A administração superior da PUC PR apresenta em seu quadro:

- Grã-Chancelaria: é o órgão máximo de supervisão, cuja função primordial é de zelar para que a universidade alcance suas finalidades enquanto instituição católica do ensino superior. O Grão-Chanceler, Arcebispo metropolitano, representa a Santa Sé junto à universidade;

- Sociedade Paranaense de Cultura - SPC -: é encarregada de dirigir e manter a Pontifícia Universidade Católica do Paraná;

¹⁸³ PUC PR. **PUC PR em dados 1998**. Curitiba : Champagnat, 1998.

- Reitoria: é o órgão superior da universidade, formada pelo Reitor, Vice-Reitor e pelas Pró-Reitorias Acadêmica, de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão Comunitária, Administrativa e de Planejamento e Desenvolvimento. O Reitor representa individualmente a universidade e é responsável pela orientação e diretrizes políticas, atuando diretamente pelas cinco pró-Reitorias;

- Pró-Reitorias: possuindo funções executivas, as pró-Reitorias abrangem áreas básicas da universidade: Pró-Reitoria Acadêmica, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, Pró-Reitoria Comunitária, Pró-Reitoria Administrativa e Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento. Elas estão apoiadas em órgãos de meio tecnicamente definidos, como divisões, diretorias, serviços e coordenadorias, que agem como auxiliares do mecanismo;

- Conselho Universitário - CONSUN -: é o órgão consultivo e deliberativo da universidade;

- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE -: órgão colegiado normativo, consultivo e deliberativo. Com atividade de supervisão, o CONSEPE orienta e coordena o ensino, a pesquisa e a extensão na universidade;

- Conselho de Administração Econômico-Financeiro - CAEF -: órgão deliberativo superior para assuntos econômico-financeiros;

- Conselho de Desenvolvimento - CONDES -: órgão de consulta e assessoramento da Reitoria.

Como não poderia faltar num trabalho deste tipo, no quadro 2, a seguir, está a relação dos Reitores da PUC PR até 1999, e seus respectivos períodos de governo.

Quadro 2 - Reitores da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

PERÍODO	REITORES
1958 a 1973	Dom Jerônimo Mazzarotto

1974 a 1985	Osvaldo Arns
1986 a 1997	Euro Brandão
1998 até hoje	Clemente Ivo Juliatto

Fonte: AGENDA PUC PR, 1999 - Dados de 1998.

4.3.2 Unidades Suplementares

São órgãos, entidades ou organizações que estão ligados à universidade, mas não participam da administração. Sobre as principais atividades sociais das unidades suplementares em prol da comunidade interna e externa da PUC PR, merecem destaque:

- Hospital Universitário Cajuru: mantido pela Sociedade Paranaense de Cultura desde 1997. Esse hospital funciona como Pronto-Socorro Municipal, além de servir como campo de preparação prática para acadêmicos do Curso de Medicina e áreas afins. O Cajuru se caracteriza pelo atendimento a pessoas carentes, inclusive de outros estados, e pelo atendimento de emergências. No ano de 1997, o pronto-socorro atendeu 106.102 pessoas; o ambulatório, 39.163; e 12.374 pacientes foram internados, sendo realizadas 9.212 cirurgias. No Hospital desenvolvem-se os programas: Pastoral da Saúde, Creche, Pronto-Socorro Odontológico e Laboratório Farmacêutico Cajuru;

- Centro Social Champagnat: criado em 1984 como Projeto Social Champagnat, o Centro propicia atendimento nas áreas social e de saúde, com o objetivo de levar melhoria à qualidade de vida da população carente, em especial aos moradores da Vila das Torres, comunidade adjacente ao Campus Curitiba. O Centro Social abrange quatro projetos: Projeto Menor Aprendiz, Centro de Saúde Comunitário Enf. Ir. Eunice Benato, Creche e Lavanderia Comunitária;

- Serviço de Assistência ao Estudante - SAE -: começou em março de 1974, tendo como objetivos: coordenar e supervisionar a distribuição de bolsas de estudo; intermediar os estagiários acadêmicos pelo Serviço de Integração Universidade-Empresa; orientar os alunos quanto aos

programas e benefícios que eles podem usufruir: serviços médico, odontológico, psicológico, fonoaudiológico, fisioterapêutico, entre outros; e providenciar o fretamento de ônibus para visitas técnicas dos estudantes com os professores;

- Serviço de Assistência à Saúde do Estudante: a proposta deste serviço é desenvolver atividades para a promoção, proteção, manutenção e recuperação da saúde dos discentes. Oferece exames de saúde biométricos, para a prática desportiva, programas de vacinação e atendimento e prevenção ao álcool e outras drogas, assistência integral à saúde da mulher;

- Assistência ao Servidor: este serviço faz o atendimento aos servidores da instituição em questões sociais, econômicas e outras situações relacionadas à organização. O servidor conta também com o Serviço de Higiene e Medicina do Trabalho, o Serviço de Engenharia e Segurança do Trabalho e a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes;

- Pastoral Universitária: o serviço da pastoral tem como prioridade o desenvolvimento integral do homem, o seu crescimento na fé, na sua expressão individual e comunitária, em comunhão com a igreja social e universal. Atua propagando o evangelho em todo o meio universitário;

- Paróquia Universitária “Jesus Mestre”: seu objetivo é reunir a comunidade universitária para a celebração dos sacramentos do Batismo, Eucaristia e de Reconciliação;

- Núcleo Universitário da Família: criado em 1996, o núcleo procura promover a valorização e prevenção da boa convivência familiar dentro do espírito cristão;

- Instituto de Teologia: é parte integrante da Pró-Reitoria Comunitária e começou suas atividades em 1994 para assessorar a Pró-Reitoria nos temas teológicos na busca da integração da Ciência e da Fé, e reforçar a identidade Católica da universidade, além de apoiar os

Cursos de Teologia e Ciências Religiosas, organizar seminários e conferências sobre os assuntos que lhe são pertinentes e escrever artigos para jornais da cidade sobre os temas teológicos, entre outros;

- Escritório Modelo de Aplicação: propicia assistência à população carente de Curitiba com orientações e serviços jurídicos e sociais, e oferece estágio supervisionado aos acadêmicos dos Cursos de Direito e Serviço Social;

- Clínica de Odontologia e Clínica de Fisioterapia e Reabilitação: atendem à comunidade carente e proporcionam conhecimentos teóricos e práticos aos alunos dos respectivos cursos;

- Clínica de Deformidades Congênitas: atua como clínica multidisciplinar de tratamento de deformidades congênitas, operando como elo entre os Departamentos de Medicina, Odontologia, Fonoaudiologia e Hospital Universitário Cajuru.

Desenvolvendo trabalhos e serviços com ênfase na produção científica, engajados à atividades universitárias e empresariais, elencam-se:

- Colégio Técnico Irmão Mário de Cristóvão: criado em 1992, oferta cursos profissionalizantes nas áreas reclamadas pelo mercado de trabalho. No mesmo ano o Colégio passou a oferecer o Curso de Auxiliar de Enfermagem;

- Biblioteca: a comunidade universitária conta com duas bibliotecas, a Central e a de São José dos Pinhais. Possui um acervo variado entre livros, coleções, mapas, slides, periódicos, filmes, vídeos, CDs, teses e publicações diversas;

- Instituto Paranaense de Psicologia: presta atendimento à comunidade de baixa renda e atende às necessidades práticas dos alunos de Psicologia. Seu campo de atuação compreende as áreas de Psicologia Clínica, Educacional e Organizacional;

- Instituto Paranaense de Fonoaudiologia: oferece atendimento à comunidade carente e também propicia apoio prático aos alunos de Fonoaudiologia

- Instituto de Saneamento Ambiental - ISAM -: apoia didaticamente os Cursos de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Biologia, Química Industrial, Engenharia de Alimentos, Ciência e Engenharia de Computação, e Engenharia Elétrica e Mecânica. Atuando na área de saneamento ambiental, a equipe do instituto realiza trabalhos científicos e pesquisas financiadas por órgãos contratantes de seus serviços;

- Instituto de Pesquisa e Assessoria Tecnológica - INTEC -: atua como suporte prático ao curso de Engenharia Civil e realiza atividades nas áreas de controles tecnológicos do concreto, de materiais de construção e de solos e pavimentação;

- Editora Universitária Champagnat: sua prioridade é editar, divulgar e distribuir as publicações nas áreas científica, técnica, didática e cultural;

- Rede de Informática de Ensino e Pesquisa - RIEP -: realiza a normatização de uso, otimização e conexão padronizada dos meios informatizados;

- Laboratório de Tecnologia em Engenharia de Alimentos: propicia infra-estrutura para a realização das aulas práticas dos Cursos de Engenharia de Alimentos, Química Industrial, Engenharia Química, Farmácia e Bioquímica, Engenharia Civil, Engenharia Mecânica e Engenharia Elétrica, além de oferecer campo de pesquisa na área e prestar serviços à comunidade. Em 1997, o laboratório produziu cerca de 500 kg mensais de farinha integral de soja, em escala experimental, como enriquecimento nutricional dos pães fabricados pela Prefeitura Municipal de Curitiba, para alimentação infantil;

- Laboratório Pedagógico de Comunicação: seu objetivo é produzir material audiovisual, vídeos institucionais e multimeios para servir de apoio aos alunos da instituição na área de comunicação audiovisual. O Laboratório produz diversos programas apresentados pela Rede Vida de Televisão.

A PUC PR participa de parcerias tecnológicas, mantendo convênios com as seguintes instituições:

- Instituto Superior de Administração de Empresas - ISAD -: criado em 1991, o ISAD é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, conveniado com a PUC PR. Sua finalidade é desenvolver e executar atividades ligadas ao ensino, à pesquisa e à extensão no campo da administração. Destacam-se as áreas de gerência, planejamento econômico e estratégico, finanças, recursos humanos, marketing, logística, operações, informática aplicada e gestão tecnológica. São entidades associadas ao ISAD: HSBC Bamerindus S. A., HSBC Bamerindus Cia. de Seguros, Editora Gazeta do Povo, Demeterco, Inepar, Petrobras, Sanepar, Sundow, Copel, Itaipu Binacional, Banestado, Nutrimental e Telepar;

- Centro de Exames Psicotécnicos: esse centro atende os usuários do Departamento de Trânsito do Paraná - Detran-PR -, fazendo avaliações psicológicas e de sanidade física e mental, para fins de 1ª habilitação, renovação de carteira nacional de habilitação, reabilitação e avaliação psicopedagógica, seguindo as normas ditadas pelo Conselho Nacional de Trânsito - Contran -.

Agregado à PUC PR está o *Studium Theologicum*, uma escola de nível superior, que mantém o Curso Superior de Teologia. Seu propósito é aprofundar os conhecimentos científicos, teológicos e filosóficos dos seminaristas do Clero Diocesano, das Congregações Religiosas e dos leigos em geral. Uma das condições para o ingresso neste curso é ser graduado em Filosofia.

4.3.3 Centros, departamentos e cursos

A PUC PR ofereceu, em 1998, 43 cursos de graduação, sendo quatro em mais de um turno (Pedagogia, Direito, Arquitetura e Urbanismo e Administração) e dois oferecidos nos dois campi (Direito e Bacharelado em Análise de Sistemas). A matrícula registrada foi de 15.735 alunos, com 12.285 no Campus Curitiba e 3.450 no Campus São José dos Pinhais (PUC PR, 1998).

Os seis Centros da PUC PR, com seus respectivos departamentos e cursos, estão assim dispostos nos campi de Curitiba e São José dos Pinhais:

→ Campus Curitiba:

- Centro de Ciências Biológicas e da Saúde - CCBS -: abriga os Departamentos de Ciências Biológicas, Enfermagem, Farmácia e Bioquímica, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina e Odontologia; e os Cursos de Biologia, Enfermagem e Obstetrícia, Farmácia e Bioquímica, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Odontologia e Psicologia;

- Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia - CCET -: abriga os Departamentos de Arquitetura e Urbanismo, Desenho Industrial, Engenharia de Alimentos, Engenharia Civil, Informática, Matemática e Física, Química Industrial, Coordenadorias de Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica e Engenharia Química; e os Cursos de Arquitetura e Urbanismo (manhã e tarde), Bacharelado em Análise de Sistemas, Ciência da Computação, Desenho Industrial - Projeto do Produto e Programação Visual -, Engenharia de Alimentos, Engenharia Civil, Engenharia de Computação, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia de Produção Mecânica, Engenharia Química, Matemática e Química Industrial;

- Centro de Ciências Jurídicas e Sociais - CCJS -: abriga os Departamentos de Ciências Jurídicas, Ciências Sociais, Comunicação

Social, Serviço Social; e os Cursos de Comunicação Social - Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas -, Direito (diurno e noturno) e Serviço Social;

- Centro de Teologia e Ciências Humanas - CTCH -: abriga os Departamentos de Educação, Educação Física, Filosofia, Letras, Teologia e Coordenadoria de Secretariado Executivo; e os Cursos de Ciências Religiosas, Educação Física, Filosofia, Letras - Português e Português-Inglês -, Pedagogia (manhã e noite), Secretariado Executivo e Tradutor e Intérprete de Língua Espanhola.

→ Campus São José dos Pinhais:

- Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA -: abriga os Departamentos de Administração e de Economia, Coordenadorias de Direito, Ciências Contábeis, Pedagogia e Educação Física; e os Cursos de Administração (diurno e noturno), Administração - Comércio Exterior e Bacharelado em Análise de Sistemas -, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Direito (diurno e noturno);

- Centro de Ciências Agrárias Aplicadas - CCAA -: abriga as Coordenadorias de Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia; e os Cursos de Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia.

4.3.4 A pesquisa e a extensão na PUC PR

Ainda com base no documento PUC PR EM DADOS 1998, a PUC PR concentra desde 1978 seu Programa de Especialização. Desde então, a oferta vem crescendo ano a ano, variando-se os cursos, de acordo com a procura da clientela e das necessidades de mercado. Com o objetivo de promover o desenvolvimento profissional, científico e tecnológico nas diversas áreas do conhecimento, possui 51 cursos de pós-graduação. Até junho de 1998 a matrícula foi de 1.626 alunos. Os temas dos cursos são em sua maioria voltados ao trabalho, o que gera benefícios para o desenvolvimento da sociedade, por meio de sua adoção em empresas, escolas, clínicas, laboratórios, entre outras instituições.

Além dos clientes individuais, a PUC PR também oferece cursos de especialização para trabalhadores de empresas particulares ou públicas. Quando as empresas são governamentais, forma-se um curso fechado, com as vagas destinadas a seus funcionários. Destaca-se o Curso de Gestão Técnica do Meio Urbano - GTU -, de iniciativa binacional, numa parceria entre a PUC PR e o Centro de Integração de Tecnologia do Paraná - CITIPAR -, e a Université de Technologie de Compiègne - UTC -, da França.

A PUC PR também mantém o Programa de Mestrado, que começou em 1992, oferecendo o Curso de Mestrado em Educação. Quatro novos cursos de Mestrado foram ofertados em 1998: em Educação, em Medicina, em Odontologia e em Informática Aplicada. Em 1997, o Mestrado em Informática Aplicada recebeu a recomendação da CAPES. O Mestrado em Educação, curso em que o presente estudo está inserido, tem como principais focos de investigação o processo educativo e o processo de gestão de instituições de ensino.

4.3.5 A PUC PR e a gestão universitária

FINGER¹⁸⁴, em 1997, cita a PUC PR como uma das instituições que começam a oferecer programas na área de gestão universitária, como é o caso da concentração de seu **Mestrado em Educação**, focado na **Gestão de Instituições de Ensino**. Para o autor, a gestão das organizações acadêmicas, no Brasil, está se profissionalizando, após um jejum histórico no que concerne à discussão científica da prática administrativa voltada a instituições de ensino¹⁸⁵.

Até o primeiro semestre de 1998 registrava-se a matrícula de 236 alunos no mestrado. Desde o início do mestrado, a PUC PR já outorgou

¹⁸⁴ FINGER, Almeri Paulo, org. **Gestão de universidades: novas abordagens**. Curitiba: Champagnat, 1997, p. 22.

¹⁸⁵ FINGER, op. cit., p. 7-24.

94 títulos de Mestre, sendo 90 na área de Educação e quatro em Medicina.

Em 1997, os docentes da PUC PR desenvolveram 249 pesquisas. Destas, 93 foram concluídas. Do total, 22 eram teses de doutorado, 46 eram dissertações de mestrado e 66 foram desenvolvidas por meio do Programa de Bolsas de Iniciação Científica.

Esse olhar para os cenários novos, que se descortinam no ensino superior brasileiro e mundial, apontam para uma correspondência entre a tradição e a inovação. Quanto à PUC PR, esse olhar e essa correspondência parecem estar consignados na sua Missão declarada:

*PUC PR
MISSÃO*

A Missão de uma Instituição é uma declaração de propósitos ampla e duradoura que a individualiza e distingue sua razão de ser em relação a outras do mesmo tipo. A Missão da Pontifícia Universidade Católica do Paraná é a seguinte:

A Pontifícia Universidade Católica do Paraná, orientada por princípios éticos, cristãos e maristas, tem por missão desenvolver e difundir o conhecimento e a cultura e promover a formação integral e permanente de cidadãos e de profissionais comprometidos com a vida e com o progresso da sociedade.¹⁸⁶

¹⁸⁶ PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ. **Plano estratégico PUC PR horizonte 1998 / 2010.** Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 1998.

5 UNIVERSIDADE: NOVOS DESAFIOS

É necessário e ao mesmo tempo surpreendente que se fale em novos desafios tendo em mente uma organização tão antiga quanto a Universidade.

A abordagem desses desafios que a instituição universitária, notadamente a brasileira tem que enfrentar (e já vem, na verdade, enfrentando) tem raízes nos novos modelos de relações sociais, de produção/transmissão do conhecimento, formação profissional e sobrevivência nos mercados de trabalho. O mundo mudou muito nos últimos anos e tende a mudar mais, cada vez mais rapidamente. Não há como esconder o estarrecimento ao perceber que, atualmente, todo o conhecimento acumulado pela humanidade duplica-se a cada dois anos. É difícil elaborar tal ordem de im

l imposta pelo poder central e por grandes conglomerados à humanidade, e trazem consigo a dualidade, a contradição, a incerteza, aspirações e expectativas de um futuro melhor. Se por um lado o poder e a riqueza mundial concentram-se cada vez mais em menos pessoas, por outro, a maioria da população planetária é excluída do processo produtivo/decisório e é marginalizada.¹⁸⁸

Mas o que tem isso a ver com a Universidade? A pergunta é válida nos dois sentidos: o da imprecisão dos limites e o da dúvida metodológica, que orienta a busca de ampliadas percepções, além do óbvio dado de imediato. O autor situa fatores da resposta, bastante específicos, com base em intercâmbio cultural entre universidades de diferentes continentes:

As inovações do trinômio comunicação-tecnologia-informatização afetam a educação em todos os níveis e esferas. O ensino superior abstrato, elitizado e dissociado da realidade, que durante os seus novecentos anos de existência praticamente serviu de aparelho ideológico de reprodução do sistema, terá a incumbência de enfrentar com realismo e

¹⁸⁷ LAMPERT, Ernâni. **Universidade, docência e globalização**. Porto Alegre: Sulina, 1999.

¹⁸⁸ LAMPERT, *op. cit.*, p. 13.

sobretudo com muita criticidade o novo paradigma, que prioriza o conhecimento prático, técnico e de efeito imediato, em detrimento da formação da cidadania. Assim, faz-se necessário discutir e analisar a educação superior sob diferentes olhares e, na medida do possível, encaminhar sinalizações que viabilizem mudanças paradigmáticas.¹⁸⁹

5.1 Em busca de maior eficiência e melhor qualidade

Para FINGER¹⁹⁰,

*A universidade é uma organização conservadora por excelência, quer em suas práticas, quer em suas posturas e tem resistido a examinar com mais profundidade a aplicação de um novo modelo organizacional para se fazer e para o papel de professores, alunos e funcionários. As dificuldades econômicas e as realidades sociais deverão forçar essa análise, como já estão fazendo.*¹⁹¹

O autor aponta dois problemas básicos frente aos quais as organizações acadêmicas, e outras, podem buscar uma eficiência maior:

- a) *escassos recursos financeiros e necessidade de fazer com que o produto organizacional tenha preço, monetário ou social, que o torne atraente;*
- b) *visão a mais longo prazo da instituição, onde a mesma encontre caminhos que possam fundamentar ações permanentes.*¹⁹²

O autor afirma que esses dois problemas-princípios são uma novidade; nunca estiveram antes presentes na situação das universidades brasileiras. Os recursos são um ótimo tema, diz ele, quando se fala de ações de governo, que “nunca teve e nem terá condições de suprir as necessidades institucionais”, sendo realmente culpado da ineficiência organizacional. Ao lado disso, na instituição pública, para o autor, “é notório o descompromisso com programas a médio e longo prazo”, sendo que gestões sucessivas

¹⁸⁹ *Idem, ibidem.*

¹⁹⁰ FINGER, *op. cit.*, p. 8.

¹⁹¹ *Idem, ibidem.*

¹⁹² *Ibid.*, p. 13.

tendem sempre a serem descontínuas, por estrita questão de competição e rivalidade política.¹⁹³

As instituições particulares de ensino constituem outra realidade, para FINGER, com variáveis peculiares dignas de nota. São, no Brasil, empresas/organizações de duas origens: ou confessionais ou familiares. Tradicionalmente (o que agora se rompe e se altera), “a educação privada também tem vivido a tranqüila situação de um mercado represado e, assim, muitas vezes a pressão por gestões mais eficientes passa de largo”¹⁹⁴.

A mudança desse quadro bipolar generalizado, segundo o autor, dá-se na medida em que, por um lado, no setor público passou a haver “um clamor por uma educação de melhor qualidade, de maior eficiência, de resultado mais visível Por qualquer parâmetro de custo/benefício/eficiência aplicado às organizações privadas, as atividades-meio das instituições públicas são caras e com baixo rendimento”; de outro, a escola superior privada “foi a primeira a sentir que a relação custo-benefício havia chegado ao ensino”.¹⁹⁵

No que se refere às respostas institucionais a esse desafio e a esse chamamento a uma nova postura diante de novos modelos necessários de conduta, diga-se, de gestão, o autor destaca o papel pioneiro, no Brasil, da Universidade Federal de Santa Catarina — UFSC —, na qual surgiram os primeiros programas de especialização e, depois, de mestrado em Administração Universitária. Inclusive, diz o autor, dali partiram profissionais que alargaram horizontes geográficos dessas discussões e formações pós-graduadas, indo ministrar cursos e treinamentos em todo o País.¹⁹⁶

Também destaca o autor o esforço da PUC PR, nos últimos cinco anos, aproximadamente, em que vem ofertando o seu mestrado em Educação, com

¹⁹³ *Idem, ibidem.*

¹⁹⁴ *Ibid.*, p. 15.

¹⁹⁵ *Ibid.*, p. 16.

¹⁹⁶ *Ibid.*, p. 16-20.

área de concentração em Gestão de Instituições de Ensino. Isso demonstra, por si só, a vontade de encarar o desafio da mudança. Pelo menos, as bases conceituais da questão universitária estão postas e expostas, apresentadas e discutidas, nua, crua e cientificamente, dadas ao debate e ao estímulo para fundamentar ações de gestores, responsáveis por essa prática nova tão desejada.¹⁹⁷

SILVA JÚNIOR¹⁹⁸ diz que o setor produtivo e a educação superior brasileira mantém relações complexas e renovadas. Tais relações devem ser analisadas considerando-se o ponto de desenvolvimento atual do capitalismo no mundo, e as demandas educacionais correspondentes. Esse cenário mundial, chamado pelo autor de “a nova ordem internacional”, consiste na globalização da economia, na terceira revolução industrial, na crise dos Estados-Providência no acirramento da concorrência comercial no mercado internacional e no fim da hegemonia comercial dos Estados Unidos, ao lado da formação de blocos regionais capitalistas e, ao que tudo indica, no conseqüente fim da multilateralidade. O cenário mundial cuja a fisionomia teve início na década de 70, e vem se acentuando na década de 90, no Brasil, tem influência principalmente na área produtiva, na estrutura e funções do estado e nas relações internacionais. Isso ocorre com destaque nas questões relativas à política industrial e de comércio exterior. Nasceu um novo padrão tecnológico responsável pelo paradigma contemporâneo da empresa capitalista dita “empresa integrada e flexível”, atuante no mercado global, caracterizado por ser altamente competitivo, intensamente mutante e diversificada. Tais processos transformacionistas na área produtiva atingem o Brasil apenas nos anos 90. Parece que a modernização sistêmica leva empresários e governo brasileiros a voltar a sua atenção para a educação em geral, como base para as mudanças no processo produtivo, sem a qual tudo

¹⁹⁷ *Ibid.*, p. 22.

¹⁹⁸ SILVA JÚNIOR, João dos Reis. ***Tendências do ensino superior diante da atual reestruturação do processo produtivo no Brasil***. In: CATANI, Afrânio Mendes (Org.). ***Universidade na América Latina: tendências e perspectivas***. São Paulo: Cortez Editora, 1996, p. 11-30.

seria difícil e demorado. Simultaneamente, a educação superior brasileira passou por transformações bastantes específicas, desde a recessão da década de 80. A sociedade como um todo passou a reivindicar melhor qualidade na educação superior brasileira. Levantam-se as questões de financiamento do processo de produção e socialização do conhecimento na esfera do ensino privado, até mesmo como fruto da crise do estado, acentuada nos anos 80. Esses elementos teórico-históricos fundamentam a análise das novas relações entre mudanças do setor produtivo e transformações da educação superior. Na esfera da América Latina e, particularmente no Brasil, destacam-se, como centros produtores de pesquisa, as universidades e os institutos de pesquisa, notadamente do setor público. O autor assinala, entretanto, que o setor privado apresenta grande potencial para prestação de serviço às empresas. Isso, na verdade, já vem ocorrendo com algumas instituições de ensino superior particulares. Esse panorama segundo o autor, “tende a aproximar o ensino superior e o setor produtivo de várias formas, e tal aproximação impulsiona ambos na direção de mudanças qualitativas, que já se anunciam”.¹⁹⁹

5.2 Parcerias com o setor produtivo

De acordo com o autor, são dois os grandes níveis de tendências que se fazem sentir e que, é provável, estarão entrelaçados a médio prazo. O primeiro nível é geral, relativo às grandes transformações da sociedade capitalista no mundo atual. As ciências da informação, em face do seu desenvolvimento imprimirão forma nova e ritmo novo no que diz respeito à incorporação e distribuição do conhecimento mundial produzido pelas universidades. Isso, diz ao autor, será verdadeiro padrão de competitividade entre as instituições de pesquisa, as quais disputaram credenciamento para o financiamento da sua atividade básica. O contexto mostra o Estado procurando transferir a responsabilidade do financiamento para o setor

¹⁹⁹ SILVA JÚNIOR, *op. cit.*, p. 11-14.

produtivo. Isso significará que serão influenciados tanto o setor público quanto o privado.

O segundo nível de tendência discutido pelo autor é a manifestação da diferença entre as instituições públicas, as confessionais/comunitárias, e as particulares propriamente ditas. Esses três grupos de instituições tendem a se aproximar do setor produtivo, em clima de não-intervenção do estado quanto a esse nível de ensino, com a ressalva do caso em que a iniciativa privada se mobilize para a realização desse objetivo. As instituições públicas brasileiras, segundo o autor têm condições de manter a aliança com o mundo do trabalho; as instituições confessionais/comunitárias mostram possibilidades mais reduzidas; as particulares, com exceções, segundo o autor não mostram credibilidade no nível das parcerias que surgem. Quanto à legislação os três tipos de instituição deverão estar sob a mesma política estatal. Destaca-se a avaliação, que surge como critério de distribuição de verbas públicas e atração do financiamento privado. As instituições privadas, comunitárias e confessionais poderão correr o risco de dualidade de atividades em uma mesma organização: atividades imediatistas focando pesquisa e prestação de serviços e aquelas pertinentes à reprodução do saber em sala de aula. Tudo indica, diz o autor, que está se desenhando uma política de “curto-prazismo”, pela aproximação com o setor produtivo, mediada pelo Estado. Com isso a pesquisa de longo prazo poderá sofrer, ao lado de um possível desprestígio das ciências humanas e comprometimento da força da universidade como mediadora crítica, conseqüentemente havendo prejuízo de sua identidade institucional. O autor conclui que, portanto, urge que a comunidade acadêmica gere uma política que fomenta o desenvolvimento científico e tecnológico e garanta a soberania nacional e, simultaneamente, “sedimente a identidade das instituições de ensino superior e de pesquisa no Brasil”²⁰⁰.

²⁰⁰ SILVA JÚNIOR, *op. cit.*, p. 30-31.

5.3 A universidade e um novo caminho

LANZILLOTTI²⁰¹ afirma que dentro de um sistema fechado, como é um *campus* universitário, a organização do corpo administrativo obedece ao mesmo princípio da divisão do trabalho da época de Adam Smith, dentro dos padrões de controle e responsabilidades gerenciais apresentados pelas teorias tradicionais de administração. Há vantagens implícitas em tais princípios, como a não-contratação de funcionários com nível muito elevado para a execução de tarefas simples. Cada indivíduo envolvido na administração universitária responde por atividade específica “e se especializa” nela. Nessa perspectiva, surge a desvantagem de que a tarefa ultrapassa os resultados em importância. O dever é cumprir a tarefa, satisfeitas as normas da cadeia burocrática de comando, os resultados são secundários. A Reengenharia comparece precisamente neste ponto, informando que o processo de atividades orientadas para tarefas está obsoleto; “pois, enquanto as Universidades brasileiras preparam especialistas, como seu produto final, a Reengenharia procura generalistas, capazes de discernir o processo como um todo”.

Também contrapondo-se à visão especialista, GARGANTINI²⁰² defende a universidade voltada para a formação humanística global dos alunos, “mais abrangente e conscientizadora”. Essa instituição não pode se sustentar no repassar conhecimento, onde o aluno e professor situam-se em contextos diferentes e não motivados para o aprendizado. Mas, para formar profissionais de alto nível, diz a autora, citando GONÇALVES, deve trabalhar “no sentido da flexibilidade, do saber-fazer, da abertura, da autonomia

²⁰¹ LANZILLOTTI, Vivone de Souza. *Reengenharia na universidade: uma interface possível?* In: FINGER, Almeri Paulo (Org.). *Gestão de universidades — novas abordagens*. Curitiba: Champagnat, 1997, p. 25.

²⁰² GARGANTINI, Marisa Bueno Mendes. *O desafio do ensino superior brasileiro frente ao novo paradigma*. In: FINGER, Almeri Paulo (Org.). *Gestão de universidades — novas abordagens*. Curitiba: Champagnat, 1997, p. 95-136.

individual e criativa, nem estado de educação permanente e formação continuada”.²⁰³

5.4 A universidade integrada à realidade

A expectativa de formar uma universidade em seu sentido integral e integrado à realidade impõe que ela atue como grande instrumento de coesão social. Esse é o pensamento de MARCOVITCH²⁰⁴, que aponta como alternativa o cumprimento deste papel pela universidade por suas áreas dedicadas à criação de competências, para que as organizações sejam mais competitivas e simultaneamente apoiem propostas que venham em benefício dos trabalhadores e dos estratos desvalidos da sociedade.

Para esse autor²⁰⁵, uma nova universidade deve ser integrada, empreendedora e generosa. É integrada na medida em que promove o melhor aproveitamento de recursos escassos entre os seus vários departamentos e dentro de cada um deles. Deve ainda estreitar seus vínculos com outras instituições, em prol do avanço da ciência, somando recursos humanos que valorizem a diversidade. É empreendedora quando utiliza seus recursos com racionalidade e sabe antecipar-se ao futuro, com senso de responsabilidade e de inovação. E para ser generosa, a universidade deve integrar conhecimentos para consolidar competências, sempre a serviço do interesse coletivo. Cabe à universidade generosa definir políticas públicas que se oponham ao capitalismo selvagem e ao estatismo paralisante. Sua nova utopia é a busca de uma economia de mercado que responda aos anseios da maioria dos cidadãos.

²⁰³ GONÇALVES, Carmen Lúcia C. **Formação e estágio acadêmico em psicologia escolar no Brasil: análise curricular**. In: : FINGER, Almeri Paulo (Org.). **Gestão de universidades — novas abordagens**. Curitiba: Champagnat, 1997, p. 133.

²⁰⁴ MARCOVITCH, Jacques. **A universidade impossível**. São Paulo: Futura, 1998, p. 25.

²⁰⁵ MARCOVITCH, op. cit., p. 34.

Para concretizar esses resultados, MARCOVITCH propõe a “boa gestão”, que comece por planejar, definindo os fins a serem atingidos. Deste ponto, que se parta para a distribuição de responsabilidades, execute-se o que foi projetado e, finalmente, avalie-se, comparando o que foi planejado com os resultados obtidos, para daí recomeçar um novo ciclo, em constante busca pela qualidade, inovação e promoção de mudanças necessárias à sociedade.²⁰⁶

Para o despertar da humanidade seria necessária a formulação e aceitação de uma ética que subordine o avanço técnico aos novos propósitos civilizatórios, nos quais estejam refletidos o direito à liberdade de cada homem e a responsabilidade de cada um deles. Isso os colocaria como participantes da construção de uma civilização onde o equilíbrio ecológico seja garantido, onde nenhum ser humano seja excluído do mínimo necessário para a vida livre e criativa, e onde o processo civilizatório tenha por objetivo o constante enriquecimento da humanidade em seus valores culturais.

Se o próximo século realizará, ou não, este sonho, é muito cedo para afirmar. Mas, qualquer que seja o caminho, ele passará pela universidade. Como diz BUARQUE²⁰⁷, a universidade da subversão ética terá, primeiro, de subverter a si própria.

Para ser um instrumento dos sonhos do século XXI, a universidade deve saltar da certeza à dúvida, do materialismo aos valores culturais, da especialização ao holismo, da evolução teórica à revolução das idéias, da modernidade técnica à modernidade ética, da utopia dos meios à utopia dos fins, da ilusão da igualdade do consumismo à igualdade do essencial com diversidade, da linguagem que se afirma neutra a uma linguagem que assume seu caráter ético, do nacionalismo dependente a um cosmopolitismo diversificado, da arrogância do antropocentrismo para a consciência do valor da natureza na construção e enriquecimento do homem, da prioridade à

²⁰⁶ MARCOVITCH, op. cit., p. 152-163.

²⁰⁷ BUARQUE, op. cit., p. 123 e ss.

economia para uma prioridade à 'econologia' - mistura de ética, definindo o propósito, com ecologia, definindo o objeto global de análise, com uma economia que indique a racionalidade do processo, como a natureza (as pedras, as plantas e os animais) se transforma na civilização (os homens e seus produtos). Para isso, a universidade deve retomar seu gosto pela aventura.

Por ser um país jovem, que conseguiu um avanço econômico e técnico, mas que ainda não teve sucesso em resolver seus problemas sociais, o Brasil dispõe de uma massa crítica de pensadores inquietos com o fracasso e capazes de entender os mistérios do mundo atual e formular alternativas.

O campo desta luta deverá ser a universidade, enfrentando as dificuldades e desafios, que são a razão de ser de uma instituição voltada para o avanço do pensamento.

A "nova universidade", de acordo com ZAINKO²⁰⁸, e atendendo aos três critérios da UNESCO para a universidade do século XXI, deve ser aquela que tenha resgatado seu papel de participante ativo do processo de transformação da sociedade, por estar promovendo a formação de profissionais competentes técnica e politicamente, ao mesmo tempo em que luta pela expansão do atendimento às camadas majoritárias da população.

5.5 O novo administrador

Para bem administrar a universidade do século XXI, deve-se possuir, antes de mais nada, a liderança intelectual.

*Capacidade de imaginar o futuro do mundo, o papel que terá o conhecimento e que rumos e prioridades devem ser estabelecidos: como organizar o saber no presente para que ele possa evoluir em sintonia com o almejado futuro.*²⁰⁹

...

²⁰⁸ ZAINKO, op. cit., p. 131.

²⁰⁹ BUARQUE, op. cit., p. 162.

O que está em jogo nos próximos anos não é apenas fazer funcionar a universidade, mas ter consciência da necessidade de sua constante invenção.

Se o papel de cada universitário é aventurar-se na criação de novos conhecimentos, seu compromisso diário deve ser com a aventura de criar uma nova universidade.²¹⁰

Quando toda a sociedade participar da universidade, sua administração já prescindirá da burocracia. O intercâmbio direto entre os participantes passará a ser o principal instrumento de gerência das atividades.

Para uma universidade integrada, a nova postura gerencial dos administradores de universidades deve adaptar a gestão à realidade atual e, ao mesmo tempo, preparar a instituição para as incertezas do futuro. Como medidas-chave para a adoção dessa postura, SCHWARTZMAN (apud GARGANTINI), propõe ações para uma administração integrada: a) - diversificar o sistema educacional, de forma que responda simultaneamente às suas várias funções; b) - - criar sistemas contínuos de avaliação do ensino superior de todas as espécies, com padrões de comparação em nível nacional e internacional, com vistas ao controle de qualidade por parte do público usuário e do governo, que é o financiador e responsável pela política nacional deste ensino; c) - reforçar a autonomia das universidades públicas e privadas, de forma que os limites sejam estabelecidos de forma global e por meio de avaliação e acompanhamento; d) - ampliar a capacidade e competência para atender adequadamente a estudantes com educação secundária deficitária e estudantes mais velhos, por meio de novos instrumentos pedagógicos, de cursos de recuperação e de alternativas educacionais compatíveis com as aspirações e condições de aprendizagem desse público; e) - atender a públicos diferenciados, por meio de formas de ensino não-convencionais, como ensino a distância, educação continuada e cursos intensivos; f) - reforçar a capacidade de formação de professores para o magistério de ensino fundamental e médio, por meio das licenciaturas já

²¹⁰. *Ibid.*, 150.

existentes ou de outros tipos de formação; g) - criar um sistema amplo e legítimo de educação geral nas ciências sociais e humanidades, e nas ciências exatas e naturais, capaz de coexistir com as carreiras profissionalizantes; h) - revalorizar as atividades pedagógicas e formativas; i) - promover maior interação entre professores de pós-graduação e o ensino de graduação e outras atividades formativas; j) - maximizar o papel formativo e educacional da pesquisa científica, reorganizando seu espaço, oportunizando o trabalho interdisciplinar e fortalecer os laços entre a pesquisa na universidade e as demandas do setor produtivo e da própria sociedade; l) - dissociar os diplomas de registros profissionais e desregulamentar a maioria das profissões, pondo fim à sua compartimentalização, a favor da autonomia didática e pedagógica das universidades e desestimulando a educação formalista e o credencialismo.²¹¹

GARGANTINI lembra a existência dos profundos contrastes no P entre as modernas aspirações de sua população e as grandes desigualdades sociais aliadas à densidade da pobreza.

Em vista disso, é imprescindível que a universidade, bem mais que acumular conhecimento, ensine o aluno a pensar, desenvolver sua criatividade, imaginação e espírito de iniciativa, avivando nele o entusiasmo para a aquisição do saber e capacitando-o para entender o que será o mundo novo que está se delineando para a vida profissional.

Espera-se da universidade respostas a esses desafios de maneira coesa e globalizada, harmonizando talentos humanos e sua energia para transformar a realidade e estabelecer objetivos e metas flexíveis.

De novo e ainda com BUARQUE, vemos que

A universidade tem de se orientar para gerar o saber necessário para a população do presente e do futuro, em todas as áreas. O que está equivocado é imaginar um futuro democrático e, ao mesmo tempo, prender a universidade em um

²¹¹ GARGANTINI, *op. cit.*, p. 128 e ss.

mercado do qual só participam os ricos. A universidade deve orientar-se para a necessidade que surgirá da democracia.²¹²

²¹² BUARQUE, *op. cit.*, p. 207.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para melhor entendimento deste trabalho, serão resgatados, a seguir, o problema e as perguntas de pesquisa propostas:

PROBLEMA: De que maneira os elementos tradicionais e históricos, norteadores das propostas educacionais das universidades pioneiras do Paraná, instrumentalizam-nas (ou não) para a renovação institucional exigida pela comunidade, pelo Estado e pelo País, frente ao fenômeno da globalização, das novas teorias de gestão universitária e novas necessidades de formação profissional?

- Perguntas de pesquisa:

1. Como surgiram as primeiras universidades no mundo, no Brasil e no Paraná?

2. Quais são os elementos norteadores das propostas acadêmicas das universidades pioneiras?

3. Como as universidades pioneiras podem utilizar a experiência acumulada em um projeto de renovação institucional a fim de fazer frente às novas realidades sociais do País e do Estado?

4. Como a gestão das universidades pioneiras do Paraná pode se instrumentalizar para conduzir o processo de renovação institucional?

5. Que saída propor à Universidade, frente ao dilema: atender a demanda imediatista do mercado, ou cumprir a função de formadora global do espírito humano?

Este resgate se justifica na complexidade do tema estudado, facilitando, assim, a visualização das respostas — após a leitura atenta do texto — para tais perguntas, e, conseqüentemente, da resposta para o problema.

Após a análise histórica realizada nesta pesquisa, pode-se perceber que nenhuma universidade se consolidou rapidamente. Foram várias pessoas, entre professores, alunos e funcionários, que colaboraram, interagindo com o meio onde estavam situados, de acordo com as contingências de cada momento.

A universidade é filha da vontade de alguns teólogos de avançar na racionalidade.

*Tinha de ser na Europa o surgimento das novas universidades: com a redescoberta dos textos gregos, foi dentro dos conventos que surgiu a necessidade da teologia recorrer à razão. À necessidade de um novo pensamento, teológico e racional, juntou-se a disponibilidade de teólogos ansiosos por avançar a razão. A universidade é filha destas circunstâncias.*²¹³

No século XI, existiam algumas escolas isoladas na Europa. Carlos Magno, em seu reino franco, convidou o erudito inglês Alcuin para organizar as escolas de seu país. Assim, começa a nascer o que chamamos hoje de universidade.

Já no século XII, são organizados grupos de estudiosos de todas as partes para aprofundar os conhecimentos do mundo (os chamados studia generalia). Dessa forma, essas escolas deixam de ter expressão local e passam a ter uma projeção maior, formando um espírito corporativo entre aqueles que ensinam e que aprendem (alunos e mestres). Desse momento em diante, um pouco motivada por esse orgulho e espírito corporativo, a universidade se desenvolve por si, apesar de levar muito tempo para se expandir a outros continentes.

No Brasil, apenas no começo do século XX, os movimentos intelectuais e sociais em prol da criação das universidades tomaram força, mas tiveram de se sujeitar à vontade do Estado, que considerava oportuna a instituição de universidades. Entretanto, muitas tentativas - Universidade de Manaus, em 1909, por exemplo -, em vários estados do país, tinham esse objetivo e fracassaram. Apenas 10 anos depois, aproximadamente, o governo permitiu a criação da Universidade do Rio de Janeiro, capital da república naqueles tempos.

A universidade, no Paraná, nasceu da perseverança de líderes estaduais, que buscavam o desenvolvimento social, econômico e cultural do estado. Vendo seu empreendimento inaugurado em 1912, e, logo depois, frustrado por exigências do Governo Federal, o intuito de manter o sonho da

²¹³ BUARQUE, *op. cit.*, p. 155.

universidade levou a sua consolidação em 1946. Era fundada a Universidade do Paraná. Desde aquele tempo, ela conserva uma estrutura voltada ao estudo científico e defende a pesquisa como produtora do saber filosófico, científico, tecnológico e artístico; o ensino como instrumento de formação de cidadãos preparados para a atuação em benefício do desenvolvimento social; e a extensão como elo da universidade com a sociedade, que a cerca e a mantém, na perspectiva de contribuir com qualidade para as soluções sociais. Federalizada desde 1950, a UFPR vem amargando greves e carecendo de recursos financeiros para a manutenção de sua vasta estrutura física. Mas tem resistido bravamente.

A PUC PR, originária do esforço conjunto de congregações católicas, teve suas grandes dificuldades no começo, até se firmar como instituição sólida, que busca a formação integral do ser humano. Destacam-se as atividades de extensão da PUC PR. Pode-se considerar que a pesquisa está ainda em fase inicial, pois os cursos de pós-graduação iniciaram em 1992. Apesar de pequena em números, se comparada a da UFPR, a pesquisa da PUC PR tem se ocupado da qualidade e das tendências do mercado atual. Possuindo uma estrutura física invejável, a PUC PR, por ser uma universidade privada, tem a possibilidade de conservar uma linha contínua de administração. Ao contrário da UFPR, ela não está à mercê de decisões políticas externas à atividade acadêmica. Sem avaliar a qualidade das gestões das duas universidades, pode-se observar que a vantagem da PUC PR, sobre a UFPR, é que aquela tem maiores chances de adotar um planejamento para a instituição como um todo - o que já vem fazendo - com previsões e avaliações de resultados, ao passo que a UFPR sofre as mudanças contínuas de grupos de administradores, o que dificulta a manutenção de programas duradouros de gestão. Essas duas universidades ainda têm que repensar seus currículos e cursos, frente às instituições de renome com propostas inovadoras em outros estados, para disputar o mercado de candidatos à graduação e à pós-graduação.

Para entender o quadro das universidades atuais, deve-se saber que as primeiras faculdades e universidades brasileiras seguiam o modelo europeu; pelo menos até antes da Segunda Guerra Mundial. Após esse conflito terrível, a presença norte-americana aumentou em todo o mundo. No Brasil não foi diferente. Por volta de 1968, criava-se uma nova legislação para as escolas superiores brasileiras, que adotava o modelo norte-americano como base. A partir deste ponto, o capital passa a ter maior influência na universidade. Ela começa a ser utilizada para aumentar a eficiência industrial, o que não é de todo mal, se não impusesse à instituição mudanças nos seus conteúdos e até nas suas formas de gestão. A partir deste cenário, os desafios da universidade moderna vão da sua desvinculação ao Estado e sua política de “curto-prazismo”, pressionada pelo imediatismo do mercado, à retomada da produção do conhecimento por meio do ensino, pesquisa e extensão.

Segundo BUARQUE, existe em tudo um motivo e em todo motivo um embrião de sua própria solução. Se o motivo são as exigências do mercado, a universidade pode supri-las, sem deixar de lado seu conhecimento humanitário acumulado por nove séculos. Essa percepção resulta do estudo da formação, estrutura e análise da produção da Universidade Federal do Paraná e Pontifícia Universidade Católica do Paraná. As duas universidades demonstram que, por caminhos diversos, lutam para a manutenção, aperfeiçoamento e atualização do ensino, pesquisa e extensão.

Os grandes líderes fundadores das universidades pioneiras no Paraná, como Nilo Cairo, Victor Ferreira do Amaral e Dom Manoel da Silveira D'Elboux, têm mantido a convicção de que o conhecimento não é válido se destrói quem o procura, se consome com seu ambiente, se desfaz a harmonia geradora de paz e bem-aventurança. Constata-se, pela universidade, que conhecimento é poder, e que cabe ao homem usá-lo (ou não) para construir um mundo com mais dignidade e menos desigualdade social.

Há nove séculos trilha a instituição universidade, desde que era um “estado dentro do Estado” (CRUZ) e gozava de plena autonomia, até a atualidade, quando a sociedade exige e a universidade produz. E tem produzido alta tecnologia, inúmeras soluções para o destravamento de sistemas organizacionais obsoletos, técnicas de agroindústria para cessar a fome dos miseráveis, vacinas e curas para doenças que antes acabavam com populações inteiras, materiais baratos para a indústria, combustíveis revolucionários e teorias de educação que poderiam fazer de cada homem um cidadão.

Não é a rapidez das mudanças globais e das exigências do mercado que devem deixar a universidade apreensiva. Mas, essa instituição deve estar alerta para o modo como e para que fins está sendo aplicado esse vasto conhecimento por ela gerado. Esta deve ser uma questão sempre aberta dentro da universidade.

Uma instituição que funcionava e era regida à parte dos mandos dos respectivos reinos onde estava constituída, teve pouco tempo de liberdade. A partir do século XIII, começa o Estado a perceber quão valiosa seria essa instituição se colocada a serviço de seus ideais políticos. Acostumou-se tanto a esse apropriação da universidade, que, atualmente, pouco se discute outra maneira de ela existir.

Isso leva à universidade a imobilidade circunstancial: de um lado está o Estado, dominado pelas idéias neoliberais, imprimindo a necessidade de se produzir conhecimento e mão-de-obra para o mercado, e de outro, sua função de formadora do homem. Cabe à universidade servir de usina de alta produção de conhecimento para suprir os interesses de um mercado capitalista, imediatista e altamente competitivo? Este é o dilema que deve estar em mente para os mestres, acadêmicos, pesquisadores e, com maior atenção, gestores da universidade. A conjuntura atual está comprometida com o Estado, e este, por sua vez, depende da economia mundial. BRANDÃO, ex-Reitor da PUC PR, recomenda para a universidade do ano 2000, o mergulho dos estudantes num “caldo de cultura ética”, para motivá-

los e incentivar suas potencialidades humanas, culturais, intelectuais e espirituais, garantindo a divergência pluralista como enriquecimento intelectual e espiritual.

Tendo em foco o campo tomado por esta pesquisa, podemos afirmar que a UFPR e a PUC PR podem sobreviver como instituições que garantam um local de fomento, produção e, principalmente, de reflexão da finalidade e aplicação desse conhecimento produzido. E que devem sempre estar prontas para questionar os destinos de sua produção no campo da pesquisa, além de adotar uma posição de estimular a conscientização de seus alunos para os problemas sociais de sua região, de seu país e de seu contexto global.

A UFPR e a PUC PR conquistaram, ao longo de décadas, um respeito institucional. Devem, neste período atual, observar e repensar seus caminhos diante do novo milênio. Ele traz novos e mais importantes desafios para uma sociedade que oscila entre a euforia de sucessos reconhecidos mundialmente na área de cirurgia cardiovascular e o surto de doenças decorrentes da mais primária falta de infra-estrutura sanitária; entre a realização de ser considerada uma das maiores produtoras de títulos de mestres e doutores na esfera das similares em população, e a realidade de um ensino fundamental deficiente que não consegue atender à demanda com a mínima qualidade.

Já para uma modernização das instituições e da nação, se faz necessário e urgente, que os gestores da economia, da política e, sobretudo, das instituições de ensino, se voltem para a questão da educação, e com isso, conduzam a universidade ao cumprimento de sua função social.

Dessa forma, será possível resgatar a idéia de universidade autônoma, independente, competente e preparada para o início de um novo ciclo, o terceiro milênio.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDES. **Proposta para a Universidade Brasileira**. ANDES/SN. Brasília: 1996.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Moderna, 1989.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 1989.
- AZEVEDO, Fernando de. **A educação e seus problemas**. São Paulo: Ed. Nacional, 1946.
- AZEVEDO, Fernando de. **A educação e seus problemas**. São Paulo: Nacional, 1946.
- BASTOS, Jesus de Alvarenga. **Anais do fórum nacional de pró-reitores de graduação**. Curitiba: UFPR, 1992.
- BERNHEIM, Carlos Tunnermann. **Universidad – historia y reforma**. Nicaragua: Editorial UCA, 1992.
- BRANDÃO, Euro. **Identidade e filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná**. Curitiba : Champagnat, 1993.
- BRANDÃO, Euro. **Universidade e transcendência**. Curitiba: Champagnat, 1996.
- BRASIL, Leis, decretos, etc. **Ordenação em texto único das leis de diretrizes e bases da educação nacional e legislação conexa**. Brasília : Conselho Federal de Educação, INEP e Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, 1983.
- BUARQUE, Cristovam. **A aventura da universidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BURCKHARDT, Jacob. ***A cultura do renascimento na Itália***. Brasília: Ed. UNB, 1991.

CAMPOS, Raymundo Carlos Bandeira. ***História do Brasil***. 2. ed. São Paulo : Atual, 1991.

CARNEIRO, David Antonio da Silva. ***Educação — universidade, história da primeira universidade do Brasil***. Curitiba: Imprensa da UFPR, s/d.

CARNEIRO, David Antonio da Silva. ***História esquemática da educação e das universidades no mundo. Surto da primeira universidade do Brasil***. Curitiba: Ed. UFPR, 1984.

CASTRO, Cláudio de Moura. ***Ciência e Universidade***. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CASTRO, Cláudio de Moura. ***Ensino superior na América Latina e Caribe: um artigo estratégico***. Seminário UNESP. Águas de Lindóia: mimeo, versão preliminar, 1996.

CATANI, Afrânio Mendes (Org.). *Universidade na América Latina : tendências e perspectivas*. São Paulo : Cortez, 1996.

CHARLE, C. e VERGER, J. ***História das universidades***. São Paulo: UNESP, 1996.

CHAUÍ, Marilena. ***Em torno da universidade de resultados e serviços***. Texto publicado em Dossiê Universidade-Empresa. Revista USP, N.º 25, mar, abr, maio de 1995.

CHAUÍ, Marilena. ***Vocação política e vocação científica da universidade***. Educação Brasileira, 15, 1993.

CROMBIE, A. C. ***Historia de la ciencia: de San Agustin a Galileo***. Madrid: Editorial Alianza, 1974.

- CRUZ, Guilherme Braga da. **Origem e evolução da universidade**. Col. Ensaio Universitários, II. Lisboa: Ed. Logros, 1964.
- CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.
- D'IRSAY, STEPHEN. **Historie des universités françaises et étrangères des origines à nos jours. Tome I — Moyen Âge et Renaissance** (Paris, 1933); **Tome II — Du XVI.^e siècle à 1860** (Paris, 1935).
- DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 17 de nov. de 1938.
- DIAS, Marco Antonio. **Ensino Superior: a visão da sociedade**. Palestra. Havana, Cuba: 1996.
- FINGER, Almeri Paulo (Org.). **Desafios da administração universitária**. Florianópolis : Universidade Federal de Santa Catarina, 1989.
- FINGER, Almeri Paulo, org. **Gestão de universidades: novas abordagens**. Curitiba: Champagnat, 1997.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo : Atlas, 1991.
- HOERNER JÚNIOR, Valério. **História da Pontifícia Universidade Católica do Paraná**. Curitiba: Champagnat, 1998.
- HORMANN, ROMEIRO & ANDRADE. **PUC PR em Dados 1998**. Curitiba: Champagnat, 1998.
- LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 2. ed. São Paulo : Atlas, 1991.

- LAMPERT, Ernâni. **Universidade, docência e globalização**. Porto Alegre: Sulina, 1999.
- LINHARES, Temístocles. **História econômica do mate**. Rio de Janeiro: Livr. José Olympio Ed., 1969.
- MARCOVITCH, Jacques. **A universidade impossível**. São Paulo: Futura, 1998.
- MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Ed. Guaíra, 3.^a ed., s/d.
- MORAIS, Regis de. **A universidade desafiada**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.
- ORGANIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA INTERAMERICANA, **A gestão da universidade brasileira: A visão dos reitores**. Piracicaba: Editora UNIMEP.
- PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1981.
- PILOTO, Walfrido. **Universidade Federal do Paraná — primórdios, modernização, vitórias**. Curitiba, s/edit. s/d.
- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ. **Plano estratégico PUCPR horizonte 1998 / 2010**. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 1998.
- PROTA, Leonardo, HANSEN, Gilvan Luiz. **A universidade em debate**. Londrina: Ed. UEL, 1998.
- PUC PR. **PUCPR em dados 1998**. Curitiba : Champagnat, 1998.
- RIBEIRO, Darcy. **Universidade de Brasília**. In: Revista Brasileira de Estudos

SCHWARTZMAN, Simon. **Ensino superior - tradição e modernidade.** Revista USP N.º 8, 1990.

SENTA, Tarcisio G. Della. **Perspectivas da educação superior para o ano 2.000.** In : FINGER, Almeri Paulo (Org.). **Desafios da administração universitária.** Florianópolis : Universidade Federal de Santa Catarina, 1989.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História das Universidades.** Porto: Lello e Irmão Editores, 1983.

SILVA, Victor Ferreira do Amaral e. **Relatório Geral da Universidade do Paraná, apresentado à Assembléia Geral de 19 de dezembro de 1915.**

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira. **LDB e Ensino Superior (estrutura e funcionamento).** São Paulo : Pioneira, 1997.

SOUZA, Paulo Renato de. **A Universidade e a crise da educação.** In: Revista USP, N.º 8, 1990.

SOUZA, Paulo Renato de. **Por uma nova universidade.** 1996.

TEIXEIRA, Anísio. **Em depoimento na Câmara, 1958, apud VIANNA Fº, Luiz. Introdução ao ensino superior no Brasil.** Rio de Janeiro: FGV, 1989.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino Superior no Brasil: Análise e Interpretação de sua evolução até 1969.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

UFPR. **Agenda 1999 : arte contemporânea paranaense.** Curitiba : Universidade Federal do Paraná, 1998.

ULLMANN, Reinhold Aloysio. **A universidade: Das origens à Renascença.** São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1994.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Plano Institucional: gestão 1998-2002**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO **Rumos da pesquisa: uma história da pesquisa e Pós-Graduação na UFPR**. Universidade Federal do Paraná.. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação: Curitiba: UFPR, 1998.

VELHO, Silva. **Universidade - Empresa: Desvelando mitos**. Campinas: Autores Associados, 1996.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Universidade do mate: história da UFPR**. Curitiba, APUFPR, 1983.

WESTPHALEN, Cecília Maria. **Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná : 50 anos**. Curitiba : SBPH-Pr, 1988.

WESTPHALEN, Cecília Maria. **Universidade Federal do Paraná: 75 anos**. Curitiba: SBPH-PR, 1987.

ZAINKO, Maria Amelia Sabbag. **Planejamento, universidade e modernidade**. Curitiba: All-Graf Editora, 1998.